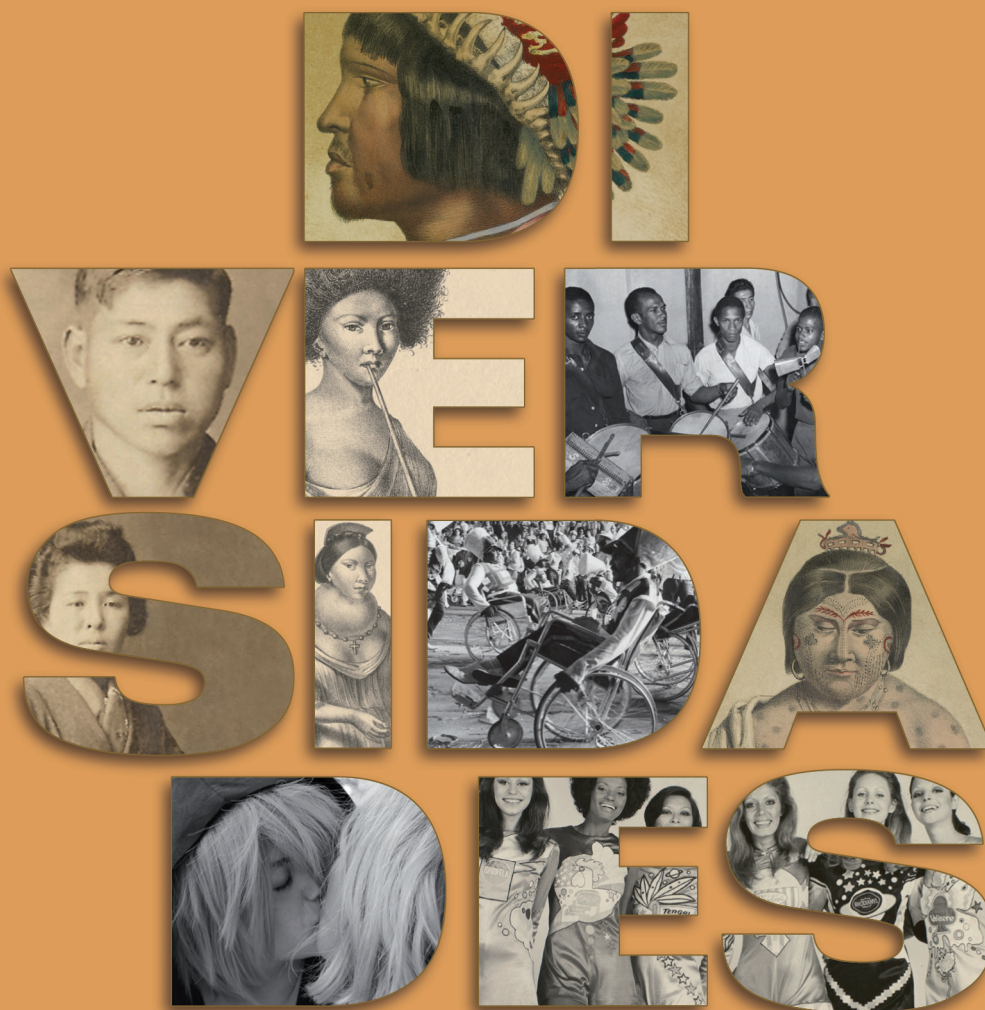


ACERVO

ISSN 0102-700-X

REVISTA DO ARQUIVO NACIONAL

VOLUME 31 • NÚMERO • 1 • JAN/ABR • 2018



E(M) ARQUIVOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



ARQUIVO NACIONAL

ACERVO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Justiça

Torquato Jardim

ARQUIVO NACIONAL

Diretora-geral

Carolina Chaves de Azevedo

Coordenador-geral de Acesso e Difusão Documental

Marcos André Rodrigues Carvalho

Coordenadora-geral de Administração

Ana Paula Teixeira Pereira

Coordenadora-geral de Gestão de Documentos

Larissa Candida Costa

Coordenadora-geral de Processamento e Preservação do Acervo

Aluf Alba Elias

Coordenadora-geral regional no Distrito Federal

Mariana Rodrigues Carrijo

Coordenador de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo

Luiz Felipe de Carvalho Rosenberg

Supervisão de Editoração

Mariana Simões

Supervisão de Programação Visual

Giselle Teixeira

Conselho Editorial

Adriano Luiz Duarte, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil / Ana Canas Delgado Martins, Arquivo Histórico Ultramarino, Portugal / Ana Maria Camargo, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil / Angela de Castro Gomes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Beatriz Galloti Mamigonian, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil / Beatriz Teixeira Weber, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil / Caio Cesar Boschi, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil / Celia Maria Leite Costa, Museu da Imagem e do Som, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil / Francisco José Calazans Falcon, Universidade Salgado Oliveira, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Georgete Medleg Rodrigues, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil / Heloísa Liberalli Bellotto, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil / Ilmar Rohloff de Mattos, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Ines Nercesian, Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina / Isa Maria Freire, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil / Ismênia de Lima Martins, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / James Green, Brown University, Providence, Estados Unidos da América / Jane Felipe Beltrão, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil / José Bernal Rivas Fernández, Universidade da Costa Rica, São José, Costa Rica / Jurandir Malerba, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil / Luciana Duranti, Universidade British Columbia, Vancouver, Canadá / Luciana Quillet Heymann, CPDOC/Fundação Getúlio

Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Luís Reis Torgal, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal / Marcia Regina Romeiro Chuva, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Margarida de Souza Neves, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Maria Cândida Drummond Mendes Barros, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, Brasil / Maria Efigênia Lage de Resende, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil / Maria Hilda Baqueiro Paraíso, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil / Maria de Las Mercedes de Vega, Archivo General de la Nación, cidade do México, México / Michael Cook, Universidade de Liverpool, Liverpool, Reino Unido / Miguel Ángel Márdero Arellano, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Norma Cortês Gouveia de Melo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Patrícia Sposito Mechi, Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil / Paulo Knauss de Mendonça, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / Rosa Inês de Novais Cordeiro, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil / Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil / Selda Vale da Costa, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil / Sidney Chalhoub, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil / Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil / Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Ministério da Justiça
Arquivo Nacional

ACERVO

Revista do Arquivo Nacional

Rio de Janeiro • v. 31, número 1 • janeiro/abril • 2018

© 2018 Arquivo Nacional
Praça da República, 173
CEP 20211-350 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel. (21) 2179-1341
E-mail: revista.acervo@arquivonacional.gov.br
Site: revista.arquivonacional.gov.br

Criada em 1986, a Revista Acervo, periódico técnico-científico do Arquivo Nacional, tem por objetivo divulgar a pesquisa e a produção científica nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, privilegiando uma abordagem arquivística e histórica. A Acervo publica somente trabalhos inéditos no Brasil sob a forma de artigos, documentos, entrevistas e pesquisas. Sua periodicidade é quadrimestral.

Acervo consta nos seguintes repositórios e sítios acadêmicos

- Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades - CLASE (clase.unam.mx)
- Diretório de Revistas do SEER-IBICT (seer.ibict.br)
- Directory of Open Access Journals - DOAJ (doaj.org)
- Google Scholar (scholar.google.com.br)
- Latindex (www.latindex.unam.mx)
- Open Academic Journals Index - OAJI (oaji.net)
- Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico - REDIB (redib.org)
- Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades - LatinREV (flacso.org.ar)
- Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras - Diadorim (diadorim.ibict.br)

Equipe do Arquivo Nacional

Editor Científico

Thiago Cavaliere Mourelle

Editores do Dossiê

Diego Barbosa da Silva

Leonardo Augusto Silva Fontes

Comissão Editorial

Adriana Cox Hollós, Diego Barbosa da Silva,
Eliezer Pires da Silva, Maria do Carmo Teixeira Rainho e
Thiago Cavaliere Mourelle (presidente)

Editoras Executivas

Simone Nascimento Mourão (2017)

Tássia Hallais Veríssimo (2017)

Flora Lobosco (2018)

Edição de Texto e Revisão

José Claudio Mattar, Maria Cristina Martins,
Simone Nascimento Mourão, Tássia Hallais Veríssimo

Projeto Gráfico

Judith Vieira e Alzira Reis

Diagramação

Tânia C. Bittencourt

Capa

Tânia C. Bittencourt e Alzira Reis

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP).
(Biblioteca Maria Beatriz Nascimento – Arquivo Nacional)

Acervo : revista do Arquivo Nacional. – Vol. 1, n. 1,
(jan./jun. 1986). – Rio de Janeiro : O Arquivo, 1986. –
v. 31 ; 24 cm.

Quadrimestral.
Sumário em português e inglês.
Descrição baseada em: Vol. 31, n.1, (jan./abr. 2018).
Cada número possui um tema distinto.
ISSN: 0102-700-X

1. Arquivos – Periódicos. 2. Documentos – Periódicos.
3. História - Periódicos. I. Arquivo Nacional (Brasil).

CDD 025.171

Ficha catalográfica elaborada por Josiane Rodrigues Monteiro (CRB7/5594)

SUMÁRIO

EDITORIAL	7
APRESENTAÇÃO	8
ENTREVISTA COM JAMES GREEN	
AN INTERVIEW WITH JAMES GREEN	11
DOSSIÊ TEMÁTICO	
"Acossados por toda parte como brutos selvagens"	
Os índios da Cachorra Morta na província do Ceará	
"Persecuted everywhere as savage brutes"	
The indians of the Cachorra Morta in the province of Ceará	
Eloi dos Santos Magalhães	15
As habilitações sacerdotais e os padres de cor na América portuguesa	
Potencialidades de um <i>corpus</i> documental	
Priestly qualifications and black priests in portuguese America	
Potentialities of a documentary <i>corpus</i>	
Anderson José Machado de Oliveira	33
Memória da loucura e as reflexões sobre a reforma psiquiátrica brasileira	
O papel dos arquivos para a construção de políticas públicas na saúde mental	
Memory of madness and the reflections on the Brazilian psychiatric reform	
The role of the archives for the construction of public policies in mental health	
Daniele Corrêa Ribeiro	
Nayara Emerick Lamb	
Wilma Fernandes Mascarenhas	49

Trajetórias de um tururi Ticuna

De itens de comércio a dispositivos de memória e identidade étnicas

Trajectories of a tururi Ticuna

From trade items to ethnic identity and memory devices

[Rita de Cássia Melo Santos](#)

[Bianca Luiza Freire de Castro França](#)

64

Da doação à adoção

Arquivos, memórias e cidadania indígena em contextos de apropriações diferenciadas

From donation to adoption

Archives, memories and indigenous citizenship in contexts of differentiated appropriations

[Flávio Leal da Silva](#)

77

A destruição de documentos como objetivo estratégico e indicador de desempenho

O caso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Document destruction as a strategic goal and a performance indicator

The case of Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

[Rita de Cassia Colaço Rodrigues](#)

94

Diversidade na instituição arquivística

Práticas com públicos especiais no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Diversity in archival institution

Practices with special publics in the Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

[Taiguara Villela Aldabalde](#)

109

| RESENHA

Acessibilidade cultural no Brasil

Narrativas e vivências em ambientes sociais

Cultural accessibility in Brazil

Narratives and experiences in social environments

[Marina Helena Chaves Silva](#)

129

| DOCUMENTO

Fragmentos da dor

Violência racial e étnica no cinema brasileiro no crepúsculo da ditadura civil-militar (1979-1985)

Fragments of pain

Racial and ethnic violence in Brazilian cinema in the end of the civil-military dictatorship (1979-1985)

[Pedro Vinicius Asterito Lapera](#)

133

EDITORIAL

O dossiê *Diversidades e(m) arquivos* é dedicado às diversidades culturais, com organização de Diego Barbosa da Silva e Leonardo Augusto Silva Fontes, do Arquivo Nacional.

O crescimento dos debates sobre as diversidades culturais, assim como uma série de medidas e políticas públicas que promovem a inserção social de grupos que, por muito tempo, convivem com a exclusão, nos estimularam a trabalhar para que este dossiê viesse à tona.

Este número da revista *Acervo* marca uma grande conquista: a mudança da periodicidade de publicação semestral para quadrimestral, mais um avanço que aproxima o periódico de novos indexadores e colabora para a construção do conhecimento e difusão de informações.

Um ponto importante é que esta edição marca a despedida da editora executiva Simone Mourão, que, ao lado do editor científico Thiago Mourelle, trabalhou para a promoção de mudanças estruturais que trouxeram benefícios à qualidade da *Acervo*.

Entre os êxitos obtidos, destacam-se o contato maior dos editores com os leitores, seja por meio da página da revista no Facebook, seja pela realização de ações de promoção voltadas aos eventos, como a distribuição de exemplares nos lançamentos, com o objetivo de facilitar o acesso dos estudantes às edições impressas; a obtenção de novos indexadores internacionais, que aumentaram a prospecção da *Acervo* fora do Brasil; o aumento do número de submissões de artigos, graças ao incremento da sua divulgação, estimulando os autores a enviarem suas contribuições; a internacionalização e, ao mesmo tempo, a ampliação da diversidade regional no Conselho Editorial, permitindo maior representatividade das cinco regiões do Brasil; o incremento da audiência nos últimos lançamentos, no auditório do Arquivo Nacional; a anteriormente mencionada quadrimestralidade; a exigência de autores com doutorado completo; e a otimização e o aperfeiçoamento dos processos de edição.

Este número também contou com a colaboração de Tássia Veríssimo, que atuou como editora executiva.

Convidamos todos para que continuem enviando seus textos. Fiquem atentos às chamadas e às normas editoriais por meio de nosso sítio na internet (<<http://revista.arquivonacional.gov.br>>) e de nossa página no Facebook (<facebook.com/revistaacervo>).

Desejamos a todos uma ótima leitura.

THIAGO CAVALIERE MOURELLE - EDITOR CIENTÍFICO

SIMONE NASCIMENTO MOURÃO E TÁSSIA HALLAIS VERÍSSIMO - EDITORAS EXECUTIVAS

APRESENTAÇÃO

Nos últimos anos, observamos uma série de políticas e ações em prol da diversidade cultural no Brasil e no restante do mundo. E os arquivos não estão indiferentes a esse contexto. Em 2010, a Declaração Universal sobre os Arquivos e o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) reconheceram a importância da “diversidade dos arquivos ao registrarem todas as áreas da atividade humana” e, em 2017, o tema do encontro anual do ICA foi “Arquivos, cidadania e interculturalismo”.

No Brasil, destacam-se as iniciativas do Plano Setorial de Arquivos, aprovado pelo Colegiado Setorial de Arquivos, do Conselho Nacional de Política Cultural, vinculado ao Ministério da Cultura (MinC) e formado por representantes do governo federal e da sociedade civil. Entre suas ações estão que os arquivos devem custodiar e conservar documentos referentes aos povos e comunidades tradicionais e indígenas, grupos de cultura popular, LGBT e de pessoas com deficiência e se preparar para realizar ações de mediação cultural e apoiar pesquisas que contemplem essa diversidade, com o objetivo de popularizar os arquivos e torná-los espaços democráticos e equipamentos culturais ocupados por todos e todas até 2026.

Desse modo, não nos restam dúvidas sobre a pluralidade cultural brasileira e, consequentemente, do dever do Estado em garantir direitos que protejam essa diversidade também nos arquivos, para que possa haver uma plena cidadania.

Contudo, promover e garantir a diversidade não é algo simples, pois não se resume apenas à representatividade de negros, indígenas, imigrantes e outros grupos minorizados, mas engloba o respeito e a tolerância às diferenças – a plena alteridade.

O tema do dossiê desta edição da *Acervo*, revista do Arquivo Nacional, auxilia, assim, o Estado no cumprimento dessa missão ao reunir artigos sobre diversidade e(m) arquivos, fomentando o debate e a reflexão. Cabe ressaltar que este dossiê é composto de artigos relacionados às ciências humanas e às ciências sociais aplicadas – que compõem o escopo da revista –, reunindo, portanto, trabalhos que utilizam fontes arquivísticas relacionadas a grupos minorizados e que envolvam ações de fomento à preservação da memória e ao acesso desses mesmos grupos em instituições arquivísticas.

A entrevista deste número foi realizada com o dr. James Green, professor titular de história do Brasil na Brown University, pesquisador em inúmeros arquivos brasileiros e autor dos livros *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (Editora Unesp, 2000); *Apesar de vocês: oposição à ditadura militar brasileira nos EUA* (Companhia das Letras, 2009); *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel*, que deve ser lançado ainda este ano pela editora Civilização Brasileira, e do artigo já clássico “Abrindo os arquivos e os armários: pesquisando a homossexualidade no Arquivo do Estado de São Paulo” (*Revista Histórica*, São Paulo, 2001), em que se abordam as dificuldades de pesquisar a temática LGBT em arquivos.

O primeiro artigo da revista é “Acossados por toda parte como brutos selvagens: os índios da Cachorra Morta na província do Ceará”, de Eloi dos Santos Magalhães, que utiliza

como fontes diversos documentos sobre indígenas durante o período imperial acerca da presença desse grupo étnico nesse estado nordestino.

O segundo artigo, intitulado "As habilitações sacerdotais e os padres de cor na América portuguesa: potencialidades de um *corpus* documental", de Anderson José Machado de Oliveira, explora vasta documentação eclesiástica desvendando a trajetória de africanos e seus descendentes no Brasil, que, ao se tornarem sacerdotes, conseguiam certa mobilidade social em um país escravocrata até o final do século XIX.

Já o artigo "Memória da loucura e as reflexões sobre a reforma psiquiátrica brasileira: o papel dos arquivos para a construção de políticas públicas na saúde mental", de Daniele Corrêa Ribeiro, Nayara Emerick Lamb e Wilma Fernandes Mascarenhas, aborda o Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, cujo acervo remonta à trajetória intelectual e militante dessa psiquiatra, com seu esforço em revolucionar o tratamento médico e transformar o imaginário social a respeito das pessoas com deficiência mental. Cabe lembrar o reconhecimento internacional do acervo pessoal de Nise da Silveira como Memória do Mundo em 2017.

O artigo seguinte se intitula "Trajetórias de um tururi Ticuna: de itens de comércio a dispositivos de memória e identidade étnicas", de autoria de Rita de Cássia Melo Santos e Bianca Luiza Freire de Castro França, que analisam, a partir da coleção feita pelo Museu Nacional, no Rio de Janeiro, sobre os índios Ticuna da Amazônia, os sentidos dos objetos depositados, acompanhando uma dinâmica que associa processos comerciais, produção científica, construção de patrimônios nacionais e memórias étnicas, envolvendo memórias herdadas e regimes de memória.

O quinto artigo, "Da doação à adoção: arquivos, memórias e cidadania indígena em contextos de apropriações diferenciadas", de Flávio Leal da Silva, mostra as possíveis razões que levaram o povo indígena Parintintin a aceitar a "doação" de documentos digitalizados pelo Museu do Índio. Além disso, contextualiza a valorização desses documentos pelos Parintintin a partir da luta pelas terras que tradicionalmente ocupam, sugerindo a ampliação da noção de documento e a preocupação de reestruturação do Museu do Índio em um cenário possibilitado pela Constituição de 1988.

O artigo "A destruição de documentos como objetivo estratégico e indicador de desempenho: o caso do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)", de Rita de Cassia Colaço Rodrigues, questiona a forma como vem sendo realizada a gestão de documentos no Poder Judiciário brasileiro, sem critério transparente e parecendo não se preocupar com a preservação e a acessibilidade, principalmente de processos de grupos comumente estigmatizados como LGBTQs, negros e ciganos. O TJRJ foi utilizado como estudo de caso.

E o último artigo deste dossiê, intitulado "Diversidade na instituição arquivística: práticas com públicos especiais no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees)", de Taiguara Villela Aldabalde, apresenta uma temática fundamental, mas ainda pouco debatida pelos arquivos: a mediação cultural. A partir de iniciativas do Apees, voltadas para públicos ciganos, pomeranos, LGBTQs e indígenas, o autor mostra como essa instituição conseguiu aproximar e atingir esses grupos.

A resenha sobre o livro *Acessibilidade cultural no Brasil: narrativas e vivências em ambientes sociais* aborda um tema bastante negligenciado no Brasil: a acessibilidade. Marina Helena Chaves Silva analisa essa coletânea de textos sobre acessibilidade cultural com inovadoras perspectivas de democratização da cultura e inclusão social da pessoa com deficiência. Sem dúvida alguma, trata-se de um tema importante e de uma obra que merece ser lida, inclusive considerando que o mercado editorial carece de produções similares.

Por fim, na seção Documento, "Fragmentos da dor: violência racial e étnica no cinema brasileiro no crepúsculo da ditadura civil-militar (1979-1985)", de Pedro Vinicius Asterito Lopera, analisa algumas marcas de violência racial nos filmes *O homem que virou suco*, *Mato eles?* e *O dia em que Dorival encarou a guarda*, produzidos no final da ditadura e censurados por esse regime. Os registros da censura compõem o acervo da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), formado pelo arquivo permanente desse órgão extinto com a Constituição de 1988, que se encontra sob a guarda do Arquivo Nacional, em Brasília.

Dessa forma, esperamos que este dossiê venha contribuir com um debate atual na arquivologia e nas ciências humanas; fomentar as diversidades nessas instituições e em seus acervos; e difundir a noção de que instituições arquivísticas também são (ou deveriam ser) equipamentos culturais – responsáveis pela produção de conhecimento, pela promoção de uma plena cidadania e, sim, abertos a todos e todas.

DIEGO BARBOSA DA SILVA E LEONARDO AUGUSTO SILVA FONTES

ENTREVISTA COM JAMES GREEN

AN INTERVIEW WITH JAMES GREEN

Historiador brasileiro e militante da causa LGBT, James Naylor Green é professor na Brown University, nos Estados Unidos, e professor visitante da Hebrew University, de Jerusalém. É autor dos livros *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (Unesp, 2000); *Frescos trópicos: fontes sobre a história da homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*, com Ronald Polito (José Olympio, 2006), e *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985* (Companhia das Letras, 2009). Sua mais recente publicação, *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel*, será lançada em julho pela editora Civilização Brasileira no XIV Congresso da Associação Brasileira de Estudos (Brasa) na PUC-Rio.

De acordo com o Memorial da Resistência de São Paulo, a trajetória de militância política de James Green, como é conhecido, teve início no final dos anos de 1960, no contexto de luta pelo fim da Guerra do Vietnã. Inserido nesse meio, envolveu-se com um grupo de jovens quaker que estudavam os conflitos políticos da América Latina. Por afinidade pessoal, James elegeu o Brasil como objeto principal de análise. Assim, passou a integrar um grupo de oposição à ditadura chamado Committee Against Repression in Brazil, liderado pelo ex-presos político Marcos Arruda. Paralelamente, participou de um amplo processo de emancipação do movimento homossexual nos Estados Unidos, determinante para sua politização.

Em 1975, ao encontrar-se com a também militante política Marta Arruda, mudou-se para a América Latina e fixou-se na capital paulista. No Brasil, participou da criação do grupo Somos de Afirmação Homossexual (Somos), que representou o primeiro núcleo homossexual organizado dentro da esquerda. Ainda nesse período, estudou ciência política na USP, engajou-se no movimento estudantil, atuando como dirigente de um núcleo da faculdade, além de ter militado na Convergência Socialista. Foi diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos da Brown University de 2005 a 2008, é ex-presidente da Brasa e atuou como presidente do New England Council on Latin American Studies (Neclas) entre 2008 e 2009.

Acervo. *O senhor é um grande pesquisador em arquivos no Brasil e no exterior; é possível observar se eles custodiam acervos que representem a diversidade de culturas, etnias, línguas, pensamentos, sexualidades para além daquela sob a repressão do Estado, como, por exemplo, acervos que representem o negro para além da escravidão?*

James Green. Esse foi o meu grande desafio quando resolvi fazer a primeira história social sobre a homossexualidade masculina no Brasil, a minha tese de doutorado na Universidade da Califórnia, Los Angeles (Ucla), que depois resultou no livro *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*, publicado pela Editora da Unesp em 2000. Foi muito difícil fazer uma pesquisa nos arquivos para contar o cotidiano de homens que amavam e transavam com outros homens. Como a homossexualidade em si não era proibida, ou seja, as leis contra sodomia não vigoravam mais durante grande parte dos séculos XIX e XX, não existiam processos que pudessem identificar pessoas para que se extraíssem dos documentos informações sobre o dia a dia desses indivíduos.

Eu tinha que procurar outras fontes, como, por exemplo, prontuários do sanatório Pinel, em São Paulo, que estão no Arquivo Público do Estado de São Paulo, e encontrei oito ou nove casos de pessoas internadas nessa instituição por serem homossexuais. Outra fonte para a pesquisa foram os jornais em que *eventualmente* se encontrava um ou outro artigo sobre um homem efeminado ou uma caricatura de um “fresco”, que indicava os valores sociais e culturais a respeito de homens que não conformavam com os padrões de masculinidade estabelecidos pela sociedade brasileira. Nos anos de 1950, quando há transformações socioeconômicas e culturais e um processo de urbanização exacerbada, encontramos mais fontes, especialmente sobre clubes e boates que homossexuais frequentavam e, a partir dos anos de 1960, jornaizinhos e a possibilidade de histórias orais para recuperar a vida além da repressão. A partir do surgimento do movimento homossexual na década de 1970, é mais fácil conseguir fontes.

Acervo. *O Plano Setorial de Arquivos, elaborado pela sociedade civil durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) no âmbito do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), afirma que os arquivos devem custodiar e conservar documentos referentes aos povos e comunidades tradicionais e indígenas e aos grupos de cultura popular, LGBT e de pessoas com deficiência. Qual a sua opinião sobre isso? Qual a importância de o Estado preservar o patrimônio documental dessas minorias?*

James Green. Considero fundamental esse tipo de instrumento que incentiva a custódia de material que possa servir para futuros pesquisadores. Na verdade, historicamente o Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp foi pioneiro na sua disponibilidade em receber e processar material sobre questões LGBT, e hoje em dia tem a maior coleção sobre o tema no país. É possível que o Museu da Diversidade, em São Paulo, tenha expandido seu acervo também, recentemente. Penso ser importante que o material seja colecionado em vários lugares do país, não somente para o acesso de pessoas que não possam viajar para o Rio de Janeiro ou

para São Paulo, mas também para garantir que documentos sejam preservados em diversas localidades, caso um ou outro arquivo não seja bem administrado.

É necessário que as instituições arquivísticas façam não somente apelos para que cidadãos possam doar arquivos pessoais, mas que elas também divulguem esse acervo por meio de exposições e eventos, a fim de que o público interessado possa familiarizar-se com o arquivo e o seu conteúdo.

Nós estamos iniciando um projeto internacional para digitalizar e indexar documentos de arquivos de pessoas do movimento LGBT em toda a América Latina com o objetivo de que historiadores e outros pesquisadores possam acessar esse material facilmente. Penso ser um desafio dos arquivos tentar disponibilizar esse tipo de material na internet para que um público maior possa ter acesso a essas informações.

Acervo. *Além de custodiar acervos que representem a diversidade brasileira, o mesmo Plano preconiza que as instituições arquivísticas devem se preparar para realizar ações de mediação cultural e apoiar pesquisas que contemplem essa diversidade com o objetivo de popularizar os arquivos e torná-los espaços democráticos e equipamentos culturais ocupados por todos e todas. Contudo, no Brasil, notamos certo receio, sobretudo de parte da comunidade arquivística, de que aproximar os arquivos da área cultural poderia enfraquecer a sua importância na gestão de documentos, bem como o seu orçamento. O que o senhor acha de iniciativas de mediação cultural em arquivos e do reconhecimento dessas instituições como equipamentos culturais?*

James Green. Como respondi na pergunta anterior, creio ser *fundamental* esse tipo de atividade em qualquer arquivo, cuja missão deve ser não somente adquirir, preservar e guardar documentos, mas divulgar o conteúdo dos seus arquivos para o público. Isso também gera a possibilidade de mais doações de coleções particulares, que às vezes não recebem destaque em muitos arquivos públicos.

Acervo. *Em suas recentes pesquisas sobre a repressão da ditadura empresarial-militar às homossexualidades, o que o senhor encontrou preservado nos arquivos que pode ajudar a (re)contar a história do movimento LGBT no Brasil? Foi fácil essa busca? Os arquivos no Brasil estão preparados para atender pesquisas como essa, mesmo após o término das atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão responsável por digitalizar milhões de páginas de documentos do período de 1964 a 1985?*

James Green. Realizamos pesquisas nos arquivos do Itamaraty, nos arquivos da SNI (Serviço Nacional de Informações) e dos DOPS (Departamentos de Ordem Política e Social) de vários estados, entre outros lugares, mas a pesquisa não é fácil. Como existia censura e um código moralista que prevalecia durante a ditadura militar, muitas vezes os jornais não publicavam matérias sobre o tema, considerado ofensivo à moral e aos bons costumes. Por isso, é mais complicado localizar fontes sobre a prisão arbitrária e tratamento diferenciado de homossexuais presos, seja das organizações de oposição ao regime militar ou das pessoas “comuns”

presas por andar na rua com trejeitos femininos, no caso de homens, e masculinizados, no caso das mulheres. Luiz Morando, por exemplo, fez uma pesquisa meticulosa sobre a repressão a homossexuais em Belo Horizonte durante a ditadura, que implicava ler todas as edições de todos os jornais da cidade, página por página, para detectar indicação sobre a vida de homossexuais, as maneiras pelas quais a polícia reprimia a sua visibilidade pública e notícias avulsas sobre a sua sociabilidade. Ben Cowan fez outra pesquisa na Escola Superior de Guerra (ESG) para encontrar todas as referências à “imoralidade” e homossexualidade nos discursos, artigos e outros materiais das pessoas que frequentavam a ESG durante o regime militar, para poder escrever sobre as ideologias anti-homossexuais que estavam embutidas na visão mais global dos militares e civis que apoiaram a ditadura. Marisa Fernandes, uma ativista histórica dos movimentos lésbico e feminista, colecionava durante os últimos anos material sobre lésbicas no Brasil, e com isso ela podia usar o seu arquivo particular para contar as particularidades das mulheres que amavam outras mulheres.

Para resumir, considero fundamental que haja uma política de Estado para incentivar a coleta, a organização, a preservação e a divulgação de grupos historicamente marginalizados, mas que conquistaram o seu espaço na sociedade brasileira e ainda estão lutando para a plena e completa cidadania. A presença desse material nos arquivos é essencial para as novas gerações de estudantes e pesquisadores que querem produzir novos trabalhos sobre a história de pessoas LGBT no Brasil.

Entrevista realizada por Diego Barbosa da Silva

“ACOSSADOS POR TODA PARTE COMO BRUTOS SELVAGENS”

OS ÍNDIOS DA CACHORRA MORTA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ

“PERSECUTED EVERYWHERE AS SAVAGE BRUTES”

THE INDIANS OF THE CACHORRA MORTA IN THE PROVINCE OF CEARÁ

ELOI DOS SANTOS MAGALHÃES | Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).
Membro do Grupo de Estudos em Pesquisas Étnicas (Gepe) da Universidade Federal do Ceará (UFC).

RESUMO

Este estudo resulta da pesquisa que realizei no Arquivo Público do Estado do Ceará (Apec), coligindo documentação sobre índios na província do Ceará. O objetivo do artigo é explorar o valor etnográfico das fontes, o que implicou uma crítica interna do material, de modo a fornecer uma narrativa histórica acerca dos “índios da Cachorra Morta”.

Palavras-chave: Índios; Ceará; poder; nação.

ABSTRACT

This study results of the research conducted in the Arquivo Público do Estado do Ceará (Apec), collecting documents about indians in province of Ceará. The purpose of the article is to explore the ethnographic value of the sources, implying an internal critique of the material to provide a historical narrative about the “indians of the Cachorra Morta”.

Keywords: indians; Ceará; power; nation.

RESUMEN

Este estudio resulta de investigación que realicé en el Arquivo Público do Estado do Ceará (Apec), recogiendo documentación sobre “índios” en la provincia de Ceará. El objetivo del artículo es explorar el valor etnográfico de las fuentes, lo que implicó una crítica interna del material, para proporcionar una narrativa histórica acerca de los “índios de la Cachorra Morta”.

Palabras clave: indios; Ceará; poder; nación.

Este artigo tem como intuito construir uma reflexão sobre os índios aldeados no sul da província do Ceará. A partir da positividade do conteúdo etnográfico das fontes, percebidas como expressão de ideologias, o objetivo, então, é narrar sua história, conforme propôs Ginzburg (2006). O conjunto do material pesquisado consistiu de correspondências provinciais, relatórios presidenciais, jornais e demais fontes possíveis do século XIX aqui consideradas.¹

Os documentos históricos são utilizados a partir de uma perspectiva crítica, de modo a desnaturalizar as condições de produção social das fontes escritas pesquisadas. Exige-se uma análise interna do material utilizado que desenrede impressões ideológicas e conformações sociais na consideração de como o acontecimento se torna história a partir da sua compreensão (Schaff, 1991; Simmel, 2011). Propõe-se, então, examinar os conteúdos dos fatos, discernindo os tipos de configuração dos eventos que compõem, afinal, imaginações históricas (White, 1995).

O “ENCONTRO” COM UMA “TRIBO DE ÍNDIOS SELVAGENS”

Habitado por diversos grupos indígenas classificados como “bravios”, o vale do Cariri cearense,² assim como as demais veredas do sertão do Nordeste, tornou-se uma região de fazendas de gado que favoreceram a ocupação de terras formadoras das primeiras vilas do Ceará (Lemenhe, 1982). Concomitantemente à constituição dos currais de reses, que iniciavam a formação dos núcleos urbanos no sertão nordestino, estabeleceram-se os “currais de almas” (Arraes, 2014), surgidos a partir dos aldeamentos missionários que reuniam (ou “reduziam”) indígenas de diferentes grupos étnicos envolvidos em distintos processos de “territorialização” (Oliveira Filho, 2004).³

Mediante a catequese, traziam-se “os índios da barbaridade de suas brenhas aos cômodos da sociabilidade” (Barbosa, 1840, p. 4), sendo, então, utilizados como força de trabalho em atividades variadas ao longo de processos sociais específicos na formação da nação. As populações indígenas do Nordeste atravessaram influxos de “catequese e civilização” com diferentes características, conforme as práticas de Estado de normatização de aldeamentos, assinaladas por Silva (2005, p. 73) ao examinar documentos emblemáticos:

O primeiro deles, Regulamento das Aldeias (1658), marcou o período jesuítico, iniciado no século XVIII. Esse período caracterizou-se pela organização de aldeias missionárias

1 Saliento que os esforços de pesquisa concentraram-se no Arquivo Público do Estado do Ceará (Apec). Assim, o trabalho de coligir fontes relacionadas à presença indígena foi operativo no influxo de investigação inspirada em uma antropologia histórica (Oliveira, 1999).

2 Utilizarei a referência “vale do Cariri” para situar a região abrangida neste estudo (Alves, 1945).

3 A noção de territorialização evidencia “uma intervenção da esfera política que associa, de forma prescritiva e insofismável, um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados” (Oliveira, 2004, p. 23).

que, embora tenham sido uma consequência da Guerra dos Bárbaros – cujo movimento significou a resistência à expropriação de suas terras e à invasão colonial – permitiam uma autonomia relativa dos índios. Estendeu-se essa fase até por volta da década de 1760.

O segundo documento, Diretório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário, marcou o período subsequente, caracterizado pela formação das vilas pombalinas. No Ceará, foi um período que se estendeu até por volta de 1845, quando foram substituídas pelas Diretórias de Índios.⁴

No ano de 1859, o médico francês Pedro Theberge foi encarregado de dirigir uma “comissão médica ao termo de Milagres da comarca de Jardim”, cuja finalidade era examinar e ministrar socorros em razão de uma epidemia de cólera-morbo.⁵ O resultado da comissão foi apresentado em um relatório encaminhado à presidência da província do Ceará, do qual trata o sugestivo ofício n. 32, de 16 de março de 1860,⁶ do presidente Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, que foi dirigido ao Ministério do Império. Escrito pelo médico Pedro Theberge, o dito relatório traz esclarecimentos que extrapolam o caráter clínico e administrativo. A presidência chamou a atenção do ministro imperial para um determinado trecho da cópia do relatório anexa ao citado ofício, expondo e justificando as medidas a serem tomadas:

Peço também a atenção de V. Ex.^a para um outro trecho do relatório já mencionado, em que o dr. Theberge traz ao conhecimento da presidência o encontro que teve com uma tribo de índios selvagens, que viviam nas matas, que servem de limites entre esta província e a da Paraíba, e as providências e esforços, que empregou para chamá-los ao grêmio da sociedade, conseguindo inspirar-lhes confiança e obtendo deles promessas de deixarem a vida errante, mediante certos favores e proteção do governo.

O dr. Antônio Gonçalves Dias, membro da comissão científica, que acaba de recolher-se à capital, depois de ter percorrido aqueles lugares em uma visita especial que fez aos índios, de que trata o dr. Theberge, observou tudo quanto este refere e confirma todas as suas informações, aconselhando também a conveniência de nomear-se o cidadão Manuel José de Sousa, de quem trata o relatório, diretor dos mesmos índios por ser a pessoa em que eles mais confiam, e que efetivamente muito se tem esforçado em protegê-los e em inspirar-lhes o amor ao trabalho. Este homem porém em uma carta, que me foi mostrada, e da qual também remeto a V. Ex.^a, com quanto animado

⁴ Para uma análise pormenorizada da política de aldeamentos, da política indigenista de Pombal e das políticas indígenas, ver Almeida (2010).

⁵ Sobre o “cólera-morbo no Ceará”, ver Alencar (1943).

⁶ Apec. Livro de ofícios do governo da província ao Ministério do Império, 1858-1861, livro n. 139, fls. 66-66v-67.

dos melhores desejos mostra-se impossibilitado de qualquer sacrifício por falta de meios e pede a seu turno a proteção do governo para ajudá-lo no empenho, que tem contraído de auxiliar os índios. O dr. Theberge lembra a nomeação de um capelão, de um professor de primeiras letras e a distribuição de alguns víveres e instrumentos próprios para os trabalhos agrícolas.

Da “vida errante”⁷ para o “grêmio da sociedade”, sob a “proteção do governo”, o presidente da província do Ceará assinalava a direção e as vantagens decorrentes da organização do aldeamento daquela “tribo de índios selvagens”. Ademais, outra comissão também percorria “o ponto mais remoto da província, distante da capital cerca de 120 léguas”, na freguesia de Milagres. Em fevereiro de 1859, chegou a Fortaleza uma comissão científica do Império.⁸ As referências sobre aqueles índios, transmitidas no ofício em destaque pela presidência ao Ministério do Império, eram afiançadas por um de seus membros, Gonçalves Dias, chefe da seção etnográfica, que partilhava com o médico Pedro Theberge semelhantes concepções e pressupostos acerca dos métodos de catequese e civilização apropriados.⁹

Assim, a nomeação de Manuel José de Sousa para o cargo de diretor do aldeamento em Milagres mostrava-se conveniente, uma vez que ele já estabelecia relações de confiança com esses índios de “vida errante”, esforçando-se em “protegê-los” e fixá-los por meio do trabalho agrícola. Afinal, que compreensão histórica é possível a respeito dos “índios selvagens” que habitavam as “matas” nos limites entre as províncias do Ceará, Paraíba e Pernambuco?

Expedições armadas lideradas por chefes municipais e também autorizadas pelos governos provinciais do Ceará, Pernambuco e Paraíba amiúde organizavam-se para “dispersar” e “pacificar” os “índios selvagens” daqueles sertões. O discurso referente às disposições (índole) das “nações indígenas” no contato com as boiadas pelos sertões e, finalmente, com os moradores das povoações advindas do desenvolvimento do “regime pastoril” (Abreu, 1930) expressava-se por meio de metáforas e enunciações descritivas que evocavam “sujeição” ou “rebeldia” dos grupos indígenas nas situações de contato com os “brancos”, tanto por meio das missões quanto das armas.

O frei capuchinho italiano Vital de Frescarolo foi encarregado da missão de “instruir, catequizar, batizar e administrar todos os sacramentos aos novamente convertidos”.¹⁰ Trans-

7 Expressões e termos referidos às fontes documentais imediatamente citadas encontram-se entre aspas.

8 Seu objetivo era “dar a conhecer as terras longínquas do país, os recursos naturais e os produtos da economia, além de descrever as sociedades indígenas que porventura encontrasse e formar novas coleções científicas para o Museu Nacional e o IHGB” (Porto Alegre, 2006, p. 36-37).

9 Sobre a “catequese e civilização” dos índios como programa político definido a partir de 1840, vale consultar Kodama (2009), que traz também dados referentes à comissão científica do Império.

10 Trata-se de um excerto das contas dadas ao príncipe regente d. João, no ano de 1804, por d. José, bispo de Pernambuco, destacado no “programa” desenvolvido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa acerca do “melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões”, como apresentou em uma sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), de 25 de janeiro de 1840, cuja publicação encontra-se no segundo tomo da respectiva revista trimestral do mesmo ano (Barbosa, 1840, p. 12).

parece, então, que os grupos indígenas classificados como Pipipão, Xocó, Umão e Voué¹¹ dividiam experiências de aldeamento no contexto da economia pastoril envolvendo as províncias do Ceará, Pernambuco e Paraíba. As mudanças das “matas” para os aldeamentos, a conversão de “selvagens” em “civilizados”, trabalhando na agricultura e como mão de obra explorada para serviços variados e sob diferentes tutelas, tencionavam um pretensão processo de perdas culturais que dissiparia “as saudades da barbaridade, e se façam aos costumes dos povos civilizados”.¹²

Com efeito, “as saudades da barbaridade” não se constituíam de uma “índole” que se “perdia” segundo processos de adesão “aos costumes dos povos civilizados”. De fato, as relações estabelecidas entre índios e brancos na região compunham um conjunto de acontecimentos envolvendo “saques” de gado e, notadamente, a limitação da mobilidade dos indígenas pelas veredas dos sertões e fazendas por meio da “violência sistemática do drama da colonização” (Menezes, 1995, p. 27). Tendo compartilhado a experiência de aldeamento sob a direção do frei Vital de Frescarolo, grupos de indígenas procedentes de aldeias que não “prosperavam”, além, ainda, daqueles “saudosos” da liberdade da “vida errante” que fugiam da “catequese e civilização”, percorriam o vale do Cariri em busca de lugares ou situações mais favoráveis. Os rebanhos de gado tornaram-se fonte extraordinária de alimento aos olhos dos índios, tornando-se um fator concorrente para conflitos no processo de consolidação territorial e controle de riquezas por parte de fazendeiros com seus moradores.

O presidente da província do Ceará, João Antônio de Miranda, na seção intitulada “Catequese de índios: índios civilizados” do seu relatório de abertura da Assembleia Legislativa provincial do dia 1º de agosto de 1839,¹³ detalhou a situação adversa de uma “tribo de índios errantes”, então reconhecidos como causadores de prejuízos aos criadores de gado que avançavam ocupações nas terras da tríplice fronteira da região do Cariri. A discussão sobre os esforços para “conservar” em aldeamento essa “tribo de índios” ocupa a maior parte da seção aludida. Tratava-se de civilizá-los, como “a razão e a humanidade exigem”, chamando-os “ao seio da religião e da sociedade”. Assim, tornava-se premente um aldeamento – “uma missão” – para aqueles indígenas.

O recrudescimento das animosidades entre indígenas e moradores de vilas no vale do Cariri despontava nos fatos sobre os quais deveria recair a atenção, conforme relatado pelo

11 Opto por manter a escrita dos etnônimos tais como estão inscritos nos documentos pesquisados. Como afirma Oliveira Filho (1999, p. 172), “longe de ser uma profunda expressão da unidade de um grupo, um etnônimo resulta de um acidente histórico, que frequentemente é conceitualizado como um ato falho, associado a um jogo de palavras ou a um chiste”.

12 Ver também “Informações sobre índios bárbaros dos sertões de Pernambuco” (Informações..., 1913, p. 207), texto publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, que além das considerações do citado bispo de Pernambuco, concluídas com o trecho correspondente a esta nota, traz, principalmente, os resultados das “diligências” realizadas, sobremaneira, pelo frei Vital de Frescarolo, de modo a aldear os “índios gentios” de diferentes “nações”.

13 Discurso que recitou o Exmo. sr. doutor João Antônio de Miranda, presidente dessa província, na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa provincial no dia 1º de agosto daquele ano. Ceará, Typ. Constitucional, 1839. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/168/>>.

presidente da província do Ceará, em 1º de junho de 1843,¹⁴ na sessão ordinária da Assembleia Legislativa provincial, que a paz no Ceará somente era abalada

por excessos d'alguns mal-intencionados, na vila da Granja, e incursões das hordas selvagens dos Quipapaz, Umões e Xocós no termo do Jardim. [...].

Quanto às correrias dos índios nas estradas próximas à vila do Jardim, não passarão do incêndio d'algumas casas de palha, e do roubo e maltrato de viajantes, conquanto se mostrassem eles mais ferozes nos lugares das províncias de Pernambuco e Paraíba. Para aquela raia foi mandado um destacamento de Guarda Nacional, recomendando-se-lhe o uso dos meios brandos, e só devendo empregar a força em casos extremos.

Segundo Studart (1963, p. 214), os contingentes da Guarda Nacional enviados para a aludida conservação do respeito, "não obstante as ordens que levaram, para agir com prudência, estes se houveram com a maior crueza, desbaratando completamente os nativos". Mais tarde, com a restauração nas províncias das diretorias gerais dos índios, em 1845,¹⁵ foi nomeado para o cargo no Ceará o capitão-mor principal Joaquim José Barbosa. Na vila do Jardim, foi incumbido como diretor "o maior inimigo dos índios": coronel Simplício. Como um "carrasco",

conseguiu reuni-los em aldeia, perto ou naquela vila, onde se conservaram até o ano de 1846, época calamitosa em que, havendo falta absoluta de meios para sustentá-los, foram autorizados a retirarem-se para onde melhor lhes aprouvesse, a fim de proverem os meios de sustentar a sua existência, como lhes fosse possível. Voltaram então outra vez às florestas (Studart, 1963, p. 215).

A vila do Jardim, no contexto do Cariri cearense, despontou como o lugar de referência para a adequada "territorialização" no contexto de um novo aldeamento desses "infelizes dos sertões, que vagam". Diante das eventualidades da "época calamitosa", que atingia todos na região, os índios puderam retirar-se para lugares favoráveis que permitissem sua existência. Incessantes períodos de seca marcaram o século XIX.¹⁶ Uma vez que os índios foram autorizados a escapar das condições de existência agravadas pela seca de 1845, as "matas" do Cariri voltaram a despontar no horizonte desse grupo que enfrentava as guerras de longos anos feitas pelos comandantes daqueles sertões. Se o grupo de indígenas em questão foi pretensamente compelido a voltar, outra vez, às "florestas", ou seja, à "errância", devido à

14 Relatório que, na Assembleia Legislativa provincial do Ceará, apresentou na sessão ordinária do dia 1º de junho de 1843 o Exmo. presidente e comandante das armas da mesma província, o brigadeiro José Maria da Silva Bitancourt. Ceará, Typ. de José Pio Machado, 1843. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/171/>>.

15 Em 1845, o Império promulgou decreto e regulamento "acerca da catequese e civilização dos índios", restabelecendo "o novo diretório" (Kodama, 2009).

16 Integrante da expedição Thayer, Charles Frederick Hartt relatou sobre sua viagem ao Ceará que "notáveis secas dominaram os anos de 1825 e 1845" (Hartt, 1941, p. 497).

impossibilidade de subsistência como aldeados na vila do Jardim naquela época, convém salientar a seguinte notícia no jornal *O Cearense*:

Governo da Província

Expediente do dia 8 de novembro de 1847.

Dia 10

Em observância do aviso imperial expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império aos 24 de agosto próximo pretérito, o presidente da província demite a todos os diretores parciais de índios, que mal e indevidamente foram nomeados, visto não existirem tais indivíduos nesta província. O que se comunicará a quem competir. – Palácio do Governo do Ceará em 10 de novembro de 1847 – Dr. Casemiro José de Moraes Sarmiento.¹⁷

A supressão das diretorias dos índios reverberava a ideologia da inexistência de “tais indivíduos” na província do Ceará. A despeito da flutuante legislação indigenista e da ideologia do “desaparecimento”, nesse local, contudo, havia aquele grupo de índios que persistia “errante” pelas veredas do sertão do Cariri, no sul da província, considerando que, além de Paraíba e Pernambuco, ainda percorriam a região da província do Piauí. Os chefes municipais tanto hostilizavam quanto “habilitavam-se” em controlar essa “horda selvagem”, para, enfim, permanecerem aldeados em determinado lugar na comarca do Jardim: “Ali está em Milagres o delegado Jesus, cuja história policial se parece com a de um capitão-mor de índios. No entanto, é conservado!”.¹⁸

Entre os agentes sociais “aptos” destacavam-se, por exemplo, os delegados de polícia. A incumbência de “vigiar” os colocava em uma posição exclusiva no quadro de interação social de determinado lugar, assinalando, efetivamente, o teor das relações ao produzir discursos e representações acerca de coletividades específicas. Nesse caso, “vigiando” os índios selvagens aldeados na vila de Milagres, os delegados de polícia atuavam diretamente nesse processo de “civilização”, produzindo ofícios que asseguravam ou não a “notícia da existência de índios”.

Em resposta a um ofício provincial, que, então, pedia “providências acerca dos índios que habitam as matas que servem de limites entre essa província e a da Paraíba”, o ministro dos Negócios do Império, em 11 de junho de 1860,¹⁹ autorizou o estabelecimento da “nova aldeia, devendo indicar a localidade, que escolher para sede da mesma, e a extensão de terras, que na forma do art. 72 do Regulamento de 30 de janeiro de 1854 convém reservar-se”.²⁰

¹⁷ *O Cearense*, Fortaleza, n. 101, segunda-feira, 15 de novembro de 1847.

¹⁸ *O Araripe*, ano III, n. 143, sábado, 15 de maio de 1858.

¹⁹ Apec. Livro de avisos do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao presidente da província do Ceará, 1860-1862, livro n. 24.

²⁰ Regulamentou os termos do já citado ato de 1850.

Por sua vez, de acordo com a conveniência da situação, a contumaz indicação do “cidadão Manuel José de Sousa” como “diretor da dita aldeia” foi admitida, segundo o “art. 2º do decreto de 24 de julho de 1845”. A sede da nova aldeia foi edificada “em terrenos de propriedade particular, porque não os há devolutos no termo em que se acha estabelecida”, ficando, então, assentada nas terras do seu novo diretor, Manuel José de Sousa, segundo as conveniências indicadas no seminal relatório médico que visava, inicialmente, informar sobre uma comissão de socorros diante da epidemia de cólera.

“NÃO HÁ ALDEAMENTO PROPRIAMENTE DITO”

Buscando satisfazer as exigências que o presidente da província do Ceará demandava “sobre os diversos objetos” que se referiam a determinados avisos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Tomás Pompeu de Sousa Brasil apresentou ao jornal *O Cearense*, em 1865, esclarecimentos sobre o aldeamento dos “restos de uma antiga tribo dos índios Chochos, em número de 28, que erravam entre os limites das províncias de Pernambuco, Paraíba e Ceará, acossados por toda parte como brutos selvagens, de uma maneira horrorosa”.²¹ Como vimos, foram aldeados em Milagres por Manuel José de Sousa, que, inadvertidamente, “foi vítima de seu zelo”:

Em abril ou maio deste ano [1862] a cólera atacou os índios, Manuel de Sousa correu à aldeia para socorrê-los; foi também atacado, e sucumbiu; os índios, que sobreviveram, abandonaram o lugar, segundo a informação que tive.

Entretanto lembro a V. Ex. a conveniência de informar-se à respeito do dr. juiz de direito do Jardim e do cidadão João Brígido dos Santos, a pessoa mais competente que conheço na província para ministrar estas e outras informações das pedidas nos avisos citados.²²

Importa salientar que a situação histórica do aldeamento de índios Xocós “em uma fazenda chamada Cachorra Morta” caracterizava-se por disputas políticas entre conservadores e liberais, manifestada na organização de jornais, que, então, expunham os confrontos entre adversários.²³ O aludido cidadão João Brígido, de quem se deveria pedir mais informações sobre os índios daquele lugar, dirigia *O Araripe*, jornal liberal impresso no Crato. Assim, conflitos e interesses locais envolviam inevitavelmente as condições sociais de existência dos índios aldeados em Milagres, tão evidenciadas com o agravamento da epidemia da cólera.

²¹ *O Cearense*, Fortaleza, ano XX, n. 1.957, terça-feira, 21 de novembro de 1865.

²² Idem.

²³ Sobre as lutas entre conservadores e liberais no sertão, ver Queiroz (1997).

Em tal arena de ações antagonísticas (Turner, 2008, p. 123), exemplar das rixas municipais, “satrapias eleitorais” e manifestações de “cangaço” constitutivas das relações de poder na província dessa época (Menezes, 1995), Manuel de Jesus da Conceição Cunha, portanto da família dos Cunhas, posicionado no Partido Conservador, sobressaía como um cruento rival em tal figuração social, classificado por João Brígido como “inimigo capital dos selvagens”. Como delegado de Milagres, sabia-se que, por exemplo, ele tinha “dinheiro do governo para auxiliar os índios”, desde 1856, porém nunca teria empregado tais “socorros a esses infelizes, que morriam de fome” nesse contexto de “catequese e civilização”, além dos falecimentos em decorrência da cólera.

Nota-se que, como foi indicado anteriormente, sua “história policial” se parecia “com a de um capitão-mor de índios”. Perpetuando-se nos cargos de delegado e juiz municipal ao longo dos anos, o deputado coronel Manuel de Jesus defrontava-se ali com outro Manuel, da família dos “Sousas”, o finado diretor dos índios da Cachorra Morta, o sr. major Sousa, “o seu mais poderoso adversário”, cuja sepultura teve de ser feita fora do cemitério dos coléricos da vila, “na espessura da floresta”, por oposição da “polícia Cunha”.

Nessas condições, como perduraria o dito aldeamento? Na “parte oficial” do jornal *O Cearense*, de 6 de setembro de 1865, assim foi transmitido:

1ª Seção

– À Câmara Municipal de Milagres. Em resposta ao ofício dessa câmara de 20 de abril do corrente ano, em que representa sobre a necessidade de um diretor para os índios aldeados no lugar – Cachorra Morta – desse município, tenho a dizer-lhe que por portaria desta data foi nomeado para esse cargo o cidadão Manuel Fortunato de Sousa.

Dessa maneira, foi nomeado para diretor da aldeia o filho do falecido major Manuel José de Sousa, assumindo, então, essa posição estratégica no espaço social de lutas regionais. Eram, com efeito, lutas de famílias dominantes compreendidas como unidades operacionais consolidadas em suas fazendas (Wolf, 2003), na qualidade de “grupos empenhados na disputa e defesa de exploração das vantagens da terra e das populações rurais” (Menezes, 1995, p. 73), mantendo práticas de garantia do predomínio político nos conflitos contínuos das eleições.

Os relatórios presidenciais e os discursos de deputados disputados ao longo de debates nas sessões da Assembleia Legislativa provincial inscreviam posicionamentos e representações cruciais do jogo social a que estavam ajustados. Logo, as contendas políticas da província do Ceará tangiam a sequência de dramas sociais que persistiam em uma série de eventos ao longo do tempo nas arenas do Cariri, habitado pelos índios da Cachorra Morta. Informando a respeito do “estado dos negócios públicos da província”, Sebastião Gonçalves da Silva, primeiro vice-presidente, no relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial, no dia 4 de julho de 1867,²⁴ assim destacou para apreciação:

²⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa provincial pelo primeiro vice-presidente desta província, o Ex-

Polícia

Vi-me forçado a largar o lugar de chefe de polícia para assumir a administração da província.

Chamei para substituir-me o juiz de direito da Imperatriz dr. Salustiano Orlando de Araújo Costa, que há desempenhado com bastante inteligência, atividade e zelo os deveres inerentes ao cargo.

Segurança individual e de propriedade

A 28 de abril, ainda uma escolta dirigida pelo subdelegado de polícia do Coité, à requisição do respectivo tenente-coronel da Guarda Nacional, com o fim de prender alguns designados na aldeia dos índios, no lugar – Cachorra Morta – foi assaltada por quatro dentre estes, resultando a morte de um dos mesmos índios, de um soldado, e ficaram feridos, não só mais três soldados, como dois índios.

São estes os fatos mais notáveis ocorridos de janeiro até esta data.

O arraial do Coité fazia parte do termo de Milagres.²⁵ Dirigida pelo subdelegado José Inácio da Silva, uma escolta policial partiu em direção à aldeia dos índios da Cachorra Morta, resultando em uma situação de conflito imposta à manifestação aberta de violência. Tal luta de uma polícia comandada por chefes locais contra esses indígenas ocupou o expediente político da província no ano de 1867, drama social vultoso da “história de caso estendido” (Turner, 2008) que constitui a peleja desses índios ali aldeados.

A escolta foi expedida “com o fim de prender alguns designados na aldeia dos índios”, conforme se atribuiu às implicações ulteriores, constituindo, dessa forma, um dado conjunto de eventos envolvendo conflitos entre aqueles índios e moradores das vilas do Cariri. Os ofícios entre autoridades municipais e chefes do governo da província tratavam, então, de proclamar e investir no conhecimento dos “acontecimentos que se deram no lugar – Cachorra Morta”. Mas o processo de “tomar conhecimento” reclamava uma “sindicância”.

O juiz municipal de Milagres, Antônio Lopes da Silva Barros, ante as considerações acima destacadas feitas por seu correspondente da comarca do Jardim, o juiz Américo Militão de Freitas Guimarães, remeteu ao vice-presidente da província do Ceará informações que tinham “por fim o descobrimento da verdade desse fato criminoso e que em abono da justiça deseja vê-los punidos”. Reiterando o conhecimento já antes encaminhado pelo diretor do aldeamento, o magistrado teceu esclarecimentos dos eventos relativos ao conflito “entre os índios ali aldeados e uma força comandada por José Inácio da Silva, e a ele fornecida pelo delegado de polícia e tenente-coronel do batalhão de infantaria deste município Manuel de Jesus Conceição Cunha”.

celentíssimo senhor doutor Sebastião Gonçalves da Silva, no dia 4 de julho de 1867. Fortaleza, 1867. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/195/>>.

25 As subdelegacias estavam distribuídas pelos distritos policiais das cidades, vilas, povoações e arraiais da província do Ceará (Sousa, 1864).

Portanto, seguiam-se disputas de terras na “serra denominada ‘Cachorra Morta’”. Em determinada localidade “composta de terrenos próprios para a agricultura”, pretendia-se que os índios desenvolvessem tal atividade, como apregoava o processo de “catequese e civilização”. A região de trabalho agrícola dos índios daquela aldeia “era todavia invadida e muito combatida de gados, que nela criavam muitos fazendeiros”. Foi imposta pela Câmara Municipal, então, multa àqueles que invadissem com gado tais terras. Assim, “todos os criadores respeitaram as disposições municipais, retiraram seus gados, à exceção de José Inácio da Silva que, menosprezando a lei municipal, não quis retirar seus gados”.

Foi, então, que, “não querendo sujeitar-se”, José Inácio da Silva acionou sua rede de relações, contando “com a benevolência de certas autoridades com menosprezo da lei e em prejuízo dos índios e da lavoura da serra Cachorra Morta”. José Inácio continuou “a criar seus gados na serra e estes danificando a lavoura dos índios”. As formas cotidianas de resistência repercutiam. Ora, “aconteceu por vezes que os índios maltratassem algumas reses daquele e daí a rixa e intriga de José Inácio contra os pobres índios. Era preciso extingui-los, e reduzir a cinzas essa pequena aldeia, a fim de que José Inácio pudesse continuar a criar seus gados na serra”.²⁶

A hostilidade de José Inácio com os índios da Cachorra Morta resultou em um vultoso conflito. A partir de um “combinado” entre esse coronel de Coité com Manuel de Jesus Conceição Cunha, o tenente-coronel e delegado de polícia de Milagres

fornece a José Inácio uma força de setenta e duas praças, contra a disposição de lei, finge-se uma ordem do subdelegado do distrito do Coité José Leite Furtado à José Inácio inimigo dos índios, entrega-se esta força e na madrugada do dia 28 de abril José Inácio invade com ela a aldeia dos índios e sem prévia ciência e consenso de seu diretor tudo contrário às disposições da lei/decreto n. 426 de 24 de julho de 1845 e os princípios de humanidade.²⁷

Com a força de uma cabroeira da guarda local a serviço do respectivo coronelismo, “cometendo toda sorte de excessos nas famílias”, invadiram as choupanas daqueles “infelizes” em busca dos “chefes dessas famílias”. Em suas informações à presidência, o juiz de Milagres queixa-se de que “o processo se acha abafado” devido ao “patronato” que formam os “verdadeiros criminosos”. Sobre a “sindicância recomendada”, Antônio Lopes da Silva Barros sugeriu alguma suspeição quanto à “imparcialidade e exatidão das informações” que foram colhidas pelo “doutor juiz de direito desta comarca acerca desse deplorável acontecido”. Aliás, a con-

²⁶ As cópias digitalizadas de dois documentos avulsos referentes às questões levantadas pelo juiz municipal de Milagres, Antônio Lopes da Silva Barros, foram disponibilizadas pelo pesquisador Heitor Feitosa, do Instituto Cultural do Cariri (ICC), localizado no município do Crato, Ceará. Lá encontram-se os originais. Posto assim, indicarei em nota a referência “ICC” para identificar os documentos correspondentes.

²⁷ Ver ICC.

figuração do conflito, isto é, a versão oficial dos acontecimentos, era dada “pelo próprio José Inácio e pelas autoridades culposas”.

A disposição dos envolvidos no conflito – “índios” e “soldados” – foi inscrita de modo a figurar o fato histórico de que “esta força ia em procura de designados ou tomar armas dos índios”. De fato, um “pretexto” por conta de possuírem “armas finas próprias de caçar de que fazem esses infelizes profissão e parte de sua alimentação”, além da “falta de polícia dos mesmos”, atribuindo ao “diretor dos mesmos índios” uma falta de comprometimento “com o seu dever acerca da catequização e civilização”.

O antagonismo entre conservadores e liberais mostrava-se nos discursos dos deputados na Assembleia Legislativa provincial. Na sessão de 27 de novembro de 1867,²⁸ o deputado (liberal) Livino Lopes de Barros e Silva, que foi “promotor no Jardim um ano e tantos meses”, ao protestar contra os “despotismos e arbitrariedades” praticadas pelos senhores Marcondes e Alvim (“conservadores vermelhos”), “autoridades da comarca do Jardim”, investiu no debate político sobre o cerco à aldeia dos índios da Cachorra Morta, feito por uma “escolta de setenta e tantos homens armados e bem municidados” preparada por Manuel de Jesus.

A violência aberta contra aqueles índios mobilizada por Manuel de Jesus teria como um dos objetivos “desmoralizar nosso prestimoso amigo capitão Francisco José de Sousa e a seu sobrinho Manuel Fortunato de Sousa, diretor da aldeia – Cachorra Morta”. Acreditava-se numa determinada reação dos Sousa, o que poderia gerar uma situação que “fosse motivo para serem também processados, e talvez assassinados, e, por conseguinte, inutilizados para a eleição”. Os índios resistiram:

De fato, sr. presidente, chegada a escolta à aldeia dos índios, sem que eles fossem criminosos, e nem estivessem no caso de serem recrutados, espancam homens e mulheres, prendem os que podem e conduzem-nos para Milagres; alguns dos companheiros dos índios presos, dirigem-se para Milagres para implorarem a soltura de seus companheiros, mas chegados ao lugar aonde descansara a tal escolta com os presos, apenas o sub-delegado do Coité e o inspetor do quartirão José Inácio, que foram os comandantes dessa força, avistaram os pobres índios, mandaram descarregar as armas sobre eles, os soldados executaram a ordem, assassinaram um índio, feriram outros, e voltaram para Milagres com a sua presa.²⁹

Manuel de Jesus conservava-se como delegado de polícia de Milagres, isto é, seguia “acumulando o cargo de delegado de polícia e de substituto do juiz”. E, então, como se deu a instauração do processo policial sobre o “deplorável fato criminoso” no aldeamento dos índios – por vezes classificados como “Chochos” – no lugar Cachorra Morta? Esse delegado de polícia, segundo o deputado Livino Barros,

²⁸ *O Cearense*, Fortaleza, ano XXII, n. 2.522, domingo, 8 de dezembro de 1867.

²⁹ *Idem*.

longe de instaurar o processo contra os indivíduos que compunham a escolta, que cometeu o atentado, o processo é feito contra os índios que foram feridos, e que não tiveram culpa nenhuma no crime; e estando alguns deles presos, a monstruosidade do processo foi tal que não foram chamados para assistir a formação de culpa, como é de lei, e sendo considerados como órfãos, e por conseguinte tendo de se lhes dar curador para também assistir a formação da culpa, como também é de lei, não se lhes deu, dando em resultado, que em lugar de serem pronunciados os que faziam parte da revolta, foram os pobres índios.³⁰

Lembrando-se de que se trata de uma sessão na Assembleia Legislativa, acontecem, pois, aportes e protestos de outros deputados, como o de “um sr. deputado: – Porque não se deixaram matar”. Em seus desfechos e considerações finais, o deputado Livino Lopes de Barros e Silva relatou que “isto foi levado ao conhecimento do presidente da província, acompanhado de documentos, e, no entanto, até hoje nenhuma providência se deu”. Tratava-se, enfim, de um evento de violência no conjunto das práticas executadas por aquele delegado de polícia de Milagres: “Seria um nunca acabar, sr. presidente, se eu pretendesse narrar hoje todos os crimes e arbitrariedades do sr. Manuel de Jesus”.

Possivelmente, devido às pressões políticas e aos enfrentamentos entre famílias, e, obviamente, sem perceber perspectivas e muito menos receber “providências” do presidente da província quanto ao aldeamento da Cachorra Morta, que tinha “conhecimento” dos fatos, Manuel Fortunato de Sousa, seu diretor, pediu exoneração do cargo, em 1869.³¹

Em resposta à determinada circular do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que pedia “todos esclarecimentos sobre assuntos declarados na relação anexa”, cabendo às repartições públicas competentes as informações, o governo da província assim apresentou:

Catequese

Os poucos índios que ainda restam nesta província estão confundidos com a população e vivem do trabalho agrícola.

Não há aldeamento propriamente dito.

Em Milagres no lugar denominado “Cachorra Morta” há onze índios mansos aldeados sob a inspecção de um diretor.

O seu estado de reconhecida ignorância e pobreza me faz crer que não se pode ainda dispensar uma tutela ativa e zelosa como a que tem presentemente.³²

³⁰ Idem.

³¹ Livro de ofícios sobre estatística, teatro, iluminação, catequese de índios, 1863-1876, caixa 163.

³² Livro de ofícios sobre estatística, teatro, iluminação e catequese de índios, 1863-1876, livro n. 163, 10 de fevereiro de 1869.

Depois de atravessarem verdadeiras situações de guerra aparelhadas contra eles nas arenas do Cariri, “onze índios mansos aldeados sob a inspeção de um diretor” continuavam vivendo em Milagres em fins da década de 1860. Mas não havia “aldeamento propriamente dito”. Ora, de fato, o que havia? A Assembleia provincial tratava, então, de legislar sobre a única “tribo” que ainda existia na província, acomodando-a sob a “religião” e a “sociedade”.

Diante do exposto, em 18 de novembro de 1872, o presidente Esmerino Gomes Parente assim recomendou: “O seu estado de reconhecida ignorância e pobreza me faz crer que não podem dispensar uma tutela ativa, e zelosa, como a que tem presente”.³³ Após “os Sousas” deixarem a direção do aldeamento da Cachorra Morta, assumiu como seu novo diretor o tenente-coronel Manuel de Jesus da Conceição Cunha, que há muitos anos exercia controles diversos no sul da província do Ceará, tanto em Milagres quanto em localidades vizinhas, a exemplo de Coité. Se a “história policial” do delegado, também juiz municipal, tenente-coronel Manuel Jesus se aparentava “com a de um capitão-mor de índios”, podemos pensar a respeito da “fabricação de um permanente estado de guerra” (Oliveira, 2016, p. 17) que paulatinamente justificava práticas de “pacificação”.

Moradores de Jardim e de Milagres buscaram aldeá-los a fim de ordenar as atividades “errantes” daquele grupo de índios, ao passo que as boiadas avançavam pelos sertões definindo “os lineamentos gerais da economia pastoril” de uma sociedade em formação (Menezes, 1995, p. 41). Com efeito, a “errância” e as experiências de aldeamento vividas por essa(s) coletividade(s) de autóctones incitaram nossa análise crítica diante dos problemas da “dispersão” à força de bandos armados, o que provoca ainda mais a reflexão sobre os processos de migração nas áreas da caatinga, mais especificamente no vale do Cariri cingido por entre as províncias de Ceará, Pernambuco e Paraíba. Cabe, realmente, desnaturalizar a “vida errante” dos grupos indígenas no contexto do século XIX, pois condições políticas associavam-se às secas nos deslocamentos que compeliavam tanto famílias das “classes desvalidas” quanto de índios, que buscavam recompor e tecer relacionamentos com lugares e pessoas ao longo do tempo (Menezes, 1995).

Errantes, ou melhor, itinerantes, os índios da Cachorra Morta partem novamente à procura de reconhecimento oficial de terras por eles ocupadas, e, dessa vez, dirigiram-se para o centro do poder, o palácio presidencial, em Fortaleza:

Noticiário

Índios. – Ontem apresentou-se em palácio uma comissão dos índios aldeados na Cachorra Morta, Milagres, a fim de solicitar de S. Excia. um título que legitima a posse das terras que eles ali há longos anos ocupam.

³³ Livro de ofícios do governo da província ao Ministério da Agricultura, 1861-1872, caixa 144.

S. Excia. recebeu-os com benevolência, mandou distribuir-lhes roupa e recolhê-los a um dos abarracamentos de emigrantes, até que passe o vapor “Pirapama”, que deve conduzi-los até o Aracati para dali seguirem ao aldeamento.³⁴

Organizados em uma “comissão”, alguns índios da Cachorra Morta investiram em uma viagem à Fortaleza com o intuito de demandar à presidência da província do Ceará uma solicitação da posse definitiva das terras que ocupavam “há longos anos”. Assim, foram recebidos no palácio pelo chefe do governo, segundo a notícia destacada. A partir da ordem do presidente para “distribuir-lhes roupa”, o prosseguimento das deliberações mandava juntá-los com “a população emigrada do interior desta e das províncias vizinhas” em um dos abarracamentos existentes na capital.

Nessa época, 1880, a província do Ceará atravessava um longo período de estiagem (seca) e uma epidemia de varíola. Diante do número elevado de retirantes abarracados na capital em busca de “socorros”, o governo provincial procedia na direção de encaminhá-los para seus lugares de origem, oferecendo algum auxílio inicial. Dessa forma, aqueles indígenas provindos de Milagres foram despachados em uma viagem de volta, navegando, presumivelmente, no “vapor ‘Pirapama’” até o porto de Aracati, e de lá, quiçá, seguiram para o Cariri, para terras cultivadas durante toda a sua vida na Cachorra Morta.

MORTE E VIDA

Os índios da Cachorra Morta, em Milagres, surgiram na documentação do Ceará imperial como a “tribo de índios selvagens” que caberia ser aldeada, pois ainda não estavam “confundidos na massa geral da população” (Araripe, 1867, p. 38). Fugas em razão de sucessivas perseguições e abandonos de aldeamentos, ou seja, a busca por outras terras possíveis para a formação de um lugar para viver, estavam frequentemente no horizonte das lutas, realizações e caminhos conhecidos desse(s) grupo(s) de índios. Foi assim que, no ano de 1877, vinte e oito “índios Umãs”, vindos de um lugar chamado Cachorra Morta, enfrentando a seca no Ceará, voltam para a vila de Floresta, no sítio da Penha, pois pediam, com o auxílio de “um mediador letrado que aparece na documentação pelo nome de Manuel Rosio Egídio Josué”, a restituição e o reconhecimento de posse de terras na serra, na época ocupadas por moradores daquela localidade (Mendonça, 2013, p. 69).

As relações entre os índios da Cachorra Morta e fazendeiros locais (coronéis municipais) eram, assim, constitutivas da história do campo social considerado, obviamente enredadas em contextos mais amplos de distribuição de poder e dominação simbólica. Nesse sentido, o discurso acerca do conflito de “grandes estragos” atribuídos a esses índios, que encontravam nos rebanhos de gado talvez uma das poucas alternativas de alimento, conjugava-se ao “regime de memória” que estabeleceu a “classificação prática” que distinguia o índio “confun-

³⁴ *O Cearense*, ano XXXIV, n. 6, sexta-feira, 16 de janeiro de 1880.

dido na massa geral da população civilizada” do índio “no estado selvagem”, impondo, assim, necessariamente, respectivas “categorias de percepção” (Bourdieu, 2011).

O campo social em expansão que examinamos era constelado por fluxos de viagens de famílias indígenas que demandavam a posse legítima de terras, esquadrinhando “matas”, “brenhas” e serras em que pudessem organizar suas choupanas e lavoura. E, então, da viagem ao palácio do governo, aqueles índios embarcaram até Aracati no vapor Pirapama e de lá voltaram para as terras da Cachorra Morta? Ficamos no espaço das possibilidades a respeito da trajetória histórica desses indígenas desde a supracitada notícia que sugeria a recolhida deles em algum abarracamento de emigrantes, juntos a “muitos Severinos”.³⁵

Pretendeu-se com este estudo construir um escrito histórico (Ginzburg, 2006). Menos do que delinear uma argumentação a respeito dos indígenas concatenada às legislações indígenas, é fundamental repensar o processo de fragmentação e reconstituição de grupos étnicos inseridos em situações históricas específicas, problematizando sobre “conjuntos de relações estabelecidas entre os indígenas e os demais atores e forças sociais que com eles interagem” (Oliveira Filho, 2016, p. 7). Dessa maneira, complica-se a construção da sociedade brasileira e a concepção da nação como um desenvolvimento histórico (Maus, 2017; Weber, 1982). Busquei, portanto, provocar indagações atuais a respeito da escrita da história do Brasil.

Referências

Fontes manuscritas e periódicos do século XIX

Arquivo Público do Estado do Ceará (Apec).
Relatórios de presidentes da província do Ceará.
Jornais *O Cearense* e *O Araripe*.

Obras de referência

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, 1930.
ALENCAR, Álvaro de. O cólera-morbus no Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, ano LVII, 1943.
ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.
ALVES, Joaquim. O vale do Cariri. *Revista do Instituto do Ceará*, ano LIX, p. 94-133, 1945.
ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará*. Recife: Tipografia do Jornal do Recife, 1867.

³⁵ Alusão ao poema “Morte e vida Severina”, de João Cabral de Melo Neto.

- ARRAES, Esdras. Curral de reses, curral de almas: introdução à urbanização dos “certoens” das capitâneas do Norte (séculos XVII-XIX). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 58, p. 51-77, 2014.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões? *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 2, n. 5, p. 3-18, 1840.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese das classes. In: _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HARTT, Charles Frederick. *Geologia e geografia física do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.
- INFORMAÇÕES sobre os índios bárbaros dos sertões de Pernambuco. *Revista do Instituto do Ceará*, ano XXVII, p. 203-219, 1913.
- KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. A economia pastoril. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, n. 12/13, p. 75-106, 1982.
- MAUSS, Marcel. *A nação*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- MELO NETO, João Cabral de. *Morte e vida severina*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- MENDONÇA, C. *Insurgência política e desobediência epistêmica: movimento descolonial de indígenas e quilombolas na serra do Arapuá*. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.
- MENEZES, Djacir. *O outro Nordeste*. Fortaleza: UFC, 1995.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Romantismo, negociação política ou aplicação da antropologia: perspectivas para as perícias sobre terras indígenas. In: _____. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- _____. Os Caxixó do Capão do Zezinho: uma comunidade indígena distante das imagens da primitividade e do índio genérico. In: OLIVEIRA, J.; SANTOS, A. *Reconhecimento étnico em exame: dois estudos sobre os Caxixó*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003.
- _____. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____. (org.). *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa; Laced, 2004.
- _____. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Comissão das borboletas: as ciências do Império entre o Ceará e a corte*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003.
- _____. *Os ziguezagues do dr. Capanema*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do cangaço*. São Paulo: Global, 1997.
- RICOEUR, Paul. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Loyola, 2006.
- SCHAFF, A. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2005.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAIS, E. (org.). *Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *Ensaio sobre teoria da história*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

SOUSA, Tomás Pompeu de. *Ensaio estatístico da província do Ceará*. Tomo 2. Fortaleza: Tipografia B. de Mattos, 1864.

STUDART, C. Os aborígenes do Ceará (2ª parte). *Revista do Instituto do Ceará*, ano LXXVII, 1963.

TURNER, Victor. Hidalgo: a história enquanto drama social. In: _____. *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói (RJ): Eduff, 2008.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

WOLF, Eric R. Encarando o poder: velhos *insights*, novas questões. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). *Antropologia e poder*. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.

Recebido em 11/9/2017
Aprovado em 12/3/2018

AS HABILITAÇÕES SACERDOTAIS E OS PADRES DE COR NA AMÉRICA PORTUGUESA
POTENCIALIDADES DE UM *CORPUS* DOCUMENTAL
PRIESTLY QUALIFICATIONS AND BLACK PRIESTS IN PORTUGUESE AMERICA
POTENTIALITIES OF A DOCUMENTARY *CORPUS*

ANDERSON JOSÉ MACHADO DE OLIVEIRA | Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Bolsista Produtividade do CNPq.

RESUMO

O artigo visa mostrar uma breve discussão sobre uma fonte de natureza eclesiástica até o momento pouco explorada pelos historiadores brasileiros, principalmente no que se relaciona à construção de uma história dos descendentes de escravos no período colonial. A riqueza das habilitações sacerdotais permite reconstruir trajetórias de africanos e seus descendentes, descrevendo complexos processos de mobilidade social.

Palavras-chave: habilitações sacerdotais; clero de cor; mobilidade social; história da escravidão.

ABSTRACT

The present article aims to present a brief discussion about a source of ecclesiastical nature so far little explored by Brazilian historians, especially in what concerns the construction of a history of descendants of slaves in the colonial period. The wealth of priestly qualifications allows reconstructing trajectories of Africans and their descendants, describing complex processes of social mobility.

Keywords: priestly qualifications; color clergy; social mobility; history of slavery.

RESUMEN

El presente artículo pretende presentar una breve discusión sobre una fuente de naturaleza eclesiástica hasta el momento poco explorada por los historiadores brasileños, principalmente en lo que se relaciona a la construcción de una historia de los descendientes de esclavos en el período colonial. La riqueza de las habilitaciones sacerdotales permite reconstruir trayectorias de africanos y sus descendientes, describiendo complejos procesos de movilidad social.

Palabras clave: habilitaciones sacerdotales; clero de color; movilidad social; historia de la esclavitud.

FONTES ECLESIAÍSTICAS E HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO

Os Estados monárquicos modernos estruturaram-se sob a égide de uma visão corporativa de sociedade, a partir da qual a desigualdade era um elemento natural da organização social. Considerando-se esta perspectiva, a escravidão afirmou-se, principalmente nas sociedades coloniais, sem que tivesse desaparecido na Europa, como um dos pilares para a construção de uma sociedade profundamente hierarquizada na América portuguesa (Mattos, 2001). Mais do que a constituição de mão de obra que sustentasse as atividades econômicas, a escravidão era um valor, através do qual se media a diferença entre os seres humanos, demarcando fronteiras a partir da maior ou menor proximidade com o universo do cativo.

A conformação ideológica desse modelo político e social deveu-se em grande parte ao caráter confessional assumido pelos Estados modernos. Neste sentido, a soberania eclesiástica era um componente básico das monarquias e a noção de religião compreendia a política, assim como a noção de política também incluía a religião. Portanto, esta não se tratava de um instrumento de legitimação em um sentido cínico, mas torna-se preciso compreender que a própria consciência política e social não se constituía sem referência à religião (Reinhard, 1986; Prodi, 2010). Com efeito, a desigualdade e a própria escravidão eram compreendidas como manifestações da razão divina e, por isso, como elementos naturais. Esta concepção informava a própria justiça distributiva dos monarcas que procuravam, na condição de vigários de Cristo, manter a ordem, atribuindo hierarquias dentro da perspectiva tomista do que deveria ser dado a cada um segundo “a razão de sua natureza e condição” (Hespanha, 2010, p. 49-52).

Embebida nesta tradição, a monarquia católica portuguesa construiu com a Igreja o discurso de legitimidade da escravidão, tendo por base a ideia de que o cativo se justificava em decorrência do pecado e da inferioridade ética e espiritual de alguns povos. Noção que conciliava as concepções da escolástica medieval, tributária da tradição judaico-cristã e do pensamento aristotélico. A junção destas tradições à época moderna contribuiu para alicerçar um edifício categorizado, típico de uma sociedade com traços da cultura política do Antigo Regime. Todavia, a ideia de uma naturalidade da escravidão não se afirmou sem que controvérsias emergissem (Oliveira, 2009).

Os jesuítas, com os colonos, suscitaram diversas questões em contrariedade à escravidão do elemento indígena, embora esta tenha sido largamente utilizada. Para os inácianos, os índios eram livres quando da chegada dos portugueses, portanto não conheciam a escravidão. Diferenciavam, pois, as reduções jesuíticas do cativo conduzido pelos senhores, já que, nos aldeamentos, os indígenas seriam retirados do meio viciado, sendo instalados em comunidades ideais. Reiterava-se, neste caso, a tendência de alguns missionários, no Novo Mundo, de que aqueles teriam uma natureza não corrompida e poderiam servir como parâmetro para a mudança dos hábitos europeus. Deste modo, embora visto como um ser humano natural, o elemento indígena não precisaria ser escravizado para ser convertido ao cristianismo (Oliveira, 2009; Davis, 2001).

A controvérsia, entretanto, não impediu que, sobre os índios, pairasse sempre a desconfiança em relação aos seus costumes, considerados gentílicos, e nem lhes assegurou estarem livres da escravidão. A liberdade do elemento indígena só adviria, em 1755, com as medidas pombalinas, consolidadas no Diretório dos Índios, quando se traçou para estes um projeto civilizacional, que os tornava livres, mas obrigava-os a assumir os hábitos europeus (Oliveira, 2009).

A escravidão africana, no entanto, parece não ter gerado as mesmas controvérsias. A certeza da marca do pecado e da inferioridade ética distinguiria os africanos e também os seus descendentes. Ao longo da época moderna, foi se fixando a história da divisão do mundo entre os filhos de Noé. Desenvolveu-se um processo de africanização de Cam, embora este ainda fosse visto como um homem branco, tendo enegrecido somente em representações que se tornaram correntes no século XIX. A identificação dos descendentes de Cam com os africanos e a decorrente associação entre cor da pele e transgressão/pecado foram iniciadas pelos muçulmanos e assumidas pelos cristãos no momento em que estes se engajaram mais fortemente no tráfico de escravizados (Braude, 1997 e 2002).

O caráter essencial que a escravidão africana assumia para o Império português não deixava dúvidas quanto ao papel do catolicismo na inserção dos “descendentes de Cam” no seio da cristandade. Neste sentido, cabia à Igreja a condução de um processo que visava produzir uma unidade de procedimentos e crenças, levando em consideração as hierarquias e a necessidade de reproduzi-las para o bom funcionamento da ordem nos padrões já assinalados de uma cultura política corporativa (Oliveira, 2009).

Ao poder eclesiástico cabia, além da produção de discursos, colaborar com a coroa no controle efetivo dos povos, mapeando-os. Sob os auspícios da monarquia católica, encontrava-se nas mãos da Igreja o enquadramento da população por meio dos registros paroquiais (batismos, casamentos e óbitos), o que se tornou um hábito rotineiro ao longo do período moderno. O domínio sobre estes números convertia-se, como afirmou António Hespanha, no controle sobre os indivíduos (Hespanha, 1998, p. 261). No afã de conversão de africanos e seus descendentes, a Igreja não deixou de impor aos mesmos os ritos e sacramentos que marcavam os atos religiosos e, deste modo, produziu registros que permanecem como fontes fundamentais para a reconstrução de suas histórias.

Com efeito, embora os registros paroquiais e demais fontes eclesiásticas não digam respeito somente aos escravizados e libertos, este conjunto documental torna-se precioso e muitas dessas fontes se encontram sob o controle dos eclesiásticos. A continuidade do regime de união entre Igreja e Estado, durante o Império do Brasil, fez avançar a sua produção. Por outro lado, a forma conciliadora pela qual foi realizada a separação destas instituições,¹ com o advento da República no Brasil, beneficiou o clero em muitos aspectos, não havendo,

1 O Estado republicano, apesar da postura laicista assumida, no plano prático, rendeu-se à evidência da continuidade da Igreja como instituição de manutenção do consenso social. A instituição, que perdeu os privilégios de religião de Estado, todavia, ganhou uma ampla autonomia de ação sem os obstáculos antes interpostos pelo poder secular.

como na França, e mesmo em Portugal, em 1910, um confisco dos bens eclesiásticos. Por consequência, toda esta documentação, produzida ao longo de séculos, permaneceu sob o domínio da Igreja, o que, em alguns casos, dificulta o acesso do pesquisador. Em países onde a separação foi mais incisiva, estas fontes tornaram-se de domínio público, passando a compor o acervo dos arquivos nacionais, como é o caso de Portugal, por exemplo, onde o Arquivo Nacional da Torre do Tombo custodia um imenso manancial de documentos que provieram de instituições eclesiásticas.

Entre as fontes eclesiásticas, muito já se falou sobre a importância dos registros paroquiais para a construção de uma história social e também especificamente para uma história da escravidão (Gudeman & Schwartz, 1988; Faria, 1998; Soares, 2000; Rodrigues, 2005; Brügger, 2007; Guedes, 2008; Soares, 2009). Estas continuam a ser revisitadas sob novos olhares e com a interposição de novas questões (Fragoso, 2014; Guedes, 2014). Além desses registros, em outros documentos, provenientes da Igreja, também é analisada a presença dos africanos e seus descendentes na sociedade colonial. Entre estes, um conjunto, que tem sido pouco visitado, é aquele formado pelas habilitações sacerdotais.

O acervo com o qual venho trabalhando está sob a guarda do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, cujo fundo denominado Habilitações Sacerdotais tem um total de 4.731 processos, com marcos temporais entre os anos de 1620 e 1958. Deste conjunto, 3.587 documentos correspondem ao período entre 1620 e 1822, e 2.671 habilitações (56% do total) cobrem o século XVIII, que é o período ao qual venho me dedicando mais sistematicamente. A pouca atenção dispensada a esta documentação, no que tange à história do período escravista, creio que em grande parte justifica-se pela opinião corrente na historiografia, até então, de que os descendentes de escravizados e libertos não teriam sido incorporados à estrutura da Igreja. Questão que passo a discutir a seguir.

HABILITANDO OS “HOMENS DE COR”

OS PROCESSOS

A ordenação sacerdotal requeria que todo candidato abrisse um processo na Câmara Eclesiástica do bispado. Este era composto basicamente por três peças que correspondiam ao *genere* (investigação sobre as origens familiares), ao *vita et moribus* (investigação sobre os costumes) e ao patrimônio. O benefício eclesiástico ou patrimônio tornou-se uma exigência a partir do Concílio de Trento e previa a necessidade de comprovar que o habilitando, depois de ordenado, teria meios para manter-se honestamente. Objetivava-se com isso evitar que os sacerdotes vivessem como mendicantes, o que era visto como indigno ao estado clerical, além de prevenir abusos no que tangiam às práticas de simonia ou que exercessem atividades que lhes eram proibidas, como, por exemplo, o comércio.

A essas peças processuais outras poderiam ser acrescentadas, como toda a sorte de dispensas solicitadas antes e durante a abertura do processo: as dispensas do chamado defeito de nascimento relacionado à ilegitimidade; dos defeitos de origem que atingiam descendentes

de judeus, protestantes, índios e negros; dispensa de comprovação de origens, quando não se tinha como fazê-lo em função do desconhecimento de quem eram os pais ou mesmo de ramos da família; dispensa de idade ou de interstícios, no momento em que se queria antecipar as idades canônicas estabelecidas para as etapas do processo de ordenação, entre outras. Aos processos também se apensavam uma série de cópias de registros como o batismo, casamento dos pais e comprovações de estudos realizados.

Deste modo, a habilitação, ao se completar, constituía um conjunto documental por vezes bastante extenso e inserido em um percurso construído pelo habilitando com vistas à ordenação. Neste emaranhado de documentos várias vozes emergiam, já que a grande base de sustentação dos processos eram os testemunhos coletados para atestar a origem, os costumes e mesmo a avaliação do patrimônio. Nas *Constituições Sinodais do Arcebispado de Lisboa*, em que se referia às investigações sobre limpeza de geração, recomendava-se aos párocos, responsáveis por coletar os depoimentos, que consultassem as pessoas da localidade consideradas fidedignas (Cunha, 1656, p. 100). As *Constituições Primeiras da Bahia* eram mais explícitas neste ponto ao exigir que as testemunhas fossem fidedignas e cristãs-velhas (Vide, 2010, p. 824). A definição, portanto, da qualidade do testemunho passava necessariamente pelos arranjos locais que, mesmo diante da imparcialidade que o direito canônico exigia do pároco, acabavam por acionar redes de sociabilidades, nas quais o habilitando estava inserido, ou mesmo descortinando situações de conflitos e disputas políticas locais como observou Evaldo Cabral (Mello, 2010, p. 30). O papel dos vigários também não era desprezível, pois eram eles que, em última instância, deveriam convocar os depoentes, sendo responsáveis por acionar os elos das redes em que deveriam atuar (Olival et al., 2013).

Os processos, portanto, permitem visualizar uma cultura política e jurídica que ainda tinha como uma de suas bases a oralidade. Esta característica, como afirma Hespanha, assestava a memória cultural sobre o testemunho que tinha por fundamento o argumento da autoridade, ou seja, estabelecia sua validade a partir da credibilidade e qualidade que se atribuíam aos depoentes (Hespanha, 2010, p. 155).

Em sociedades profundamente hierarquizadas, os fatores a influenciar a autoridade do argumento repousavam no *status* social dos declarantes, na sua fama pública e na relação estabelecida entre eles e os habilitandos. Deste modo, uma primeira aproximação metodológica em relação a este *corpus* documental é procurar analisá-lo, à luz do que propõe Giovanni Levi (2000), como parte de uma estratégia de distinção social por meio do acesso aos quadros da Igreja e que, no caso específico dos “homens de cor”, engendrava um processo de mobilidade social. A consecução do artifício estava condicionada nestes casos ao estabelecimento de redes de proteção e reciprocidades que devem, em meu entendimento, ser avaliadas a partir das diversas vozes declarantes que emergiam nos processos. Portanto, os testemunhos processuais podem ser considerados verdadeiros apoios políticos aos habilitandos (Olival et al., 2013). Segundo as *Constituições da Bahia*, cabia aos párocos identificar os atestadores, recolhendo não só o nome, mas também profissão, local de moradia, entre outras informações.

Acredito que se pode aplicar aos processos de habilitação a perspectiva relacional preconizada pela microanálise, construindo-se uma abordagem histórica que valorize as relações dos indivíduos entre si e como estas embasavam um conjunto de ações sociais (Grendi, 2009; Revel, 1998). Em cada processo, é possível perceber o universo de relações dos habilitandos e como estas se refletiram nas suas estratégias em direção ao sacerdócio. Firma-se, portanto, um procedimento investigativo onde cada contexto em específico é analisado pelas contingências que o moldaram (Barth, 2000), permitindo-se compreender a multiplicidade de estratégias construídas e visões diferenciadas sobre percursos semelhantes, no caso em questão, o acesso ao clero secular. A visão de conjunto que daí poderá emergir apontará para um universo mais plural da análise dos processos de apropriação do catolicismo, principalmente no que se refere aos seus aspectos de inserção e diferenciação na sociedade colonial. Visualiza-se igualmente o sacerdócio, organizando-se a partir de demandas cotidianas em diálogo com as normas prescritas, algumas vezes, seguindo-as, outras vezes, alterando-as de acordo com as táticas concebidas em meio aos interesses de grupos e indivíduos. Pode-se, por conseguinte, propor uma história social do catolicismo que leve em consideração os projetos de conversão, concebidos no âmbito das hierarquias eclesiásticas e mesmo da coroa, e a atuação das populações coloniais no sentido de conferir dinâmica a estes projetos, inserindo-se neles e ao mesmo tempo recriando-os.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Cingindo-me ao universo do clero secular e à presença de africanos e seus descendentes em seu seio, ao iniciar minha reflexão neste campo deparei-me com uma relativa escassez de trabalhos que se dedicassem à temática em nossa historiografia. Uma das dificuldades para se pensar esta problemática relacionava-se ao posicionamento de alguns estudos que afirmavam a inexistência de um “clero de cor” na América portuguesa. Seguindo, por vezes, uma interpretação restrita das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, alguns autores acabaram por entender o sacerdócio como uma atividade exclusiva da população branca (Mira, 1983; Azzi, 1992; Lodoño, 1997). Chegou-se a afirmar que, sob o aspecto da ordenação sacerdotal, a Igreja colonial esteve fechada aos segmentos de cor (Russel-Wood, 2005).

Russell-Wood cita, contraditoriamente à sua própria argumentação, o exemplo de Antônio Vieira que teria em sua origem uma avó paterna mulata e mesmo assim fora ordenado, em 1634, pela Companhia de Jesus. Segundo o autor, o caso de Vieira seria um exemplo-limite que se explicaria pelo fato de não ter nascido no Brasil, não ser filho de escravizado e ter sido admitido à Companhia em um período no qual o antagonismo entre negros e brancos não era ainda tão latente (Russel-Wood, 2005, p. 117-119). No que concerne ao clero secular, tais afirmações parecem-me tornar absolutas as normas prescritas pelas *Constituições Primeiras*, desprezando-se os casos concretos.

Caio Prado Júnior, acredito ter sido um dos primeiros a reconhecer a presença de mestiços nas fileiras do clero. Segundo o autor, a Igreja era um dos caminhos abertos à possibilidade de ascensão social. Mesmo com a existência do preconceito de cor, Prado Júnior asseverou que os negros que demonstrassem aptidão poderiam, por meio da carreira eclesiástica, empre-

ender um processo de mobilidade social. Todavia, tal fator foi analisado enquanto uma questão individual que se justificava por uma “tradição democrática” da Igreja. O fenômeno em si não traduzia uma lógica de classificação social mais ampla, pois era em última instância reflexo de casos-limites (Prado Júnior, 1983, p. 280-281). Um dos objetivos que me propus foi tentar perceber um sentido mais orgânico em tais processos, compreendendo a ordenação como um projeto de grupo, notadamente da família, e elegendo a questão da mobilidade social como uma chave fundamental de análise (Oliveira, 2013).

Outro estudo clássico, que atentou para a temática, foi o de Thales de Azevedo, *As elites de cor*. Assim como Caio Prado, Azevedo enxergou a questão como um dos mecanismos de ascensão social das populações de cor, aberto pela Igreja, pelo menos desde o século XVIII. Entretanto, para o autor, o fenômeno se inscreveria no contexto das relações de tolerância e harmonia que marcaram o processo de miscigenação no Brasil desde o período colonial. Assumindo uma perspectiva claramente “freyriana”, Azevedo relaciona a existência do “clero de cor” às boas relações raciais existentes no Brasil, ao tratamento brando dispensado aos escravizados e à atuação integradora da Igreja desde os primórdios da colonização (Azevedo, 1955, p. 49 e 142-143). É desnecessário entrar em todo o debate acerca das ideias de Gilberto Freyre e as críticas feitas a elas, principalmente no que tange às origens da chamada democracia racial brasileira.² Penso que tais considerações caibam com relação à análise de Thales de Azevedo. No entanto, assim como Prado Júnior, Azevedo tem o mérito de apontar a questão do “clero de cor” como um elemento complexo na análise das relações sociais na América portuguesa, destacando igualmente o problema da mobilidade social.

José Carrato também aborda de forma periférica a temática, mencionando a existência de clérigos mulatos formados no Seminário de Mariana, porém não analisando de forma mais específica a questão. Ele atribuiu as ordenações à iniciativa dos bispos zelosos por uma política de evangelização dos fiéis e dispostos a aumentar o número de sacerdotes no pastoreio das almas, independente dos preconceitos relacionados à cor da pele (Carrato, 1968, p. 64-67 e 107-112), análise que se assemelha à de Arlindo Rubert (1988, p. 289).

Devo salientar que, embora reconhecesse a necessidade de pensar o papel da hierarquia na formação de um “clero de cor”, não dei a princípio a devida relevância à questão. Acreditava, considerando ingênuas as posições de Carrato e Rubert, que o zelo pastoral dos bispos tinha uma importância limitada na compreensão do processo como um todo. Deste modo, as ações individuais dos antístites, embora não desprezíveis, deveriam ser consideradas em meio a um contexto marcado pelas tentativas de implementação dos ideais da Reforma católica e das discussões sobre o controle do aparelho eclesiástico envolvendo a Igreja e o Estado. Tais questões a meu ver continuam guardando importância, todavia a trajetória indivi-

2 Remeto aqui a alguns trabalhos que, na minha visão, fazem uma crítica ponderada ao pensamento de Gilberto Freyre, reconhecendo seus limites e suas contribuições. Cf: Araújo, 1994; Vainfas, 1999; Faria, 1998; Lara, 1988; Gomes, 2003.

dual dos prelados deverá ser mais bem compreendida, de forma a não homogeneizarmos as políticas episcopais, a partir da análise dos seus dilemas de formulação e suas contradições internas.

Charles Boxer foi outro a identificar a formação de um “clero de cor” no Brasil colonial. Ao refletir sobre a existência de restrições normativas para a ordenação deste segmento de sacerdotes, demonstra que dispensas foram concedidas para que os negros pudessem se ordenar. O autor discute a questão no contexto do que denomina de discriminação racial, no âmbito do Império português, mostrando que as dificuldades para aqueles que tinham sangue judeu ou negro eram maiores do que para aqueles que tinham um passado ameríndio ou protestante europeu de raça branca. Boxer não chega a propor uma explicação mais geral para a ordenação dos negros, mas entende-se que para ele as dispensas não tinham uma lógica determinada, já que não se poderia ter certeza prévia se elas ocorreriam ou não (Boxer, 1981, p. 251-252). Embora, como Caio Prado, Boxer tendesse a ver a questão sob um viés não orgânico, o autor não deixa de apontar para um fator que hoje avalio como importante: as incertezas presentes nos processos, decorrentes da variabilidade de estratégias utilizadas para efetivá-los.

O trabalho de Bárbara Fadel também identifica a presença de “homens de cor” entre os sacerdotes ordenados no bispado de Mariana. Sua interpretação realça a existência de uma estratificação social menos rígida, engendrada por uma sociedade urbana que se expandia na segunda metade do setecentos (Fadel, 1994). A autora também não formula uma explicação mais ampla para o problema, fazendo com que a presença destes segmentos, ligados ao sacerdócio, não passe de uma constatação. Além disso, a questão urbana no século XVIII por si só não parece dar conta de explicar a existência daqueles homens entre o clero. Análises mais recentes (Lara, 2007) demonstram que o espaço urbano na América portuguesa era tão hierarquizado quanto os demais, o que relativiza a ideia da cidade como um *locus* mais propenso a uma estratificação social mais flexível.

Em seu trabalho sobre a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular, Guilherme Pereira das Neves também demonstra a existência de um “clero de cor”. Embora o enfoque central do autor não fosse sobre este segmento específico, procurou compreender que a posição desses setores de “baixa extração” entre os “presbíteros do hábito de São Pedro” incluía-os na categoria de “nobres” em oposição àqueles que exerciam “ofícios mecânicos” – estes últimos, como se sabe, representativos de uma condição social desprovida de *status* na sociedade colonial (Neves, 1997, p. 201-205). A busca por ascensão social também é o caminho de interpretação seguido por Cândido da Costa e Silva, embora para o autor esta maior abertura do sacerdócio para os negros tenha sido um fator que se intensificou no pós-Independência (Silva, 2000, p. 146-147). Neste sentido, os autores também reconhecem que o movimento dos segmentos de cor na direção do clero secular representava uma ascensão no interior de uma sociedade profundamente hierarquizada.

Os trabalhos de Pereira das Neves e Costa e Silva convergem para uma tendência na historiografia internacional que é perceber a ordenação sacerdotal como um dos mecanismos

de mobilidade social no Antigo Regime.³ Jean Delumeau, ao analisar este processo na Época Moderna, reconhece que um dos caminhos de ascensão encontrava-se no acesso aos quadros da Igreja (Delumeau, 1978, p. 150). Esta abordagem também se distingue de forma mais explícita no artigo de Fernanda Olival e Nuno Monteiro sobre o clero português moderno (Olival; Monteiro, 2003).

Na historiografia hispano-americana, este enfoque evidencia-se de forma bastante profícua no estudo de Margarita Menegus e Rodolfo Aguirre Salvador sobre a constituição de um sacerdócio indígena na Nova Espanha entre os séculos XVI e XVIII. Os autores analisam mais detidamente o acesso dos filhos de caciques ao clero na ótica do aumento de prestígio e como uma forma de reforço do poder local dos pais, além de uma estratégia de negociação da coroa espanhola com a elite indígena (Menegus; Salvador, 2006). Devo salientar que o diálogo com esta historiografia, que tem a América espanhola como ambiente, foi extremamente proficiente. Estes autores já se colocavam, de forma mais sistemática, a questão da presença de índios e mestiços nos quadros do clero secular, compreendendo este fator como um elemento importante para a discussão sobre a redefinição dos padrões hierárquicos no mundo colonial (Poole, 1981, p. 638; Olaechea, 1992, p.142-155).

Ao enveredar por este enfoque das hierarquias e da questão da mobilidade social, pude não só conhecer melhor o universo de constituição do “clero de cor”, mas também perceber os limites de minha proposta original, procurando da melhor forma explorar a leitura dos processos de habilitação. Busco, portanto, dar destaque a quatro trabalhos que publiquei, os quais permitem apresentar uma ideia dos usos que fiz do *corpus* documental aqui em destaque (Oliveira, 2014a; Oliveira, 2014b; Oliveira, 2014c; Oliveira, 2015).

No primeiro texto, do ponto de vista teórico e metodológico, desenvolvi questões relativas ao tratamento dos processos de habilitação sacerdotal de uma forma geral, e em específico daqueles referentes aos negros, visando uma abordagem dos mesmos no campo da história social. Sob este aspecto, concentrei-me na identificação dos sujeitos e suas famílias, assim como nas relações por eles estabelecidas e formalizadas no conjunto de testemunhas que compunham o processo. Estas informações não só apontam para a possibilidade de reconstrução de trajetórias e carreiras no sacerdócio, como permitem analisar estratégias e composições sociais, visando à ordenação clerical. Este exercício metodológico partiu de uma base composta por 31 processos distribuídos entre os anos de 1669 e 1823. Em termos de amostragem, havia uma distorção nesta disposição, já que oito deles correspondiam a casos entre o fim do século XVII e primeira metade do século XVIII e os 23 restantes, ao período situado entre 1757 e 1823.

Abrindo um parêntese nesta discussão, é preciso registrar que atualmente tenho 68 processos, referentes à ordenação de negros, identificados e catalogados. Uma das dificuldades

3 Morgado García adverte sobre o caráter relativamente aberto da carreira eclesiástica na Espanha do Antigo Regime, estabelecendo a diferença entre os diversos setores do clero, chamando a atenção para as dificuldades posteriores à ordenação, em que vínculos clientelares, condição nobre e acesso a títulos universitários tornavam a mobilidade mais seletiva. Cf: Morgado García, 2000, p. 46-70.

no trabalho com esta fonte é a ausência de instrumentos de pesquisa. A maior parte desses processos de habilitação referentes aos chamados “homens de cor” não está identificada no índice de consulta do Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Encontrá-los requer o cruzamento de informações com outras fontes ou proceder à leitura e fichamento de todos os processos, que é o método que venho adotando. Um dos meus projetos futuros é publicar um instrumento de pesquisa que torne o acesso a esses processos mais simples e direto.

Voltando à análise proposta como ensaio inicial da pesquisa, embora aquela primeira amostragem fosse desproporcional na relação entre os períodos, ela já permitia vislumbrar algumas questões interessantes, pois apontava para uma especial composição dos arranjos familiares por trás dos habilitandos de cor. No período entre fins do século XVII e a primeira metade do século XVIII, levando-se em conta o fator filiação, a maior parte dos ordinandos era oriunda de arranjos familiares muito desiguais, geralmente a mãe era escravizada ou recém-liberta e o pai era branco e pertencente à chamada “nobreza da terra”, ostentando titulação militar ou de ordens militares, como a Ordem de Cristo, e relação com famílias de conquistadores e proprietários de terras. Já no segundo período, entre 1757 e 1823, começam a aparecer habilitandos oriundos de famílias de libertos, denotando maior proporção de pais ligados a ofícios mecânicos e comerciantes.

Neste sentido, a maior presença de pais titulados, entre a segunda metade do século XVII e a primeira do século XVIII, refletiria um quadro de uniões desiguais, onde se pode de alguma forma perceber a reprodução de um padrão da nobreza europeia relido na América portuguesa. Em casos como esses, foi incidente a procura da Igreja e dos ofícios reais como forma de favorecer a ascensão social dos chamados filhos bastardos e livrá-los de condições mais subalternas. Para o período seguinte, é possível constatar que, embora os valores aristocráticos associados ao papel do catolicismo como elemento de distinção tenham persistido, outros grupos começaram a acessar o “hábito de São Pedro” expressando a diversificação pela qual passava aquela sociedade, notadamente com a projeção dos setores mercantis e também com a mobilidade de famílias de forros que construíram caminhos para melhor posicionar-se na escala social. Estas impressões, com efeito, eram ainda bastante gerais, na medida em que careciam de um aprofundamento mais significativo no universo dos processos, a fim de que tais padrões pudessem ser verificados de maneira mais efetiva (Oliveira, 2014a). Por outro lado, as redes em torno dos habilitandos, principalmente considerando as testemunhas dos processos, ainda não foram exploradas.

A partir de observações, a comparação entre trajetórias apresentou-se como um caminho para melhor compreender as estratégias entre os diferentes grupos. Em artigo publicado na revista *Andes* (Oliveira, 2014b), selecionei os casos dos padres João de Barcelos Machado e José Maurício Nunes Garcia como pontos de partida. O primeiro tendo iniciado seu processo de habilitação às ordens em 1669 e o segundo em 1791.

João de Barcelos era filho natural do padre Inácio de Barcelos Machado e da mulata Felícia Tourinha, nascido na cidade do Rio de Janeiro e batizado na freguesia da Candelária no ano de 1644. Pelo lado paterno era neto do capitão Luís de Barcelos Machado e de Catarina Machado e pelo materno, de Ventura de Paiva, alfaiate, e Isabel da Rocha, mulher preta.

Segundo depoimentos que constam do processo de habilitação, à época do nascimento de João, sua mãe era escravizada e pertencia a dona Maria da Rocha.

Constata-se que, pelo lado paterno, João descendia de uma família de conquistadores e principais da terra. Das sete testemunhas de seu processo de *genere*, destacando-se os padres Francisco Gomes da Rocha e Brás Graces, além do capitão Francisco Lemos, todos insistiram em dizer que seus avós paternos eram “cristãos-velhos, pessoas nobres e do governo desta cidade”. Entre estes depoentes também estava o tio e padrinho de batismo do habilitando, o capitão Manuel de Barcelos Machado, que afirmara ter sido o “seu reitor (sic)” (Oliveira, 2014b). Além do capitão Manuel, senhor de engenho estabelecido no Rio de Janeiro, outro tio importante de João de Barcelos Machado era o capitão José de Barcelos Machado, talvez um dos principais representantes da família entre os bandos da nobreza da terra, detentora de postos de mando no Rio de Janeiro seiscentista. José ocupara, por duas vezes, a provedoria da Fazenda Real em 1672 e em 1675, além de participar do governo militar da capitania, ocupando o comando da fortaleza de São Sebastião em 1695. Entre 1675 e 1676, o capitão José de Barcelos Machado exerceu o cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Foi o instituidor do morgado de Capivari com terras na região dos Campos dos Goytacazes e em outras áreas da capitania, além de tornar-se padroeiro do Convento de Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio.

José Maurício era natural da freguesia da Sé, da cidade do Rio de Janeiro, tendo sido batizado na catedral aos vinte dias do mês de outubro de 1767. Era filho legítimo de Apolinário Nunes Garcia, pardo liberto que vivia do seu ofício de alfaiate, e de Vitória Maria da Cruz, parda liberta. Pelo lado paterno, tinha como avó Ana Correia do Desterro, designada como crioula de Guiné, e avô incógnito. Da parte materna, era neto de Joana Gonçalves, designada como crioula, e avô também incógnito. O pai de José Maurício era natural do Rio de Janeiro, da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, da Ilha do Governador, e a mãe, da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré da Cachoeira do Ouro Preto, bispado de Mariana.

Em ambos os casos, pode-se constatar um desdobramento, até certo ponto, vitorioso dos investimentos realizados pelas duas famílias. João de Barcelos, após a ordenação, serviu como escrivão da Câmara Eclesiástica do Rio de Janeiro, cargo de destaque junto ao bispo, além de ter desempenhado as funções de coadjutor da Paróquia da Sé e vigário colado na Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, de Irajá, uma das mais importantes freguesias rurais do recôncavo da Guanabara. José Maurício, entre outras funções que exerceu, chegou ao importante cargo de mestre da Capela Real, promovido por d. João VI, que também o condecorou com a Ordem de Cristo.

A carreira eclesiástica parece ter conservado ao longo do período um importante papel de promoção social e signo de prestígio almejado por diferentes setores, inclusive entre os descendentes de escravizados. No entanto, mudanças ocorreram, fundamentalmente, se forem consideradas as diferentes conjunturas. Se em meados do século XVII e na primeira metade do século XVIII a ascensão de João de Barcelos relacionou-se, em grande parte, à sua origem, que remontava a uma família da “nobreza da terra”, o processo de mobilidade de José Maurício descrevia o papel que os arranjos entre homens libertos começavam a assumir

para aquela sociedade. Num primeiro momento, a carreira eclesiástica desempenhava um lugar estratégico na superação dos incômodos que a bastardia representava tanto para as elites mescladas como para os segmentos subalternos e, no caso específico, os escravizados. Sem que este traço desaparecesse, a expansão do escravismo e o crescimento do processo de manumissão, que caracterizou a sociedade colonial portuguesa na América, passaram a exigir novos mecanismos de distensão que se relacionaram à possibilidade de ascensão de uma camada de libertos, diferenciando-os entre os “homens de cor” e, ao mesmo tempo, reafirmando as hierarquias de uma sociedade escravista de Antigo Regime (Oliveira, 2014b).

Em termos gerais, a amostragem da qual parti, no primeiro texto, demonstrava-se coerente com as trajetórias comparadas dos padres João de Barcelos e José Maurício. Todavia, ainda é necessário aprofundar esta questão. O que era uma tendência parece ter algum fundamento empírico. No entanto, ainda é preciso avançar na catalogação dos processos, por isso creio justificar-se um aprofundamento em recortes específicos, intensificando-se a comparação nestes mesmos períodos.

Para além da mobilidade, outro fator que a pesquisa apontou como importante foi o direcionamento da reflexão para a ação da hierarquia eclesiástica e seu papel na política de ordenação sacerdotal no geral e na dos negros em específico. Em outro trabalho (Oliveira, 2014c), ao direcionar o enfoque para a questão da “dispensa do defeito da cor”,⁴ pude constatar a interferência decisiva dos diocesanos no processo. Cabia a eles proferir a dispensa solicitada ou reconhecer, no âmbito da diocese, os breves apostólicos obtidos em Roma ou por meio da nunciatura em Lisboa. Ressalte-se, ainda, que o “defeito da cor” era uma das dispensas possíveis proferidas ou ratificadas pelos bispos, estando ao seu encargo a suspensão de outros impedimentos às ordens, como a ilegitimidade.

O ato de dispensar, na lógica das sociedades de Antigo Regime, necessariamente, implicava diferenciar e hierarquizar. Deste modo, quando a Igreja dispensava alguns indivíduos descendentes de escravos do “defeito da cor” estava diretamente contribuindo para a manutenção das hierarquias sociais e da própria escravidão, na medida em que promovia um processo direto de diferenciação no interior do maior contingente populacional da América portuguesa, que eram os descendentes de africanos. A ordenação sacerdotal conseguida por alguns fundamentava a desigualdade, pois gerida a partir de um mandato conferido à Igreja por Deus, na sustentação da ideia de que, embora todos fossem criaturas divinas, o Criador distribuía as suas benesses segundo a condição e a qualidade de cada um dos seus filhos.

Deste modo, coube à Igreja movimentar-se diante do compromisso de reafirmar as hierarquias fundadas na escravidão, ao mesmo tempo em que se afirmava também como um poder

4 A expressão “defeito da cor” é uma terminologia processual que, pelo que venho constatando, começou a consolidar-se a partir da primeira metade do século XVIII. Saliente-se que esta expressão não estava na legislação canônica, já que as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, no que se referem aos impedimentos para a ordenação, falavam em não ter “parte de nação hebreia, ou de outra qualquer infecta, ou de negro ou mulato” (Vide, 2010, p. 224).

diante das monarquias modernas. Esta complexa engenharia, no caso específico dos descendentes de escravos, implicou gerenciar os interesses dos diversos poderes com a perspectiva de constituição de um clero autóctone. A gestão desigual na distribuição do sacramento da ordem não deixava de estar associada ao ideal de uma sociedade católica na qual a figura do sacerdote era fundamental do ponto de vista da ação do poder eclesiástico. A “dispensa do defeito da cor”, com efeito, também se inseria dentro de uma perspectiva de cristianização que não deve ser dissociada do projeto maior de afirmação da cristandade (Oliveira, 2014c).

As questões que foram identificadas nos três trabalhos antes referidos puderam ser mais bem discutidas em outro artigo. Conhecendo um pouco melhor a dinâmica dos processos de ordenação, percebi que as amostragens aleatórias, embora permitissem observar tendências, não eram suficientes para estabelecer uma relação mais profícua entre os casos particulares e o todo. Deste modo, decidi iniciar a leitura de todos os processos de ordenação, não me restringindo somente àqueles referentes aos “homens de cor”. Um ponto que se apresentava era a necessidade de pensar a representatividade dos descendentes de africanos e escravos no conjunto das ordenações sacerdotais, o que permitiria observar não só o aspecto simplesmente quantitativo, mas igualmente como esta variação numérica poderia informar sobre as políticas episcopais em relação a um clero composto por negros.

Foi possível perceber, nesta aproximação inicial, que, considerando o período do governo episcopal dos três primeiros bispos do Rio de Janeiro no século XVIII, houve uma diferença significativa nos processos de ordenação no geral e em relação aos “homens de cor” especificamente. Enquanto sob o múnus episcopal de d. Francisco de São Jerônimo (1702-1721) foram instruídos 347 processos, entre os quais 10,6% se referiam a negros, nos períodos de d. frei Antônio de Guadalupe (1725-1740) e d. frei João da Cruz (1741-1745), os números absolutos caíram respectivamente para 101 e 29 processos, entre os quais os negros representavam 1% e 3,4% respectivamente (Oliveira, 2015). A variação identificada guarda relação direta com a política desenvolvida pelos diocesanos em relação à formação do clero secular e, por sua vez, pode ter interferido diretamente nas estratégias dos diversos segmentos para alcançar a ordenação. Estas diferenças constatadas entre as ações dos diocesanos na primeira metade do século XVIII guardavam relação direta com suas posições teológicas e políticas, que interferiram em suas políticas de maior ou menor ampliação do clero secular do bispado, impactando de forma mais expressiva na incorporação a este de setores subalternos. De toda forma, o que percebi merece ainda um refinamento e um aprofundamento na comparação entre os períodos e um melhor conhecimento das estratégias e trajetórias dos pleiteantes ao hábito de São Pedro.

Os processos de habilitação, portanto, prestam-se a acompanhar uma importante face da construção da sociedade escravista na América, ou seja, de que maneira os segmentos de cor foram incorporados à estrutura eclesiástica. Esta questão, por sua vez, permite que se coloque em discussão a montagem de uma sociedade hierarquizada que, por meio da conversão, engendrou processos de mobilidade seletiva – denotando certo protagonismo dos agentes em obtê-la –, bem como conjugou tais processos à afirmação de uma cristandade que traduzia uma relação de forte colaboração entre religião e poder na América portuguesa.

Referências

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz: casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: Ed. 34, 1994.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor: um estudo da ascensão social*. São Paulo: CEN, 1955.
- AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo et al. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Primeira época. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Paulinas, 1992.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.
- BOXER, Charles R. *O Império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Ed. 70, 1981.
- BRAUDE, Benjamin. The Sons of Noah and the Construction of Ethnic and Geographical Identities in the Medieval and Early Modern Periods. *The William and Mary Quarterly*, v. 154, n. 1, 1997.
- _____. Cham et Noé. Race et esclavage entre judaïsme, christianisme et islam. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 57^e année, n. 1, 2002.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.
- CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: CEN, 1968.
- CUNHA, Dom Rodrigo da. *Constituições sinodais do Arcebispado de Lisboa*. Lisboa: na Oficina de Paulo Craesbeek, 1656.
- DAVIS, David Brion. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DELUMEAU, Jean. Movilidad social: ricos y pobres en la época del Renacimiento. In: COLOQUIO DE HISTORIA SOCIAL SAINT-CLOUD, 24-25 de mayo de 1967, *Ordenes, estamentos y clases*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1978.
- FADEL, Bárbara. *Clero e sociedade: Minas Gerais, 1745-1817*. 1994. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em história social a partir dos assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (org.). *Arquivos paroquiais e história social na América lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo (RS): Ed. UFP, 2003.
- GOMES, Francisco José Silva. Quatro séculos de cristandade no Brasil. In: MOURA, Carlos André S. de; SILVA, Elaine Moura da; SANTOS, Mário R. dos; SILVA, Paulo Julião da (org.). *Religião, cultura e política no Brasil: perspectivas históricas*. Campinas: Unicamp/IFCH, 2001.
- GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José. *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-1850). Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

_____. Livros paroquiais de batismo, escravidão e qualidade de cor (Santíssimo Sacramento da Sé, Rio de Janeiro, séculos XVII-XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org.). *Arquivos paroquiais e história social na América lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

HESPANHA, António Manuel; GOUVEIA, António Camões. A Igreja. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal – O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

_____. *Imbecilias: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LONDOÑO, Fernando Torres. Paróquia e comunidade na representação do sagrado na colônia. In: _____ (org.). *Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica*. São Paulo: Paulus, 1997.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVEIA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

MENEGUS, Margarita; SALVADOR, Rodolfo Aguirre. *Los indios, el sacerdocio y la universidad en Nueva España – siglos XVI-XVIII*. México: Unam, 2006.

MIRA, João Manuel Lima. *A evangelização do negro no período colonial brasileiro*. São Paulo: Loyola, 1983.

MORGADO GARCÍA, Arturo. *Ser clérigo en la España del Antiguo Régimen*. Cádiz: Servicio de Publicación de la Universidad, 2000.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

OLAECHEA, Juan Bautista. *El mestizaje como gesta*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). *Análise Social*, v. XXXVII, n. 165, 2003.

OLIVAL, Fernanda, GARCIA, Leonor Dias, LOPES, Bruno, SEQUEIRA, Ofélia. Testemunhar e ser testemunha em processos de habilitação (Portugal, século XVIII). In: LOPEZ-SALAZAR, Ana Isabel, OLIVAL, Fernanda, FIGUEIRÔA-REGO, João (coord.). *Honra e sociedade no mundo ibérico e ultramarino: inquisição e ordens militares – séculos XVI-XIX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2013.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Igreja e escravidão africana no Brasil colonial. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaría* (dossiê: Sociedade escravista e pós-Abolição), Ilhéus, Editora da UESC, v. 10, n. 18, p. 355-388, 2009.

_____. *O hábito de São Pedro e os homens de cor: catolicismo e hierarquias no bispado do Rio de Janeiro (1671-1822)*. Projeto de produtividade em pesquisa – CNPQ, 2013.

_____. Os processos de habilitação sacerdotal dos homens de cor: perspectivas metodológicas para uma história social do catolicismo na América portuguesa. In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (org.). *Arquivos paroquiais e história social na América lusa: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014a.

_____. Trajetórias de clérigos de cor na América portuguesa: catolicismo, hierarquias e mobilidade social. *Andes – Antropologia e História*, Universidad Nacional de Salta, v. 25, n. 1, jun. 2014b.

_____. Dispensa da cor e clero nativo: poder eclesiástico e sociedade católica na América portuguesa. In: OLIVEIRA, Anderson José Machado de; MARTINS, William de Souza (org.). *Dimensões do catolicismo no Império português* (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Garamond, 2014c.

_____. A administração do sacramento da ordem aos negros na América portuguesa: entre práticas, normas e políticas episcopais (1702-1745). *Locus: revista de história*, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, 2015.

POOLE, Stafford. Church Law on the Ordination of Indians and Castas in New Spain. *The Hispanic American Historical Review*, v. 61, n. 4, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRODI, Paolo. *El soberano pontífice. Un cuerpo y dos almas: la monarquía papal en la primera Edad Moderna*. Madrid: Akal, 2010.

REINHARD, Wolfgang. Etat et Eglise dans l'empire entre reforme et absolutisme. In: GENET, Jean-Philippe; VINCENT, Bernard (org.). *Etat et Eglise dans la genese de l'Etat Moderne*. Madrid: Casa de Velázquez, 1986.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____ (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro* (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil: expansão territorial e absolutismo estatal (1700-1822)*. Santa Maria (RS): Pallotti, 1988.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Cândido da Costa e. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: Edufba, 2000.

SOARES, Marcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goytacazes, c. 1750 – c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 4, n. 8, p. 7-22, 1999.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (edição de Bruno Feitler e Evergton Sales Souza). São Paulo: EdUSP, 2010.

MEMÓRIA DA LOUCURA E AS REFLEXÕES SOBRE A REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA

O PAPEL DOS ARQUIVOS PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA SAÚDE MENTAL

MEMORY OF MADNESS AND THE REFLECTIONS ON THE BRAZILIAN PSYCHIATRIC REFORM

THE ROLE OF THE ARCHIVES FOR THE CONSTRUCTION OF PUBLIC POLICIES IN MENTAL HEALTH

DANIELE CORRÊA RIBEIRO | Historiadora, graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Coordenadora do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS).

NAYARA EMERICK LAMB | Bacharel em Arquivologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Arquivista do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS).

WILMA FERNANDES MASCARENHAS | Psicóloga, graduada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Diretora técnico-científica do Centro de Estudos, Treinamento e Aperfeiçoamento Paulo Elejalde do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS).

RESUMO

Temos como objetivo debater a consolidação do Centro de Documentação e Memória do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS), cujo acervo está relacionado à história da psiquiatria e dos saberes médico-psicológicos. Analisaremos a importância que a documentação relativa às instituições psiquiátricas brasileiras tem tido, desde o início do movimento de reforma psiquiátrica, para as reflexões sobre o lugar social da loucura.

Palavras-chave: reforma psiquiátrica; loucura; história da psiquiatria; arquivo permanente.

ABSTRACT

This article aims to debate about the Centro de Documentação e Memória of Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS) consolidating process, whose collection is related to the history of psychiatry and psychological-medical knowledges. We sought to analyze the importance of the documents related to Brazilian psychiatry institutions, since the beginning of psychiatry reform, to the reflection about the social space of madness.

Keywords: psychiatric reform; madness; history of psychiatry; permanent archive.

RESUMEN

Tenemos como objetivo debatir la consolidación del Centro de Documentação e Memória del Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS), cuyo acervo está relacionado a la historia de la psiquiatria y de los saberes medicopsicológicos. Analizamos la importancia que la documentación de las instituciones psiquiátricas ha tenido desde el inicio del movimiento de reforma psiquiátrica, para las reflexiones sobre el lugar social de la locura.

Palabras clave: reforma psiquiátrica; la locura; historia de la psiquiatria; archivo permanente.

Atualmente muito tem se debatido sobre o lugar social dos indivíduos identificados como “loucos”, ou de todos aqueles que sofrem transtornos psíquicos. Uma série de projetos e leis busca garantir a reintegração social de pessoas que passaram longos anos em instituições psiquiátricas ou lutam ainda hoje para manter suas vidas em liberdade. No entanto, os portadores de problemas psiquiátricos, bem como vários outros grupos sociais marginalizados, esbarram em uma série de preconceitos, que se constituíram e consolidaram historicamente. É justamente a pesquisa histórica, a partir de acervos ainda pouco explorados, que tem sido uma potente ferramenta na possibilidade de construção de uma memória que possa articular-se à desconstrução desses preconceitos e no estabelecimento de um novo lugar social para esses indivíduos.

Neste artigo, buscaremos tratar do potencial que os acervos relacionados à história da psiquiatria no Brasil e, mais especificamente, do Centro de Documentação e Memória (CDM) do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMASNS) podem ter para os projetos da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial.

A relação entre medicina e experiências de loucura não foi uma exclusividade do mundo contemporâneo, mas se tornou uma marca deste momento histórico, fazendo com que a ciência assumisse o discurso da verdade sobre as experiências de loucura e alienação mental. A partir da conceituação médica e patológica da loucura, criaram-se saberes e instituições especializadas, que tinham como pilar científico e metodológico a segregação do indivíduo de suas relações sociais, legando a uma parte da população mundial o lugar de exclusão nos manicômios.

Ainda que a ampliação desses debates médicos especializados e a construção de hospitais destinados exclusivamente a alienados datem do final do século XVIII (Foucault, 2010), só mais recentemente as ciências humanas e sociais se apropriaram da análise sobre a articulação entre o surgimento e a emergência desses saberes médicos com aspectos políticos, econômicos e sociais. Nesse sentido, a publicação de *História da loucura na Idade Clássica*, de Michel Foucault, no ano de 1961, foi um marco fundamental.

No entanto, essa obra e a disseminação das abordagens foucaultianas no mundo ocidental não podem ser desvinculadas dos movimentos sociais relacionados aos grupos historicamente marginalizados da sociedade. Segundo Robert Nye, a discussão sobre a medicalização da loucura está diretamente articulada à militância dos anos de 1960 e 1970 em defesa dos direitos civis. Segundo o autor, foi nesse contexto que emergiu o campo teórico que apontava a normalização dos corpos como construção social, abordando a forma como o discurso médico reforçava as concepções de razão e “desrazão”, relacionando esta última aos loucos, pobres, criminosos e às mulheres (Nye, 2003, p. 116).

No caso brasileiro, a partir de fins da década de 1970, tiveram início os movimentos sociais que puseram em xeque a supremacia dos manicômios e do isolamento como terapêutica para doentes mentais. Esses movimentos foram frutos da convergência entre as limitações práticas enfrentadas pelos profissionais que atuavam naquelas instituições e as reflexões teóricas de viés foucaultiano, que os levaram a um questionamento ético quanto às suas atuações. Nesse sentido, as formulações legislativas e os projetos institucionais norteadores

da reforma psiquiátrica brasileira foram fortemente orientadas por reflexões históricas, embasadas nessa nova literatura e objetivando desnudar os interesses políticos e econômicos que estavam em jogo na construção dos saberes médicos e psicológicos. Esses estudos tiveram como ponto de partida os acervos das instituições psiquiátricas, na época praticamente intocados e/ou abandonados.¹

Foi nesse contexto político e cultural que os acervos arquivísticos (permanentes ou não) começaram a assumir protagonismo para as ciências humanas e sociais, mas também para a própria transformação dos saberes *psis*. Em um primeiro momento, esse interesse cresceu bastante vinculado à história das ciências e dos saberes médico-psicológicos. Mais recentemente, no entanto, outros potenciais analíticos têm sido explorados por diversos pesquisadores, que buscam documentos das antigas instituições psiquiátricas para desenvolver pesquisas sobre escravidão, hierarquias sociais, questões de gênero, dentre outros.²

É a partir dessa constatação que o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira vem, desde então, ampliando sua atenção e atuação no sentido de preservar seus acervos e participar ativamente da construção da memória sobre esses saberes e instituições. O atual projeto inclui a desinstitucionalização dos usuários que ainda vivem na entidade; o fim das enfermarias psiquiátricas, substituídas por serviços territoriais com funcionamento 24 horas e enfermarias em hospital geral; o investimento em memória, pesquisa, formação e cultura, por meio do Centro de Documentação e Memória (CDM), do Centro de Estudos, Treinamento e Aperfeiçoamento Paulo Elejalde (Cetape) e de seu Núcleo de Articulação e Intervenções Culturais (Naic), composto pelo Centro de Convivência Trilhos do Engenho, pelo ponto de cultura Loucura Suburbana e pelo Núcleo de Cultura, Ciência e Saúde/Espaço Travessia.

O CDM, embora esteja em processo recente de consolidação, é desdobramento de uma série de ações de preservação da memória que já pode ser considerada como parte fundamental da história da instituição. Atualmente, é responsável pela guarda, conservação e tratamento de parte considerável da documentação arquivística produzida e acumulada pelas várias entidades destinadas à assistência daqueles que foram considerados loucos, alienados ou portadores de doenças mentais desde meados do século XIX. Dentre essas instituições, podemos destacar o primeiro hospício da América Latina, denominado Hospício de Pedro II (1841-1889); o Hospício Nacional de Alienados (1889-1944); a Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, fundada em 1911;³ o Centro Psiquiátrico Nacional (1944-1965); e o

1 Algumas obras foram emblemáticas nesse processo de aproximação entre prática médica e pesquisa nos acervos, das quais destacamos: Amarante (1982) e Costa (1989). Além destes, o livro de Maria Clementina Pereira da Cunha (1986).

2 Podemos aqui citar alguns exemplos de trabalhos: Lorenzo (2007); Cassília (2011); e Ribeiro (2016). Além desses trabalhos, já publicados, alguns desses interesses podem ser percebidos a partir das solicitações de pesquisa feitas no Centro de Documentação e Memória do IMASNS, onde mais de 20% das requisições do ano de 2016 foram relacionadas a questões de gênero femininas, por exemplo.

3 Dentre as várias denominações dessa instituição, podemos identificar Colônia de Psicopatas, Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro e Colônia Gustavo Riedel.

Centro Psiquiátrico Pedro II (1965-1999). Além do acervo arquivístico, que descreveremos com mais minúcia a seguir, o CDM também possui um vasto acervo bibliográfico reunido na Biblioteca Alexandre Passos, composta pela antiga biblioteca do Hospício Nacional de Alienados, pela biblioteca da antiga Colônia do Engenho de Dentro e pelas produções científicas que eram recebidas pelo Centro Psiquiátrico Pedro II. As obras datam desde o século XIX e estão relacionadas à história da medicina e da psiquiatria no Brasil. Sua organização inicial, ainda na praia Vermelha, é atribuída a Juliano Moreira.⁴ O CDM também possui a guarda de uma pequena coleção museológica composta por mobiliário, maquinário e instrumentos cirúrgicos.

Tendo em vista o papel que o IMASNS desenvolveu ao longo de mais de um século para a história da psiquiatria no Brasil, além da importância que teve para a desconstrução manicomial, acreditamos que este Centro possui potencial para transformar-se em um importante espaço de construção de memória sobre as experiências da psiquiatria no Brasil, mas também de crítica ao modo como nossa sociedade se relacionava (e ainda se relaciona) com o sofrimento e com aqueles que, por sua singularidade, escapam aos critérios do que é estabelecido como “normalidade”. Pautando-se nesses objetivos, o Centro de Documentação e Memória do IMASNS atua em três eixos fundamentais: conservação preventiva, identificação e tratamento técnico dos acervos; divulgação; apoio, produção e fomento à pesquisa.

O que significa, porém, no contexto da reforma psiquiátrica, investir na preservação, divulgação e pesquisa desses acervos referentes à psiquiatria e à experiência do manicômio? Para iniciarmos essa reflexão, apresentaremos brevemente o processo de construção das instituições psiquiátricas brasileiras. Em seguida, falaremos sobre o papel do projeto de consolidação do CDM no projeto institucional do IMASNS hoje, que visa à desconstrução do aparato hospitalar-manicomial.

AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES PSIQUIÁTRICAS DO BRASIL

Até a primeira metade do século XIX, no Brasil, os alienados não tinham um destino certo. Algumas famílias mantinham seus loucos em quartos isolados nas suas casas, outras os encaminhavam para as enfermarias das Santas Casas de Misericórdia. Os mais pobres circulavam pelas ruas da cidade. No entanto, a partir da década de 1830, alguns médicos do Rio de Janeiro, conhecedores das condições de recolhimento desses alienados no Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, e em consonância com a tendência europeia, passaram a defender mais fervorosamente a construção de um espaço destinado ao acolhimento e tratamento desses indivíduos (Engel, 2001).

⁴ Juliano Moreira é considerado um dos mais importantes nomes na construção da psiquiatria no Brasil. Médico, formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1892, foi diretor do Hospício Nacional de Alienados de 1902 a 1930. Atuou junto ao governo pela promulgação da lei federal de assistência aos alienados (1903) e organizou publicações que desempenharam papel importante para a consolidação do campo médico psiquiátrico.

Foi a partir desse movimento que, no dia da sua sagração como imperador, d. Pedro II assinou o decreto de fundação do primeiro estabelecimento destinado ao tratamento e cura de alienados no Brasil (Brasil, 1852). A simbologia da data aponta a importância desse ato como demarcador do apreço do imperador pela causa da ciência e pela ideia de progresso da nação. O Hospício de Pedro II foi inaugurado em um enorme “palácio”, na praia Vermelha, no ano de 1852.

Com a proclamação da República, o estabelecimento teve apagado o nome do imperador, passando a se chamar Hospício Nacional de Alienados (HNA). Em seguida, passou a contar com o suporte de colônias de trabalho agrícola na Ilha do Governador (São Bento e Conde de Mesquita), para onde eram encaminhados alguns dos pacientes, especialmente os incuráveis pobres ou indigentes, que não contribuíam financeiramente para o funcionamento do hospício. A psiquiatria, já consagrada como especialidade médica, e o crescimento da demanda por internações exigiram a criação de novos estabelecimentos, que suprissem a falta de espaço na praia Vermelha e as péssimas condições das colônias da Ilha (Amarante, 1982).

Em 1903, logo depois de assumir a direção da Assistência a Alienados e do Hospício Nacional de Alienados, o médico baiano Juliano Moreira empreendeu esforços para organizar a assistência em todo o território nacional. Em relação ao Rio de Janeiro, o médico reivindicava, junto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a criação de novas colônias agrícolas, com o objetivo de desafogar o HNA (Amarante, 1982, p. 112). Em 1910, Juliano Moreira defendia a reformulação na assistência, apontando como deveria funcionar o sistema *open-door* das colônias, que se destinariam aos “crônicos incuráveis, mas válidos”, para “fazer trabalhos rurais, ou nas oficinas, e devem ter o máximo de liberdade” (Moreira, 1910).

A destinação do espaço do atual Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira para a construção de uma instituição psiquiátrica tem suas origens justamente nesse contexto de pressão pela criação de colônias agrícolas. Foi assim que, no ano de 1911, a partir de uma reestruturação da Assistência aos Alienados, o terreno do Engenho de Dentro foi destinado à construção de uma colônia para mulheres alienadas, vinculando-se definitivamente à história da psiquiatria no Brasil.

Nos anos de 1920 e 1930, ao longo da direção de Gustavo Riedel, apesar de passar por uma série de reformas e de desempenhar um importante papel na formulação de projetos de higiene mental,⁵ principalmente nas áreas do subúrbio, a colônia do Engenho de Dentro continuava sendo um espaço complementar à instituição da praia Vermelha, que permanecia como centro da psiquiatria no Rio de Janeiro. No entanto, o crescimento da Zona Sul repelia o hospício daquelas áreas, gerando um debate sobre outra destinação para o antigo palácio (Passos, 1964). Foi a partir dessas reivindicações que, no ano de 1944, o Engenho de

5 Os projetos de higiene mental estavam baseados na teoria da degenerescência de Morel e na crença “não apenas de que as doenças mentais tinham componentes biológicos e genéticos, mas também que tendiam a piorar à medida que eram transmitidas de geração para geração, causando a degeneração progressiva das árvores genealógicas e da população como um todo” (Seixas; Mota; Zilbreman, 2009).

Dentro, na área da antiga colônia, recebeu toda a estrutura, que incluía pacientes, acervos, funcionários e suas memórias, passando a se denominar Centro Psiquiátrico Nacional (CPN) e assumindo papel de destaque na assistência psiquiátrica da cidade.

A partir desse processo, a instituição ganhou as feições hospitalares que estão marcadas em sua arquitetura pavilhonar até os dias de hoje. Embora ainda possamos localizar elementos do seu período “colonial”, em construções como o antigo lago no centro do terreno e o pavilhão Ana Neri (hoje Casa Verde), a prevalência é dos grandes pavilhões de internação.

O final da década de 1970 marca no Brasil o início do movimento de reforma psiquiátrica, um processo social complexo que aproximou diferentes atores sociais – usuários e familiares, trabalhadores da saúde, artistas, estudantes, entre outros. Foi um movimento de questionamento ao caráter normatizante, excludente e violento dos saberes e práticas da psiquiatria, e de construção de outros paradigmas de cuidado e de produção de conhecimento acerca das subjetividades e do sofrimento humano.

Como movimento social a reforma psiquiátrica não esteve desvinculada do “contexto social” brasileiro no período. As duas décadas em que o Brasil esteve submetido a uma ditadura civil-militar (1964-1985) haviam deteriorado ainda mais as condições do cuidado em psiquiatria no país, principalmente a partir da privatização da assistência via contratação de leitos em hospitais psiquiátricos privados (Amarante, 2015).

Foi neste cenário que na década de 1980 as primeiras ações de intervenção se desenvolveram naquelas instituições e a realidade da prática manicomial brasileira, assim como ocorreu em muitos outros países, pôde ser desnudada. A partir de então, a crítica aos paradigmas tradicionais da psiquiatria, assim como a crítica referente aos efeitos ético-políticos das teorias e das práticas clínicas contemporâneas, tornou-se um posicionamento profissional imperativo aos que se aliam ao movimento de reforma psiquiátrica e ao paradigma da atenção psicossocial. [No] paradigma de atenção psicossocial, situado na interface entre saúde mental e saúde coletiva, parte-se do entendimento de que saúde-doença é resultante de processos sociais complexos, demanda uma abordagem interdisciplinar e intersetorial e a construção de uma diversidade de dispositivos territorializados de atenção e de cuidado (Dimenstein et al., 2010).

De uma forte estrutura médica, com grandes pavilhões que incluíam um bloco para cirurgias, como as lobotomias e outras intercorrências, a instituição tornou-se um importante centro de articulação da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial, sendo palco de debate e transformações na assistência e nas políticas de saúde mental, principalmente a partir dos anos de 1980. Já na década de 2000, ganhou o nome de uma das figuras mais relevantes da sua história, a “psiquiatra rebelde”, Nise da Silveira, responsável pelo enfrentamento aos métodos clássicos mais violentos, em defesa da humanização do tratamento.

Ainda que Nise da Silveira tenha construído seu projeto teórico-terapêutico de forma tangente ao campo hegemônico da psiquiatria tradicional, seu trabalho foi ganhando res-

peito e adeptos gradativamente. Hoje podemos dizer que seu perfil de resistência legou uma identidade importante à instituição, que acabou por inspirar muitos dos projetos que atualmente vêm sendo desenvolvidos.

O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

Tendo em vista que toda construção de memória também é movida por interesses, relações de poder e processos subjetivos, pesquisas que se voltem para a memória e para a história partem de um posicionamento ético-político e afetivo imanente, ou seja, oriundo das relações do presente.⁶ Dessa forma, o trabalho em desenvolvimento no CDM não trata da construção de uma memória comemorativa e/ou estática sobre a psiquiatria e suas instituições. Buscamos uma construção ativa e coletiva de memórias, e fazemos questionamentos acerca de uma psiquiatria que, sob muitos aspectos, ainda define nossa relação com a loucura e as singularidades de indivíduos e grupos.

Como podemos perceber, o IMASNS desempenhou um papel fundamental na história da loucura, da psiquiatria e de suas instituições, tendo acumulado um patrimônio que inclui registros museológicos, arquivísticos, bibliotecários e arquitetônicos de valor indiscutível. Embora durante um longo período esses acervos não tenham recebido o tratamento devido, já há alguns anos, iniciativas diversas foram tomadas com intuito de preservar a memória desse local. Alguns funcionários do próprio instituto tiveram papel fundamental para que os acervos tenham sobrevivido até o presente.

Em 2001, iniciou-se o projeto de cooperação técnica entre o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira e o Centro Cultural do Ministério da Saúde (CCMS). A partir de então, a Coordenação-Geral de Documentação e Informação do Ministério da Saúde passou a manter uma equipe de estagiários das áreas de museologia, biblioteconomia, arquivologia e história no IMASNS, sob a supervisão de profissionais das respectivas áreas. Posteriormente, os estagiários foram mantidos pelo CCMS, enquanto os demais profissionais são, neste momento, mantidos pelo próprio IMASNS, reforçando o vínculo entre a produção da memória e o projeto institucional. Apesar da melhor estruturação que vivenciamos nos últimos anos, ao longo do processo, por vários momentos, houve descontinuidade na manutenção de alguns desses vínculos, levando a interrupções no tratamento do acervo.⁷

Embora as ações de preservação material dos acervos não sejam recentes, hoje o grande esforço do Centro de Documentação e Memória é se consolidar como um centro de pesquisa, destacando não apenas o papel intelectual da construção da memória, mas também estimulando e participando ativamente de pesquisas no campo da saúde mental e da história

⁶ Ver mais em: Halbwachs, 2004, p. 29-56; Pollack, 1992, p. 200-212; Pollack, 1989, p. 3-15.

⁷ Esse tipo de obstáculo parece ser comum no processo de construção de instituições dessa natureza. Luchesi, Luis, Mendes e Saeki apontaram dificuldades similares na formação do Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (Luchesi et al., 2006).

dos saberes médico-psicológicos. Para além da disponibilização dos acervos para pesquisas externas, interessa-nos a articulação com a formação em saúde mental.

A história desses saberes vem sendo destacada internacionalmente como uma ferramenta fundamental para os debates sobre a clínica médica psiquiátrica e para a construção dos diagnósticos no presente. German Berrios defende a história conceitual como chave analítica para questionar o valor das classificações psiquiátricas ao longo do tempo (Berrios, 2008). Rafael Huertas corrobora a proposta de Berrios, destacando seu papel para as reflexões sobre a clínica médica do presente (Huertas, 2012). Nesse sentido, entendemos que o trabalho de preservação desses acervos é fundamental para o desenvolvimento das reflexões práticas e teóricas do campo da saúde mental hoje.

ARQUIVOS MÉDICOS DA LOUCURA

Se a metodologia adequada ao tratamento dos arquivos médicos é uma realidade já consolidada dentro da área arquivística, acreditamos que os acervos de natureza psiquiátrica, ainda que façam parte desse conjunto, não devam ser enquadrados na mesma lógica da metodologia que, comumente, se adapta para o tratamento dos documentos médicos (Martins, 2005). É claro que nem por isso eles deixam de ser arquivos médicos, entretanto é importante atentar para a complexidade do seu tratamento. Obviamente que há intercessões. Tanto nos prontuários tradicionais quanto nos psiquiátricos não há um único autor para os registros, uma vez que a variedade de tipologias documentais presentes os tornam mais bem identificados se classificados como “dossiê” ou “processo”,⁸ e não como um simples “documento”. Mas, ainda assim, as diversidades nos permitiram um tratamento arquivístico e descritivo mais complexo.

Por mais longo e amplo que seja um prontuário hospitalar tradicional, ele vai representar a privacidade médica de um paciente naquele exato momento da vida em que este está inserido em um contexto de doença, principalmente tendo em vista que no nosso sistema de saúde não há comunicação ou integração dos registros hospitalares vivenciados pelos indivíduos.

Por outro lado, um prontuário psiquiátrico se distingue dessa realidade por conter anos da vida de um indivíduo junto a uma instituição de saúde. Dessa forma, acreditamos que é preciso avaliar que nos prontuários psiquiátricos não constará só o histórico das doenças dos pacientes, seu relacionamento com sua família, com o espaço, com sua cidade/país, mas também sua vida dentro de uma instituição total,⁹ com os diversos médicos e atendentes

8 Segundo o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, dossiê é um “conjunto de documentos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto), que constitui uma unidade de arquivamento” (Arquivo Nacional, 2005, p. 80).

9 Instituições totais são caracterizadas “pelo seu ‘fechamento’ mediante barreiras levantadas para segregar os internados do contato social com o mundo exterior. [...] Seu traço principal é concentrar todos os diferentes aspectos da vida de uma pessoa (trabalho, lazer, descanso) no mesmo local e sob a autoridade de uma equipe

do complexo hospitalar. Logo, esses prontuários possuem uma variedade de informações muito maior que outros prontuários hospitalares, especialmente no que diz respeito àqueles mais antigos, quando os indivíduos ainda se viam completamente isolados dentro da instituição; em muitos casos, pela vida inteira. Os prontuários psiquiátricos representam, portanto, justamente a maior parte dos documentos que compõem o acervo do arquivo permanente do Centro de Documentação e Memória. Assim, os “arquivos da loucura”, como nomeados por Vera Portocarrero (2002), vão refletir toda a vida do paciente enquanto ele esteve associado à instituição. E mais, no caso do acervo custodiado pelo CDM, esses arquivos vão representar toda uma transformação na forma de ver a loucura e no encaminhamento dos tratamentos médicos no Brasil, uma vez que os documentos compreendem uma vasta cronologia, englobando também as diversas instituições congêneres das quais o IMASNS é hoje herdeiro direto.

Com as transições de *status* dentro da hierarquia política e as mudanças de nome e de localização das instituições, acreditamos que o acervo arquivístico tenha sido difícil de ser controlado ou mesmo registrado. Com a reforma psiquiátrica e a migração da gestão federal para a municipal, muita coisa se transformou no próprio funcionamento da instituição, isso para nos apegarmos somente à situação atual da entidade. A missão, os deveres e direitos foram severamente transformados a partir dessas mudanças.

Ainda que o IMASNS tenha optado por inserir em seu quadro trabalhista um profissional de arquivologia, a verdade é que seu variado acervo formou-se¹⁰ sem o tratamento técnico ou teórico adequado. O resultado disso é um acervo desmembrado fisicamente entre os setores da instituição e desconectado do próprio organograma funcional.

O imenso espaço, antes ocupado por centenas de pacientes, agora acolhe pouco mais de uma centena. Não há mais um perfil de internações de longa permanência e suas áreas são utilizadas mais para cultura, lazer e cuidado em saúde do que como local de “alienação”. Institucionalmente, o hospício hoje serve mais como centro de referência no tratamento de pessoas com transtornos mentais do que como ambiente de exclusão social desses indivíduos. Isso tudo se reflete, obviamente, no uso (ou não) dos espaços existentes, que são então ressignificados.

O acervo tratado pelo CDM atualmente representa apenas uma parte do acervo arquivístico custodiado pelo IMASNS. O Arquivo Permanente é o único setor que possui um profissional de arquivo e busca tratar a documentação a partir das teorias e técnicas da área arquivística, em diálogo com a história da instituição. Mas a concentração de documentos do acervo e o espaço destinado a eles são infinitamente inferiores ao volume real do material custodiado e/ou produzido, o que nos permite afirmar que a maior parte ainda segue sem o devido tratamento. Assim, a simples existência do Centro de Documentação e Memória indica que a instituição vive momentos decisivos de sua história.

dirigente” (Benelli, 2014, p. 23).

¹⁰ E ainda vem se formando, uma vez que um único profissional não consegue dar conta de todo o trabalho a ser feito.

Entretanto, é impressionante a dificuldade de reconstruir a história arquivística do acervo de uma instituição centenária como é o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, especialmente se percebermos que sua trajetória administrativa é tão facilmente reconstruída (como visto acima). Se a lógica arquivística diz que a história administrativa acompanha a história arquivística de uma instituição, infelizmente o IMASNS é hoje mais uma exceção à regra no Brasil.

O trabalho de conservação do acervo arquivístico centenário custodiado pelo IMASNS é muito relevante, sobretudo se atentarmos para sua originalidade no que se refere à presença de fontes para o estudo da história da loucura no Brasil. Sendo herdeiro das primeiras e principais instituições para o tratamento de doenças mentais no país, seu acervo é único no que diz respeito à possibilidade de compreender um dos processos sociais mais traumáticos da história deste país. Especialmente no que tange às classes mais baixas ou mais desamparadas (pobres, negros, mulheres e crianças, marcados pelo estigma da loucura), que foram ali atingidas por um tipo de exclusão social institucionalizada e a serviço do Estado.

No entanto, não se pode deixar de lembrar a função primária desse acervo, qual seja, a de comprovar legalmente as atividades desempenhadas pelas diversas instituições sucessivas vinculadas ao que hoje é o IMASNS. Acreditamos que, na atual situação, seja um papel muito difícil a ser desempenhado por esses documentos. A dificuldade de recuperar a ordem original desse acervo, dando a cada item presente nele o direito de usufruir dos princípios de organicidade e proveniência, ainda que não física, torna muito difícil manter sua tarefa original (Vieira, 2005).

Somado a esse fato está o próprio projeto institucional, que, como dito, vem se mostrando cada vez mais voltado para a revitalização desse acervo como forma de acesso à sua própria memória institucional. Assim, valoriza-se não a função principal dos documentos, mas a função secundária, a de permitir construções históricas a partir de seu uso como fonte de conhecimento. Por isso nossa opção por um arquivo permanente.

Hoje, o Arquivo Permanente é responsável pela conservação de toda a documentação clínica existente na instituição até o ano de 1949; e até 1999 no que diz respeito à documentação administrativa. Esse recorte faz com que o Arquivo seja responsável por mais de seiscentas caixas de documentação; mais de três mil caixas de acervo administrativo e centenas de livros de registros médicos e institucionais. A intenção é que esse montante venha a crescer cada vez mais nos próximos anos, quando o restante da documentação médica, já fora de uso corrente e intermediário, puder ser adicionado ao acervo permanente.

Nossa documentação é composta por papeletas, fichas e pedidos de internação, exames, atestados das mais diversas ordens, fotografias dos internos e da instituição em seus muitos momentos, anotações médicas, documentação de familiares aos internos ou à instituição, livros de observação e de matrícula; ofícios administrativos, relatórios de contabilidade e de movimentação de pacientes, documentos pessoais de funcionários, boletins de internação de emergência, livros de ponto e de receitas dos funcionários e da instituição; fotografias e mais uma centena de espécies documentais que completam o quadro da documentação necessária à manutenção e organização de uma entidade desse porte.

A organização do acervo hoje é feita a partir da divisão por fundos, como convém às normas e regulamentos atuais do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Por opção institucional, cada fundo representa uma das entidades que antecederam ao IMASNS, seguindo a ordem cronológica. Em cada fundo temos as divisões nos níveis previstos pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), dentro do que foi possível organizar até o presente momento e tendo em mente que este é um trabalho recente e em construção.

No momento, o Arquivo Permanente possui o controle completo sobre o primeiro fundo, HP II, que por conter documentos com mais de cem anos de idade está completamente acessível a qualquer tipo de consulente. Os fundos subsequentes estão parcialmente catalogados no que tange à documentação clínica.

A documentação administrativa foi recentemente adicionada ao acervo do Arquivo Permanente e sua organização atende aos métodos utilizados no processo de inventariança que ocorreu a partir de 1999, quando se estabeleceu a municipalização do IMASNS. Exceto a parte referente ao Hospício de Pedro II, o acesso ao restante da documentação é liberado mediante processo de higienização das caixas selecionadas.

Para além da história como campo interessado, os acervos do IMASNS atraem a atenção também de outras áreas do conhecimento. Profissionais de enfermagem, letras, psiquiatria, psicologia, arquitetura, biblioteconomia, museologia, cinema, antropologia, ciências sociais, ciências políticas, dentre outros, têm se aproximado do IMASNS no afã de extrair daquele espaço institucional informações vitais para a compreensão de diversos processos sociais.

No que tange à gestão arquivística, é importante destacar que a instituição ainda não possui um plano plenamente alinhado com os princípios básicos da arquivologia. Embora haja um investimento institucional crescente para que os profissionais do CDM participem das decisões acerca do destino dos acervos, a política ainda está muito vinculada à ideia de guardar tudo que é “antigo”.¹¹ No entanto, sabemos dos custos econômicos e sociais que essa política pode gerar. Nesse sentido, esse é um dos projetos que esperamos ver implementado futuramente.

A dicotomia do acervo está na separação física dos documentos em espaços distintos e distantes. Essa separação representa também a separação intelectual. O “eu” do acervo está dividido, fragmentado e seccionado pelo espaço institucional e geográfico do terreno onde está situado. A separação física e intelectual é uma das grandes preocupações hoje. Essa divisão do acervo leva ao descontrole arquivístico e, uma vez que não há controle sobre o que se guarda, algumas perguntas surgem: que limites de acesso devem ser dados ao que se guarda sem controle? Qual o valor do que se guarda? A essas questões talvez não haja ainda uma resposta. O valor de tudo que se guarda não pode ser quantificado ou qualificado, no

¹¹ Partindo do princípio de que o todo existente não representa o todo que um dia existiu, ou mesmo o arquivo em sua totalidade, uma vez que a falta de organicidade nos leva à existência de um *constructo* que não necessariamente representa o arquivo original.

entanto se guarda pela possibilidade do que ele indica, uma possibilidade de transformar os estudos no Brasil e quiçá na América Latina.

Essa talvez seja a grande distopia: como uma importante instituição pública, o IMASNS vive uma realidade condicionada pelas políticas públicas de arquivos do Brasil (ou por sua ausência), tornando-se uma entre muitas entidades que sofrem com a dificuldade no tratamento e preservação de seus acervos. Por outro lado, e por tudo já exposto, acreditamos que o IMASNS seja uma instituição única no que diz respeito às características de seus acervos e às possibilidades a ele atribuídas. Dono de um patrimônio irrecuperável de outra forma, o acervo custodiado pelo IMASNS representa, em sua documentação, o trabalho e as escolhas das primeiras gerações de psiquiatras do Brasil, a apropriação das teorias médicas internacionais no cenário de tratamento nacional e o papel do Estado brasileiro no tratamento das doenças mentais e na construção dos processos sociais de exclusão ainda em voga. Ponto que torna a simples possibilidade de perda desses documentos um mal impensável para aqueles que visam à publicização desses aspectos.

Finalizamos ressaltando que a implementação do Centro de Documentação e Memória é um esforço coletivo da instituição, além de ser a culminância de um processo de longos anos de trabalho e reflexão sobre este *corpus* documental. Ainda que destaquemos a inovação deste momento, em que o IMASNS assume e incorpora as ações de memória em seu projeto de desconstrução manicomial, foi justamente o papel central que a entidade e seus profissionais assumiram na luta pela reforma psiquiátrica, ao longo das décadas anteriores, que viabilizou a valorização institucional desses acervos.

Além disso, como destacamos, este não é um projeto isolado. No Brasil e no mundo, muitos dos movimentos de questionamento ao manicômio tiveram em seu cerne o levantamento histórico que apontava para a não naturalização dos métodos até então aplicados. Dessa forma, concluímos reiterando não apenas o quão significativa tem sido a experiência do Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira, mas também a importância da preservação da memória de todos os processos de exclusão social que foram produzidos, justamente no sentido da construção de uma sociedade mais diversa e justa.

Referências

AMARANTE, Paulo D. *Psiquiatria social e colônias de alienados do Brasil (1830-1920)*. 1982. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) – IMS, Uerj, Rio de Janeiro, 1982.

_____. *Teoria e crítica em saúde mental*. Textos selecionados. 1. ed. São Paulo: Zagodoni, 2015.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 1991.

BENELLI, Silvio J. *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas* [online]. São Paulo: Editora Unesp, 2014. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/74z7q/pdf/benelli-9788568334447-03.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2015.

BERRIOS, German E. Classificações em psiquiatria: uma história conceitual. *Rev. Psiquiatr. Clín. [online]*, v. 35, n. 3, p. 113-127, 2008.

BERTOLLI FILHO, Claudio. *História da saúde pública no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

_____. *Novas faces da história da medicina na América Latina*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13n1/13.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2017.

BRASIL. Decreto n. 1.077, de 4 de dezembro de 1852. Aprova e manda executar os estatutos do Hospício de Pedro Segundo. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1077-4-dezembro-1852-558653-publicacaooriginal-81699-pe.html>>. Acesso em: 21 set. 2017.

CARVALHO, José M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASSARES, Norma Cianflone (em colaboração com Cláudia Moi). *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

CASSÍLIA, Janis. *Doença mental e Estado Novo: a loucura de um tempo*. 2011. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

COSTA, Jurandir. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. 4. ed. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

CUNHA, Maria Clementina P. *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DIMENSTEIN, Magda; SALES, André L.; GALVÃO, Ellen; SEVERO, Ana K. Estratégia da atenção psicossocial e participação da família no cuidado em saúde mental. *Physis: revista de saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000400008>. Acesso em: 15 set. 2017.

ENGEL, Magali. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios* (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIA. *Textos de apoio em registros de saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituição arquivística. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, 1998.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade Clássica*. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GARCIA, Olga Maria Correa; SCHUCH JUNIOR, Vitor Francisco. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. *INF*, Londrina, v. 7, n. 1, p. 41-56, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/1695/1446>>. Acesso em: 18 set. 2017.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 29-56. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000400007>. Acesso em: 19 dez. 2017.

HUERTAS, Rafael. *Historia cultural de la psiquiatria: (re)pensar la locura*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2012.

JARDIM, José Maria. *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói: Eduff, 1995.

LAMB, Nayara Emerick. *Os muitos acervos do Instituto Municipal Nise da Silveira: uma tentativa de diagnóstico de um arquivo esquizofrênico*. 2014. Trabalho de conclusão de curso de graduação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de Arquivologia, 2014.

LORENZO, Ricardo de. *'E aqui enloqueço': a alienação mental na Porto Alegre escravista (c.1843-c.1972)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007.

LUCHESI, Luciana Barizon et al. Redescobrimo o Centro de Memória da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto: relato de experiência. *Esc. Anna Nery*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 565-571, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452006000300029&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2017.

MARTINS, Neire do Rossio. *Manual técnico de organização de arquivos correntes e intermediários*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MOREIRA, Juliano. Quais os melhores meios de assistência aos alienados? *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, Rio de Janeiro, Oficinas de Tip. e Encad. do Hospício Nacional de Alienados, ano VI, n. 1 e 2; 3 e 4, [p. 373-396], 1910.

NYE, Robert A. The Evolution of the Concept of Medicalization in the Late Twentieth Century. *Journal of History of the Behavioral Sciences*, v. 39, n.2, p. 115-129, Spring 2003.

ODA, A. M. G. R.; DALGALARRONDO, P. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 22, n. 4, dez. 2000.

OLIVEIRA, Edmar. Cuidando da desconstrução: do Engenho de Dentro para um engenho de fora. *Archivos Contemporâneos do Engenho de Dentro*, Instituto Municipal Nise da Silveira, ano 1, n. 1, p. 14-37, nov. 2007. ISSN 1982-0348.

PASSOS, Alexandre. *O centro psiquiátrico nacional nos seus vinte anos de funcionamento* (texto datilografado – Acervo IMNS/CDM). Rio de Janeiro: Biblioteca Alexandre Passos, 1964.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 20 set. 2017.

RIBEIRO, Daniele Corrêa. *O Hospício de Pedro II e seus internos no ocaso do Império: desvendando novos significados*. 2012. 125 fl. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2012.

_____. *Tramas da loucura na corte imperial: ciência, caridade e redes de sociabilidade no Hospício de Pedro II (1883-1889)*. Curitiba: Prismas, 2015.

_____. *Os sentidos do Hospício de Pedro II: dinâmicas sociais na constituição da psiquiatria brasileira (1842-1889)*. 2016. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

SEIXAS, André A. A.; MOTA, André; ZILBREMANN, M. L. A origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, v. 31, n. 1, 2009.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v31n1/v31n1a15.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

TEIXEIRA, Manoel O. L. Deus e ciência na terra do sol: o Hospício de Pedro II e a constituição da medicina mental no Brasil. *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*, Rio de Janeiro, n. 71, out./dez. 1999.

VIEIRA, João. A arquitetura dos arquivos: reflexões em torno do conceito de ordem original. *Arq. & Adm.*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 33-45, jul./dez. 2005.

Recebido em 22/9/2017

Aprovado em 27/12/2017

TRAJETÓRIAS DE UM TURURI TICUNA
DE ITENS DE COMÉRCIO A DISPOSITIVOS DE MEMÓRIA E IDENTIDADE ÉTNICAS
TRAJECTORIES OF A TURURI TICUNA
FROM TRADE ITEMS TO ETHNIC IDENTITY AND MEMORY DEVICES

RITA DE CÁSSIA MELO SANTOS | Antropóloga, professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (DCS/UFPB). Desenvolve pesquisa sobre coleções etnográficas e História da Antropologia no Brasil.

BIANCA LUIZA FREIRE DE CASTRO FRANÇA | Licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e mestranda em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast).

RESUMO

Tomando por base uma coleção Ticuna depositada no Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, buscamos explicitar os contextos de produção dos sentidos dos objetos e sua atualização ao longo do tempo em uma dinâmica que associa processos comerciais, produção científica, construção de patrimônios nacionais e memórias étnicas, envolvendo memórias herdadas e regimes de memória.

Palavras-chave: coleções etnográficas; Ticuna; museus; patrimônio nacional.

ABSTRACT

From a Ticuna collection deposited in the Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, we seek to explain the contexts of production of the meanings of objects and their updating over time in a dynamic that associates commercial processes, scientific production, national heritage building and ethnic memories involving inherited memories and memory regimes.

Keywords: ethnological collections; Ticuna; museums; national heritage.

RESUMEN

De una colección Ticuna depositada en el Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional, buscamos explicitar los contextos de producción de los sentidos de los objetos y su actualización a lo largo del tiempo en una dinámica que asocia procesos comerciales, producción científica, patrimonios nacionales y memorias étnicas que envuelven memorias heredadas y regímenes de memoria.

Palabras clave: colecciones etnográficas; Ticuna; museos; patrimonio nacional.

[...] Quantas coisas,
Limas, umbrais, atlas, taças, cravos,
Nos servem como tácitos escravos,
Cegas e estranhamente sigilosas!
Durarão para além de nosso esquecimento;
Nunca saberão que nos fomos num momento.
“As coisas”, Jorge Luís Borges

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura
salvar o passado para servir o presente e o futuro.
Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva
sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.
História e memória, Jacques Le Goff

Quais as conexões entre objetos, memória e história? Poderão simples coisas possibilitar a reconstrução de narrativas passadas? Ou, como nos alerta Borges, “nunca saberão que nos fomos num momento”? Como sugere Le Goff (1990), caberá aos objetos o papel de subjugação ou de libertação dos homens?

Longe de responder a essas perguntas, este artigo as utiliza como ponto de partida e de inquietação para investigações no mais antigo museu do Brasil, o maior de história natural da América Latina – o Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818. Partindo de uma coleção Ticuna formada pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira¹ e acondicionada no Setor de Etnologia e Etnografia (SEE) deste museu, buscaremos investigar as conexões possíveis entre objetos, história, memória e identidade étnica.

Dos objetos integrantes da coleção examinada, destacaremos de modo mais detido o tururi, tecitura vegetal formada a partir da entrecasca de determinadas árvores das famílias Lecitidáceas, Esterculiáceas e Moráceas, na Amazônia. Essa entrecasca é empregada pelos indígenas na produção de uma indumentária especial utilizada, sobretudo, nos rituais de dança. Nessas ocasiões, elas compõem “painéis decorativos para divisórias das malocas, escabelos, aventais pintados masculinos, tipoias, saquinhos etc.” (Ribeiro, 1988, p. 189).

Para análise das relações indicadas, apresentaremos o contexto atual de vínculos entre museus e povos indígenas; em seguida, exploraremos as condições de realização da pesquisa, indicando os sujeitos e objetos envolvidos, bem como os significados dela depreendidos; e, por fim, indicaremos os caminhos possíveis para utilização de objetos como documentos, no contexto contemporâneo de afirmação étnica. Com isso buscamos problematizar as conexões entre acervos patrimoniais e grupos étnicos, assim como afirmar a importância de

¹ João Pacheco de Oliveira, antropólogo brasileiro, professor titular do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional e curador, desde 1999, das coleções do Setor de Etnologia e Etnografia dessa instituição. Para uma análise mais detida de sua produção, consultar <<https://jpoantropologia.com.br>>.

sua preservação contemporânea e para gerações futuras – não apenas para indígenas, mas, também, como patrimônio nacional e como elementos de reafirmação étnica.

A (RE)ABERTURA DOS MUSEUS ETNOGRÁFICOS

Os museus nacionais, desde o século XIX, são considerados instituições de papel crucial na formação de identidades nacionais (Benedict, 1993). Estão ligados diretamente à construção de linguagens, memórias coletivas, símbolos e democracias; ao capitalismo e à industrialização; ao individualismo e à ordenação crescente de tempo e espaço (Abreu et al., 2007). Constituem os “lugares de memória” por excelência (Nora, 1984), onde as identidades étnicas e nacionais são confrontadas por meio da formação e exposição das coleções etnográficas (Barth, 2000).

No Brasil, o Museu Nacional participou de forma ativa na construção de nossa história e memória, sendo o mais antigo museu e instituição científica brasileira (Castro Faria, 1993; Nascimento, 2009). Definido, no século XIX, como entidade científica nos moldes dos museus e gabinetes portugueses de história natural, foi constituído de laboratórios, bibliotecas, reservas e arquivos que visavam ao fomento da prosperidade do reino por meio do conhecimento e do aproveitamento de recursos naturais, organizando os dados segundo os preceitos ideológicos iluministas.

No século XX, durante o governo republicano, houve uma intensa transformação da instituição.² Conjuntamente à construção de uma identidade republicana moderna, desenvolvida e tecnológica, que produzia nas ciências naturais e antropológicas os saberes de nossa terra, houve a consolidação do Museu Nacional como entidade de pesquisa e ensino, formando parcerias com o governo e a sociedade civil. A partir daí, o museu passou a receber de modo mais intenso e adequado visitas de pesquisadores, tanto brasileiros quanto estrangeiros, que colaboraram substancialmente para seu vasto acervo etnográfico, qualificado como um dos maiores do país, com destaque para os objetos indígenas brasileiros.³

No Museu Nacional, as coleções de objetos dos indígenas Ticuna, presentes no SEE, foram consideradas um dos mais significativos conjuntos de artefatos, com vulto numérico beirando mil peças, somando entradas até a década de 1980.⁴ Essas coleções foram produ-

2 “O Museu Nacional, inclusive a sua sede palaciana, com o acervo de coleções e de trabalhos científicos que o tornaram mundialmente consagrado, é sobretudo uma realização da República.” (Castro Faria, 1993, p. 78).

3 “O Museu Nacional havia se transformado em um importante, produtivo e respeitado centro de ciência e cultura, onde seus diretores e pesquisadores possuíam importante influência política.” (Museu Nacional, 2007, p. 27). Exemplo dessa importância é o desenvolvimento de sua antropologia física (Keuller, 2008), a formação de suas coleções etnográficas (Nascimento, 2009) e suas conexões internacionais (Santos, 2011; Agostinho, 2014).

4 No levantamento feito por Bianca França, coautora deste artigo, e Salomão Inácio para o projeto “Memórias étnicas e museus etnográficos: uma releitura sobre o Setor de Etnologia do Museu Nacional/UFRJ”, coordenado por João Pacheco de Oliveira em 2014, estima-se que o acervo desse setor, segundo dados do livro de tombo, tenha cerca de 42 mil itens, dos quais trinta mil correspondem a objetos originários de povos indígenas brasileiros; destes, 962 peças foram identificadas como Ticuna.

zidas pela atuação em campo de naturalistas, etnólogos e antropólogos, com formações muito distintas, desde o século XIX até o século XX.⁵ Delas participaram figuras como Curt Nimuendajú, Roberto Cardoso de Oliveira, João Pacheco de Oliveira, Jussara Gruber e Mariza de Carvalho Soares, pesquisadores com diferentes níveis de investimento e participação na vida política indigenista.⁶

Apesar de formadas por diferentes atores sociais (militares, naturalistas viajantes, religiosos, antropólogos, entre outros), as coleções Ticuna haviam sido consultadas de modo esporádico, e não sistematizado, por integrantes desse grupo. A atuação do indígena Ticuna Salomão Inácio Clemente, estudante de antropologia, no SEE para trabalhar com esse material, constituiu a primeira experiência sistematizada da instituição. Cabe, nesse ponto, destacar a escolha por essas coleções, produzidas por João Pacheco de Oliveira, bem como a opção por produzir a sua resignificação a partir do trabalho de identificação do jovem Ticuna.

O pai de Salomão, Santo Cruz, cantor indígena Ticuna, é uma importante liderança e esteve presente durante todo o desenvolvimento da pesquisa do subprojeto “*Corpus etnográfico do Alto Solimões*” (1981), bem como nos processos de demarcação de terras Ticuna na década de 1980, na fundação do Museu Magüta em 1988 e na sua posterior refundação em 1991.⁷ Durante os dez anos entre o primeiro projeto de formação da coleção até a consolidação do Museu Magüta, Santo Cruz contribuiu e dialogou de modo bastante próximo ao antropólogo.

Durante esse período, aconteceu entre os Ticuna um fortalecimento de sua cultura material como símbolo do seu povo. Salomão participa desse processo por meio do que Pollak (1989) denominou de memórias herdadas – elementos não vivenciados pelos sujeitos diretamente, que são transmitidos por meio da memória dos familiares e do grupo social no qual o indivíduo está inserido. Nesse ponto, um interessante fluxo é produzido. Enquanto o povo Ticuna segue em contínua atualização dos usos e significados produzidos pelo grupo, o antropólogo João Pacheco de Oliveira foi em parte afastado do processo que aqui analisamos,⁸ não produzindo, portanto, a correspondente atualização dos seus símbolos na instituição de guarda da qual era o responsável.

5 As coleções Ticuna, formadas nos séculos XIX e XX, tiveram origens bem distintas, como o Instituto Alagoano e o Museu Paraense Emílio Goeldi, as ações militares (como a atuação de Pimenta Bueno e Cândido Rondon), os projetos de intervenção no espaço (como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré no atual estado de Rondônia, implementada nas primeiras décadas do século XX com grande impacto na região e sobre os povos que a habitam) e as doações realizadas pelo imperador d. Pedro II.

6 Para fins deste artigo, exploraremos apenas a coleção formada por João Pacheco de Oliveira em 1981.

7 A fundação do Museu Magüta constituiu uma iniciativa pioneira no âmbito dos museus brasileiros. Foi o primeiro museu indígena administrado unicamente por integrantes dessa população. Para maior detalhamento sobre esse processo, ver Oliveira (2012b) e Roca (2015b).

8 Nos anos de 1990, devido ao agravamento dos conflitos na região Ticuna após o evento trágico que viria a ser conhecido como Massacre do Capacete (Oliveira, 2000), o antropólogo João Pacheco de Oliveira direcionou seus estudos para o Nordeste. Embora tenha privilegiado a questão territorial e os processos de re-emergência étnica em um primeiro momento de trabalho com os povos indígenas (1999), a temática dos objetos, museus e coleções continuou presente na sua obra (2008; 2012a).

O processo de revisitação empreendido em 2014 deve, portanto, levar em consideração o contexto de formação dessa coleção na década de 1980 e os múltiplos regimes de memória (Fabian, 2001) a que esses objetos foram submetidos ao longo do tempo. Não se trata apenas de recuperar a biografia das peças, tal como formulado por Appadurai (2008), e os múltiplos significados relacionados a elas. Trata-se de pensar como esses objetos são convertidos em itens que integram possibilidades narrativas mais amplas. Mais exatamente, arquiteturas da memória, como nos alerta Fabian, que permitem conceber, narrar e dar sentido a uma história.

Assim, ao pensarmos as populações indígenas hoje e os legados que foram constituídos a partir de sua materialidade, é preciso ter em conta, como nos afirma Oliveira (2016), que toda produção de documentos a ela relativa é decorrente de processos históricos institucionalizados, de modo que é necessário construir os caminhos para a sua investigação.

Trata-se então de uma coleção formada em trabalho de campo, objetivando o estudo da arte e da tecnologia dos Ticuna, já na segunda metade do século XX, em um contexto pós-colonial, com o objetivo de produzir dados para um centro de pesquisas etnológicas. Também é uma coleção que exprime uma nova fase do artesanato Ticuna, em contato com as demandas capitalistas contemporâneas, sendo adquirida dentre objetos destinados ao comércio pelos indígenas. Ao chegarem ao Museu Nacional e lá permanecerem, as peças ganham novos sentidos, passam a ser inventariadas e a integrar o “bem público nacional”.

Nesse sentido, nos interessou particularmente a passagem dos objetos de itens de comércio a elementos de análise antropológica e, o que parecia ser o seu fim, a itens de patrimônio nacional. Contudo, a visita de Salomão inaugurou uma nova etapa que contraria o horizonte final estimado. Os objetos passam, então, no contexto mais contemporâneo, a ser elementos de reivindicação de direitos e reafirmação identitária. Este trabalho pretende, portanto, reinstaurar a polifonia dos objetos, trazendo para primeiro plano outros aspectos além da dimensão estética – frequentemente abordada como único aspecto relevante transmitido pelo etnólogo ao grande público (Oliveira, 2008).

Além dessas dimensões, cabe ainda destacar uma outra característica desses acervos para os indígenas contemporâneos. Segundo Velthem (2012), no Brasil, algumas ações dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, Amazonas, Amapá e Pará buscam uma (re)apropriação de acervos museais. As respectivas ações se apoiam na afirmação de identidades e na conexão das coleções com a noção de patrimônio, emprestada da sociedade ocidental. De forma paralela, os povos indígenas assimilaram e incorporaram discursos e instituições, dentre elas os museus, que até então só faziam sentido para os ocidentais. Isso pôde ser avaliado quando da experiência de análise do processo de criação de um museu indígena, capaz de exercer um papel educativo e mobilizador, de organizar a memória e revigorar a identidade de etnias. É o caso da fundação do já citado Museu Magüta pelos Ticuna.

O Museu Magüta é um museu indígena, destinado a promover e preservar a cultura dos índios Ticuna. Está situado em Benjamin Constant (AM), uma pequena cidade localizada na confluência dos rios Javari e Solimões, fronteira com Peru e Colômbia (Freire, 2003). Suas atividades de organização datam de 1988, quando o povo Ticuna, mobilizado na luta por seu

território, passava por um momento crítico (Oliveira, 2012a). No caso da vinda de Salomão ao Museu Nacional, e sua participação na revisitação à coleção etnográfica de seu povo, pode-se supor o quão “explosivo” é o movimento, tomando emprestada a expressão de Freire (2003), por seu cunho sociopolítico.

O Museu Nacional, como grande parte dos museus nos séculos XIX e XX, abriu suas portas para receber objetos etnográficos advindos do contato colonial, violento, entre brancos e índios. Hoje, no século XXI, em um momento em que se debate tanto a preservação da memória e a identidade indígena nos mais diversos campos sociais, esse museu se abre aos povos “silenciados”, a fim de dar voz e valor àqueles que contribuíram para a formação de seu acervo.

Porém, é necessário frisar que tal movimento de revisitação, assim como a (re)abertura de museus etnográficos para os povos colonizados, não deve ser interpretado como uma concessão dos não índios (etnólogos, antropólogos, historiadores, museólogos e estudiosos da etnologia indígena) para com esses povos. Deve ser entendido como um movimento político. Como afirma Roca (2015a), o controle sobre a autorrepresentação indígena depende tanto da dimensão crítica promovida pelos estudos sobre o colonialismo quanto do controle dos recursos materiais por essas comunidades, e do estabelecimento de formas de diálogo equivalentes entre os diferentes agentes envolvidos no processo de construção das representações museais. A demanda indígena pela preservação da memória e reconstrução dos modos de representação da sua cultura é uma ação que somente pode ser efetuada por meio do intercâmbio de saberes entre os próprios indígenas, antropólogos, historiadores, museólogos, conservadores, arquivistas e interessados.

O “POVO PESCADO DO RIO”⁹ E AS COLEÇÕES DO MUSEU NACIONAL

Os Ticuna configuram o povo indígena mais numeroso da região amazônica¹⁰ e têm sua história marcada pela violência de seringueiros, pescadores e madeireiros na região do Alto Solimões. O acervo do SEE abarca grande parte da história e representação cultural desses indígenas, além de documentar as tecnologias empregadas na produção de tais objetos.

A coleção formada pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira foi composta em 1981 como um dos produtos do subprojeto “*Corpus* etnográfico do Alto Solimões”, que, sob sua coordenação, integrava o projeto “Etnografia e emprego social da tecnologia”, do SEE em convênio com a Empresa Brasileira de Inovação e Pesquisa (Finep), de 1979 a 1981. O projeto tinha por objetivo aperfeiçoar as atividades do setor e transformá-lo em um grande centro de pesquisas etnográficas, sob coordenação da professora Maria Heloisa Fenelón

⁹ “Magüta” em Ticuna significa “povo pescado do rio”, segundo o mito de surgimento do povo Ticuna, quando Djói pescou, dos igarapés, peixes que se transformaram em gente (Silva, 2010).

¹⁰ Atualmente os Ticuna possuem uma população de 46.045 indivíduos, segundo censo do IBGE de 2010, tornando-se assim a etnia mais numerosa do país. Disponível em: <<http://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

Costa, na época curadora do SEE desde 1964. Para isso, fazia-se necessário, segundo os parâmetros do conhecimento da época, ampliar o número e a representatividade dos itens do SEE.¹¹

A coleção de objetos Ticuna aqui analisada é composta por 118 peças de variados tipos: colares, anéis, pulseiras, bolsas, redes, tururis e uma máscara ritual. Foi descrita nos relatórios técnicos, por João Pacheco de Oliveira, como peculiar por ser composta de objetos de caráter mercadológico produzidos pelos artesãos Ticuna para serem vendidos aos “brancos”. Seus itens correspondem ao que os brancos mais procuravam ao visitar as aldeias. Segundo o antropólogo, tal fenômeno deveria ser tema de estudo por seu caráter inédito entre as coleções Ticuna do Museu Nacional.¹²

Os estudos de coleções etnográficas são cheios de potencialidades que transladam sentidos e interpretações, que contribuem para a redefinição dessa classe de objetos (Velthen, 2012). O processo de redefinições também parte das revisitações às coleções etnográficas.

REVISITANDO COLEÇÕES: O OLHAR DE UM JOVEM TICUNA SOBRE UMA COLEÇÃO ETNOGRÁFICA

Trinta e dois anos após a formação da coleção de objetos Ticuna no Museu Nacional, o projeto “Memórias étnicas e museus etnográficos: uma releitura sobre o Setor de Etnologia do Museu Nacional/UFRJ”¹³ buscou um novo olhar para esse material, por meio da proposta de revisitação por estudantes universitários e indígenas.

O projeto teve como objetivo de trabalho valorizar as coleções etnográficas sob a guarda do SEE, investindo na pesquisa intensiva, na conservação do patrimônio e na divulgação dos resultados e informações, por meio das produções acadêmicas, das exposições e de elaboração de bancos de dados. Previa: a) a identificação e contextualização das coleções Ticuna, gerando base de dados digitalizada em planilha eletrônica para o setor; b) a fotografia das peças referentes à coleção Ticuna formada por João Pacheco de Oliveira, gerando um catálogo confeccionado para o setor; e c) a vinda do indígena Ticuna e graduando em antropologia pela Ufam (Universidade Federal do Amazonas), Salomão Inácio Clemente, de Benjamin Constant (AM). Salomão participou do processo de reconhecimento dos objetos da coleção, bem como da interpretação das pinturas presentes nos tururis.

11 Para uma análise de Heloisa Fenelón e seu posicionamento quanto à produção do conhecimento, ver Domingues (2010).

12 A formação da coleção de objetos Ticuna realizada por João Pacheco de Oliveira foi tema do trabalho de conclusão de curso da coautora deste artigo, Bianca França, sob orientação de Rita de Cássia Melo Santos. Para uma consulta completa ao trabalho, ver França (2015).

13 Em convênio com a Faperj (processo: E-26/100.967/2014), esse projeto tinha como equipe: João Pacheco de Oliveira (coordenador); Bianca Luiza Freire de Castro França (iniciação científica – Faperj); Salomão Inácio Clemente (estagiário convidado); os técnicos e funcionários do Setor de Etnologia e Etnografia Crenivaldo Régis Veloso Júnior, Michele Barcelos, Rachel Correa de Lima e Edmundo Pereira (professor do PPGAS/Museu Nacional, vinculado ao Departamento de Antropologia).

A metodologia aplicada consistiu inicialmente em levantamento documental sobre o acervo Ticuna, por meio dos livros de tombo disponíveis no SEE. Foi possível contextualizar as coleções a partir dos dados de seus principais coletores e situações etnográficas¹⁴ no século XX. Em seguida, foi feito o recorte da coleção formada por João Pacheco de Oliveira em 1981. Após sua delimitação, foi necessário avançar para a busca de documentação referente às suas origens.

A partir da identificação do relatório geral do subprojeto “*Corpus* etnográfico do Alto Solimões”, foi possível buscar outras fontes no Setor de Memória e Arquivo (Semear) do Museu Nacional. Essas fontes foram os relatórios individuais de João Pacheco de Oliveira, Mariza de Carvalho Soares e Jussara Gruber.

Após o levantamento das informações acerca do projeto que originou a coleção formada por João Pacheco de Oliveira, o segundo passo foi a investigação no acervo propriamente dito. O trabalho de levantamento de fontes e digitalização prosseguiu durante todo o primeiro semestre de 2014. No segundo semestre, o trabalho consistiu no reconhecimento e registro fotográfico das peças, que formaram um conjunto de dados para a catalogação, com a participação de Salomão, e foram identificadas e fotografadas uma a uma. Tais registros foram anexados à planilha referente à coleção João Pacheco de Oliveira gerada para o projeto.

Foram identificados 63 objetos da coleção nos armários da reserva técnica e comparados com as entradas do livro de tombo, constituindo uma planilha digital com os seguintes dados: número de tombo, coletor, proveniência, artesão, local de coleta da peça e data de coleta. Depois de identificar os itens na reserva técnica, 61 dos 63 foram fotografados e dois não puderam ser registrados devido ao precário estado de conservação; eram dois tururis, um já bem deteriorado.

O trabalho de Salomão consistiu no reconhecimento das peças do acervo Ticuna, na correção de verbetes e expressões contidas nas informações dos itens e das utilidades descritas nos livros de tombo, bem como na contribuição para o processo de fotografia das peças da coleção João Pacheco de Oliveira. Uma das grandes contribuições foi a interpretação dos usos dos objetos segundo as categorias nativas e o emprego social de cada um. Com essas informações atualizadas, foi possível confeccionar o catálogo dessa coleção, disponível no Setor de Etnologia e passível de estudo por outros pesquisadores indígenas e não indígenas.

SIGNIFICADOS DE UM TURURI

A coleção formada por João Pacheco de Oliveira é composta, dentre outros objetos, por aproximadamente 13 tururis, que possuem grandes alegorias pintadas com motivos de animais. Na interpretação de Salomão, são desenhos que retratavam mitos da cultura Ticuna. Um exemplo do trabalho de requalificação proposta por Salomão diz respeito ao tururi de número 40.668 (numeração referente à entrada no livro de tombo), que, ao ser catalogado,

¹⁴ Para uma análise das situações etnográficas aplicadas ao contexto de colecionismo, ver Santos (2016).

recebeu a seguinte descrição: “Tururi com desenhos (ave e bicho-preguiça); artesão: Pancho Jagurú. De Belém (lado católico); nação Arara. Feito para venda”.¹⁵



Tururi com desenhos de ave e bicho-preguiça. Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional. Foto de Bianca Luiza Freire de Castro França (out. 2014)

Ao interpretar esse tururi, segundo suas categorias nativas, Salomão assim o descreve: “Tururi serve para cobertor de dormir e para roupa. E na Pelação, forma como é denominado o ritual Ticuna da Festa da Moça Nova,¹⁶ para máscara e roupas de mascarados”. Quando interpreta os motivos pintados, ele percebe o mito de criação da luz e da escuridão, do dia e da noite:

Na história Ticuna ave e preguiça são luz e escuridão. Antigamente a terra fica na escuridão porque preguiça tem um poder de escurecer a terra e também para dormir todo tempo, e nem outro animal era capaz de resolver a situação, aí as aves se reuniu batendo asas perto do bicho-preguiça e de repente o céu e a terra se iluminou formando o sol. Desde então ave representa luz e bicho-preguiça a escuridão (Salomão Inácio, 2014).¹⁷

O tururi tem utilidade nas atividades diárias, cotidianas do grupo, além de sua função ritualística, quando usado na roupa dos mascarados, no ritual da Pelação ou Moça Nova. Dessa forma, esse objeto recebe categorias nativas, que vão ser “musealizadas” ao serem registradas nas fichas e livros de tombo.

Assim, o tururi, por meio de seus desenhos (suportes visíveis ou observáveis), transmite um significado. Ele não é apenas um artefato visível, mas se refere a um destinatário externo, com um sentido invisível que é suposto por ele – o que seria definido pelos estudiosos dos

¹⁵ Dados retirados do livro de tombo, v. 18. SEE/Museu Nacional.

¹⁶ No filme *Uma assembleia Ticuna*, Bruno Pacheco de Oliveira acompanha uma assembleia Ticuna realizada no contexto da Festa da Moça Nova. Filme disponível em <<http://bit.ly/2GmTgY0>>.

¹⁷ Retirado de descrição feita para o catálogo fotográfico e topográfico da coleção Ticuna de João Pacheco de Oliveira.

objetos como um *semióforo* (Pomian, 2010). Para o indígena, contudo, essa peça constitui uma entidade real no intelecto daquele que o observa e interpreta. Quando Salomão interpreta o desenho no tururi, até certo ponto, ele depende do seu conteúdo e estados de circunstâncias internas, ou seja, de suas experiências e categorias de vivência como indígena Ticuna.

Não se trata de um *semióforo*, porém, apenas quando interpretado por Salomão. Também o é por aqueles que o preservam, o museu, ou seja, um objeto visível cheio de significado. Por isso se torna precioso e é preservado. Portanto, um mesmo objeto em vários contextos recebe classificações e significados diferentes.

Dessa forma, é apresentado um esquema da vida social desses objetos etnográficos, que passaram de *mercadorias por destinação* (Appadurai, 2008) a patrimônio cultural. Nesse trabalho de interpretação nativa, buscou-se fazer o caminho inverso do trânsito dessas peças: partir da coleção etnográfica para o uso nativo e seus significados, tentando reconstruir seus regimes de memória (Fabian, 2001). É interessante analisar que, dentre as características destacadas por Oliveira em seus relatórios, na década de 1980, a marca como mercadoria era apresentada por alguns antropólogos como um desvirtuamento da cultura nativa. Porém, quando esses artefatos são revisitados e analisados por Salomão, recebem significados nativos, transformando-se em símbolos de uma construção da memória do povo Ticuna. Trata-se, portanto, de dois momentos díspares: um na década de 1980, em que, ao adentrar os espaços museais, os objetos precisam ser caracterizados de certo modo, com a indicação de uma vida social “autêntica”; e outro no qual, ao ser reconhecido por um integrante de sua comunidade, suas marcas de autenticidade e, o seu oposto, de mercadoria são desconsideradas em favor de outros sentidos.

Nos museus, os objetos, ao serem retirados de seus contextos originais, são incorporados a categorias ocidentais ligadas à ideia de patrimônio nacional. A gestão de seus destinos e de seus usos passa a ser de responsabilidade administrativa dos museólogos, curadores e demais técnicos da instituição, que pouco ou nunca consultam as populações referidas a essas coleções (ver Oliveira, 2008, 2012b; Roca, 2015a, entre outros). A cultura material proveniente dessas coletividades passa a atender à demanda de um discurso colonial que é repassado desde as reservas técnicas até as grandes exposições. Ou seja, imprimem a memória de um grupo que faz parte de uma ideia de patrimônio cultural vinculado e subordinado à nação. Isso aparece, por exemplo, nas categorias arroladas nos livros de tombo para esses objetos que em nada, ou bem pouco, correspondem à descrição nativa dos seus usos.

O trabalho com a requalificação das coleções, por sua vez, permite inserir novos usos e significados nessas peças, ao mesmo tempo em que propicia a atualização das conexões nativas com suas memórias pretéritas. Salomão, ao retornar à análise desses objetos, volta-se ao passado do seu povo, à memória herdada de seu pai, avós e todas as outras gerações que o precederam. Como aponta Pollak, nas memórias subterrâneas, não oficiais, transmitidas por meio das gerações, os dados e informações podem por vezes atravessar um século (Pollak, 1989). Situações como as vivenciadas no âmbito do projeto de revisitação das coleções Ticuna constituem momentos ímpares para atualização dessas memórias transmitidas, construindo possibilidades de elaboração de novos regimes de memória (Fabian, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo sendo o mais antigo museu do Brasil, o Museu Nacional é uma construção relativamente recente, que remonta ao período republicano (Castro Faria, 1993). Sua importância no âmbito científico das ciências naturais e humanas foi constituída tanto por meio de suas coleções quanto por meio das exposições. Estas marcaram ainda uma parte importante da memória do país, colaborando para a conformação de uma memória compartilhada sobre o lugar do indígena na formação nacional.

Ao analisar a coleção de objetos indígenas Ticuna, foi possível traçar alguns trânsitos. O primeiro, de itens de comércio a itens de estudo etnológico. Nesse contexto específico, essa coleção deixa de exprimir uma nova fase da produção de cultura material indígena, em contato com as demandas contemporâneas voltadas ao comércio, para servir à construção e à afirmação de uma determinada representação sobre a identidade e a memória Ticuna.

No segundo trânsito, ao serem musealizados e registrados como patrimônio do museu, os objetos recebem outras categorias e passam a ser considerados patrimônio cultural. Essa modificação no *status* dos objetos produz o congelamento dos significados aportados no primeiro trânsito, ao mesmo tempo em que a ele se junta a dimensão nacional. Os objetos que eram antes específicos passam, então, a ser apresentados como mais um elemento do conjunto nacional ao qual se juntam os demais objetos representantes de outros povos indígenas, povos de origem africana e mesmo povos da Antiguidade – em uma composição que busca apresentar a continuidade da humanidade e da própria nação apresentada.

A revisitação aqui analisada assume, portanto, uma importante função social, que interrompe o cortejo de sentidos aportados a esses objetos. Realizada em um período de forte mobilização política indígena e de afirmação da identidade étnica, ela rompe com essa objetificação e possibilita a construção dos primeiros passos para que os sujeitos antes silenciados tornem-se porta-vozes dos sentidos atribuídos. Por isso, tal associação entre indígenas e as práticas interpretativas de coleções pode possibilitar a desconstrução da visão museológica e reconstrução de uma nova percepção na qual os objetos são suporte de um discurso identitário.

É preciso, neste momento, atermo-nos à importância dos estudos de coleções de cultura material indígena nos museus nacionais etnográficos, sobretudo neste Museu Nacional, que possui em seu acervo grande parte do legado material dos povos colonizados. O tema em questão, mais abordado por antropólogos, deveria aguçar o interesse das novas gerações de historiadores, museólogos, conservadores e arquivistas, servindo para a produção e difusão de pesquisas sobre as fontes apontadas. Para isso, é necessário partir das muitas histórias depositadas nas coleções, dos significados atribuídos, ou impostos, pelos muitos atores sociais a esses objetos étnicos, tendo como premissa que, dessa forma, são gerados sentidos que passam a ser incorporados na materialidade e reinterpretados a cada contexto, trazendo-lhes uma nova semântica política, ética e transformadora.

Referências

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário; SANTOS, Murian S. (org.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond; MinC/Iphan, 2007.
- AGOSTINHO, Michele de Barcelos. *O museu em revista: a produção, a circulação e a recepção da revista Arquivos do Museu Nacional (1876-1887)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), 2014.
- APPADURAI, Arjun (org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói (RJ): Eduff, 2008.
- BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organização de Tomke Lask. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BENEDICT, Anderson. *Comunidades imaginadas: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México: Fondo de Cultura Economica, 1993. (Colección Popular).
- CASTRO FARIA, Luis de. *Antropologia: espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.
- DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. Heloisa Alberto Torres e o inquérito nacional sobre ciências naturais e antropológicas, 1946. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 5, n. 3, p. 625-643, set./dez. 2010.
- FABIAN, Johannes. Ethnology and history. In: _____. *Anthropology with an Attitud: Critical Essays*. Stanford: Stanford University Press, 2001. p. 70-85.
- _____. Colecionando pensamentos: sobre os atos de colecionar. *Mana*, v. 16, n. 1, p. 59-73, 2010.
- FRANÇA, Bianca L. F. Castro. *Relações de alteridade e identidade nas coleções museológicas: conhecendo a coleção Curt Nimuendajú/Ticuna do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista*. *Raízes e Rumos*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 10-17, 2013.
- _____. *Do comércio a patrimônio nacional: formação de uma coleção Ticuna no contexto da antropologia brasileira (1979-1981)*. 2015. Monografia (Licenciatura em História) – Unirio, Rio de Janeiro, 2015.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta do museu pelos índios. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- KEULLER, Adriana T. A. M. *Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – USP, São Paulo, 2008.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- MUSEU NACIONAL. *Museu Nacional*. São Paulo: Banco Safra, 2007.
- NASCIMENTO, Fátima. *A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional, século XIX*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2009.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire – I: La République*. Paris: Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.
- _____. Sobre índios, macacos e peixes: narrativas e memórias de intolerância na Amazônia contemporânea. *Etnográfica* (revista do Centro de Estudos de Antropologia Social), Lisboa, v. 4, n. 2, p. 285-310, 2000.
- _____. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, século XIX e XXI. *Tempo*, v. 12, n. 23, p. 73-99, 2008.

_____. Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, jan./abr. 2012a.

_____. A refundação do Museu Magüta: etnografia de um protagonismo indígena. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (org.). *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012b.

_____. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989.

POMIAN, Krzysztof. *Collectors and Curiosities: Paris and Venice, 1500-1800*. USA: Polity Press ("Foreword"), 1987.

_____. *Historia cultural, historia de los semióforos*. Xalapa: Al Fin Liebre Ediciones Digitales, 2010. Disponível em: <<http://alfinliebre.blogspot.com.br/2010/10/ano-ii-no-05.html?q=historia+cultural>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

RIBEIRO, Berta G. Artesanato indígena: para que e para quem? In: _____. *O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Funarte, Instituto Nacional do Folclore, 1983.

_____. Introdução. In: _____ (coord.). *Suma etnológica brasileira*, v. 3, 1986.

_____. *Dicionário do artesanato indígena*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, série 3, v. 4, 1988. (Coleção Reconquista do Brasil).

RIBEIRO, Darcy. Arte índia. In: RIBEIRO, Berta G. (coord.) *Suma etnológica brasileira*, v. 3, 1986.

ROCA, Andrea. Museus indígenas na costa noroeste do Canadá e nos Estados Unidos: colaboração, colecionamento e autorrepresentação. *Revista de Antropologia*, v. 58, p. 117-142, 2015a.

_____. Acerca dos processos de indenização dos museus: uma análise comparativa. *Online*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 123-156, 2015b.

SANTOS, Rita de Cassia Melo. *No "coração do Brasil": Roquette Pinto e a expedição à serra do Norte (1912)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS/Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *Um naturalista e seus múltiplos: colecionismo, projeto austríaco nas Américas e as viagens de Johann Natterer ao Brasil (1817-1835)*. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Hiram Reis e. *Desafiando o rio-mar: descendo o Solimões*. Porto Alegre: ediPUCRS, 2010.

VELTHEM, Lucia Hussak van. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan./abr. 2012.

Recebido em 21/9/2017
Aprovado em 30/1/2018

DA DOAÇÃO À ADOÇÃO

ARQUIVOS, MEMÓRIAS E CIDADANIA INDÍGENA EM CONTEXTOS DE APROPRIAÇÕES

DIFERENCIADAS

FROM DONATION TO ADOPTION

ARCHIVES, MEMORIES AND INDIGENOUS CITIZENSHIP IN CONTEXTS OF DIFFERENTIATED

APPROPRIATIONS

FLÁVIO LEAL DA SILVA | Professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Doutor e mestre em Memória Social pela Unirio, com especialização em Documentação e Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Arquivologia.

RESUMO

Este artigo analisa possíveis razões que levaram o povo indígena Parintintin a aceitar a “doação” de documentos digitalizados pelo Museu do Índio. Contextualiza a valorização desses documentos pelos Parintintin a partir da luta pelas terras que tradicionalmente ocupam, sugerindo a ampliação da noção de documento e a preocupação de reestruturação do Museu do Índio em um cenário possibilitado pela Constituição de 1988.

Palavras-chave: arquivologia; memória social; demarcação de terras indígenas; doação.

ABSTRACT

This article analyzes the possible reasons that led the Parintintin indigenous people to accept the “donation” of documents scanned by the Museu do Índio. It contextualizes the valorization of this documents by the Parintintin as from the fight for the lands that traditionally occupy, suggesting the expand of the notion of document and the concern of restructuring Museu do Índio in a scenario made possible by the Constitution of 1988.

Keywords: archival science; social memory; demarcation of indigenous lands; donation.

RESUMEN

Este artículo analiza las posibles razones que llevaron al pueblo indígena Parintintin a aceptar la “donación” de documentos digitalizados por el Museu do Índio. En el marco de la lucha por tierras, refleja la valoración de los documentos por los Parintintin, sugiriendo la ampliación de la noción de documento y la preocupación de reestructuración del Museu do Índio posibilitado por la Constitución de 1988.

Palabras clave: archivología; memoria social; demarcación de tierras indígenas; donación.

INTRODUÇÃO

Todo ato do sujeito que conhece
tem o seu objeto intencional de conhecimento
e todo objeto que aparece tem o seu sujeito intencional.
Celso Lafer

Atuando faz algum tempo na área da arquivologia, lembro com clareza da corrente que me trouxe para o campo, a qual discutia a necessidade de reforçarmos a importância social dos arquivos, devido à sua invisibilidade. Mais recentemente, ao que tudo indica, falar nisso parece não fazer muito sentido, como se tais questões já tivessem sido devidamente superadas. Discordando desse entendimento, creio que hoje, mais do que antes, essa questão continua tema de primeira grandeza, e não apenas para a arquivologia.

Precisamos investir muito mais e com maior intensidade na reflexão sobre o lugar social dos arquivos, assim como dos seus profissionais e de suas metodologias. Precisamos compreender que os arquivos não estão relacionados apenas aos interesses daqueles que os têm como fonte e tema de estudo; que são muito importantes para serem objetos de atenção exclusiva dos arquivistas.

Se a importância social dos arquivos é uma realidade para os profissionais que neles atuam de forma mais sistemática, para a maioria da sociedade essa importância está muito longe de algum reconhecimento. O fato de esses profissionais terem uma convivência privilegiada sobre os usos que fazemos dos arquivos parece criar essa falsa visão de que sua invisibilidade esteja superada.

Muitos dos nossos argumentos sobre a relevância dos arquivos foram sustentados a partir das dimensões políticas e dos embates decorrentes dos esforços dos governos em criar instrumentos jurídicos e/ou técnicos impeditivos de acesso a eles. Isso ocorria exatamente pelo fato de esses governos, ou de setores ou indivíduos específicos em seu interior, reconhecerem nos documentos públicos um instrumento político importante. Existia o entendimento de que, como registro necessário e obrigatório, ao retratarem o cotidiano de suas ações administrativas, mesmo quando no cometimento de ilícitos, poderiam ser utilizados de diversas maneiras, inclusive por seus opositores. De qualquer maneira, esses governos não abriam mão de terem não apenas os arquivos próximos de si e a seu favor, como também um maior controle sobre eles e seus usos.

Contrariando essa lógica de valorização, hoje temos uma perspectiva muito mais danosa e perigosa, em que um governo está comprometido não mais exclusivamente com o sigilo e proibições de acesso aos documentos públicos e informações, mas sim com a sua destruição em definitivo. Ignoram os documentos e os arquivos como instrumentos fundamentais para seus interesses, sejam eles democráticos ou não. Agrava essa realidade o fato de que os atores, antes empenhados na manutenção das restrições de acesso, por reconhecerem sua importância e quererem mantê-los ao seu alcance, mantenham-se em silêncio absoluto.

O que está efetivamente acontecendo? Será que a importância que atribuímos aos documentos, arquivos e arquivistas está impregnada de algum tipo de corporativismo ou reserva de mercado? Espero e creio que não.

Este artigo é resultado de reflexões que buscam justificar a importância social dos arquivos como tema ainda hoje de primeira grandeza. É nossa proposta, a partir desse entendimento de relevância que atribuímos aos documentos, aos arquivos e aos arquivistas, como mediadores privilegiados na garantia de direitos básicos no exercício diferenciado da cidadania, analisar um acordo de cooperação técnica assinado entre o Museu do Índio e o povo Parintintin, para a “doação” de uma cópia digitalizada da coleção de documentos produzida pelo Museu do Índio a partir de diferentes titulares.

Cabem, para isso, algumas perguntas iniciais: por que utilizar como exemplo de importância dos documentos, dos arquivos e dos arquivistas uma sociedade indígena que, tradicionalmente, organiza-se pela oralidade e não por documentos escritos? Não será uma contradição ou mesmo um enorme equívoco? Quais os valores atribuídos pelos Parintintin ao objeto doado? O que pode justificar a aceitação, por uma sociedade essencialmente oral, de uma cópia digital de documentos? Que estratégias existem, se é que existem, para sua utilização?

Considerando ainda que o “doador”, de acordo com Mauss (1974), sempre transfere naquilo que doa uma parte de si, o que o Museu do Índio crê estar doando de si? E o que busca em troca como retribuição a essa “dáviva”?

Tais questões podem nos ajudar não apenas na compreensão de como os documentos e a própria coleção são instrumentos de desejo para nossos atores, embora com diferentes perspectivas, mas também na percepção dos usos e das dimensões implícitas nos documentos e nos arquivos, nem sempre percebidas pela sociedade, e muitas vezes nem por profissionais da área.

Iniciamos nosso diálogo com uma fala de Schellenberg que nos parece ilustrativa:

Se perguntássemos a um homem comum da rua por que razão os governos criam os arquivos, ele por certo nos interrogaria: – Que vêm a ser arquivos? Se lhe explicássemos, então, os objetivos de uma instituição desta natureza, provavelmente ele responderia, de pronto, tratar-se de um exemplo das extravagâncias dos governos. Quanto ao material de arquivo, faria esta pergunta final: – Por que não queimar esta papelada?

Visto ser esse conceito popular em relação ao arquivo encontrado em todos os países, é de se admirar que eles existam, instituídos com fundos públicos. Deve, portanto, ter havido outras razões que não a solicitação popular para a sua criação (Schellenberg, 2006, p. 3).

São, pois, com essas “outras razões” que devemos nos preocupar. São elas que nos permitirão ter maior clareza sobre as dimensões políticas, econômicas e sociais que envolvem os documentos, os arquivos e os arquivistas. Nós, arquivistas, precisamos urgentemente ter a clareza de quais são essas “outras razões”.

Para isso, buscaremos situar nossos sujeitos empíricos nessa linha de argumentação – o Museu do Índio/Funai (Fundação Nacional do Índio) e a Opipam (Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas) –, para, ao final, tentar justificar nosso entendimento sobre a importância dos documentos, dos arquivos e dos arquivistas (como sujeitos representativos dos diferentes profissionais que atuam no campo arquivístico), inclusive para as sociedades minoritárias, sobretudo as indígenas.

Michel Foucault (1987), em *A arqueologia do saber*, ao refletir sobre o uso dos documentos no fazer historiográfico, enfatiza que esse uso implica uma interpretação criativa que confere aos documentos selecionados uma lógica de integridade, como uma espécie de “prova” a sustentar a construção da realidade daquele passado descrito. E sentencia que esse uso significa a construção de uma coerência que não existe *a priori*.

Aceitar os documentos dentro dessa proposta e pensá-los como ferramenta ou instrumento de e para manipulações é pensá-los atravessados de sentidos, de interesses, nem sempre conscientes, explícitos ou compartilhados, mas que permitem retratar as atividades humanas em seus múltiplos aspectos. Aceitar os documentos como mediadores formais dos processos inerentes à vida social é tê-los como representantes culturais dos agentes envolvidos. Precisamos excluir a ingenuidade de que tais elementos da lógica de ordenamento social, lógica que nos permite classificar os atores por suas capacidades de manipulação de um “código secreto” ou de uma “ferramenta” aparentemente frágil e ingênua, sejam incapazes de comprometer a integridade física e cultural de um indivíduo ou mesmo de uma sociedade.

Os documentos, assim, são os interesses que os envolvem, dentro de um contexto específico em que atuam, nas regras sociais que produzem, nas quais se inserem e das quais resultam. Implica, ainda, pensar não exclusivamente nos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente na construção de cada documento, mas naqueles que, autorizados tecnicamente a fazer intervenções para os diferentes usos possíveis, nem sempre previstos em nossos “manuais”, facilitarão ou não que outros atores identifiquem certas características e dimensões de obediência às regras definidas antes, durante e depois dos processos que os produziram, e também possibilitando que todos esses agentes tenham suas próprias interpretações.

Se é essa imprevisibilidade da dinâmica social que nos orienta, não podemos igualmente querer que um dos produtos dessa realidade, o documento/arquivo, possua uma característica estável, comum e previsível. É desse processo de indeterminação que emerge nossa dificuldade em determinar a estabilidade valorativa e as fronteiras entre certas práticas culturais. Elas não são estanques e, embora diferentes, fazem parte do próprio processo e, simultaneamente como produtos e insumos daquilo que está representado nos documentos e nos demais registros de maneira mais ampla, contribuem significativamente para nossas interpretações.

Mas como essa aceitação, valorização e uso dos documentos se estabelecem no interior de cada grupo social? Sobre essa questão, podemos nos apropriar dos argumentos de Ulpiano Bezerra Meneses (1992) para justificar a adoção de um bem como patrimônio cultural de e por um determinado grupo social: “Quando se fala em valor de um bem é preciso distinguir

que são várias as categorias de valor. Eu veria quatro categorias básicas: valores cognitivos, formais, afetivos e pragmáticos”.

Meneses (1992) lembra que a decisão de se preservar o bem cultural (no nosso caso, os documentos) não está presa necessariamente à soma desses valores – cognitivos, formais, subjetivos e pragmáticos. Basta que o bem a ser preservado possua pelo menos uma dessas categorias com certa intensidade.

É preciso entender que, como já sinalizamos, não só o uso que cada um dos grupos faz do documento é diferente, como também existe uma dimensão simbólica de apropriação que o torna um produto específico de e para cada grupo social ou seus indivíduos.

Muito provavelmente, a importância social atribuída aos documentos pelos Parintintin decorre do longo e intenso contato, em regra violento, a que estiveram e estão submetidos a partir dos diferentes atos administrativos de demarcação de terras indígenas, que parecem legitimar os sucessivos desrespeitos às suas práticas, crenças e territórios. Nesse contexto, da luta pela conquista das terras que ocupam, os documentos são mais facilmente percebidos como “representantes” das autoridades burocráticas a quem estamos todos subordinados.

MUSEU DO ÍNDIO

Localizado na cidade do Rio de Janeiro, o Museu do Índio é uma das unidades da Funai, órgão ligado ao Ministério da Justiça. De acordo com o conteúdo de sua página na internet,¹ foi criado por Darcy Ribeiro, no bairro do Maracanã, no Rio de Janeiro, em 1953. É a única instituição oficial do país dedicada exclusivamente às culturas indígenas. Em 1978, o Museu do Índio mudou-se do casarão, na rua Mata Machado, para o espaço atual, na rua das Palmeiras, em Botafogo: um prédio do século XIX, construído por João Rodrigues Teixeira, empresário da indústria alimentícia do Rio de Janeiro, para ser sua residência. Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a construção é exemplar arquitetônico representativo do período de urbanização do bairro. O Museu do Índio organiza mostras temporárias de peças e fotos, utilizando o acervo guardado em suas reservas técnicas.

Cabe à Funai, de acordo com o inciso I do artigo 1º da lei n. 5.371, de 5 de dezembro de 1967, ainda em vigor:

I – estabelecer as diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada nos princípios enumerados:

- a) respeito à pessoa do índio e às instituições e comunidades tribais;
- b) garantia à posse permanente das terras que habitam e o usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as unidades nelas existentes;
- c) preservação do equilíbrio biológico e cultural do índio, no seu contato com a sociedade nacional;

¹ Ver: <<http://www.museudoindio.org.br>>.

d) resguardo à aculturação espontânea do índio, de forma que sua evolução socioeconômica se processe a salvo de mudanças bruscas.

Com vistas a tais objetivos, possui em sua estrutura administrativa, estabelecida pelo decreto n. 7.056, de 28 de dezembro de 2009, um órgão científico-cultural, qual seja, o Museu do Índio, ao qual compete, de acordo com o artigo 23 do referido decreto:

I – resguardar, sob o ponto de vista material e científico, as manifestações culturais representativas da história e tradições das populações étnicas indígenas brasileiras, bem como coordenar programas de estudos e pesquisas de campo, nas áreas de etnologia indígena e indigenismo e divulgar estudos e investigações sobre as sociedades indígenas;

II – planejar e executar a política de preservação, conservação e proteção legal dos acervos institucionais – etnográficos, textuais, imagéticos e bibliográficos – com objetivo cultural, educacional e científico;

III – coordenar o estudo, pesquisa e inventário dos acervos, visando produzir informações sistematizadas e difundir-las à sociedade e, em especial, aos povos indígenas;

IV – implementar ações voltadas para garantir a autoria e propriedade coletiva dos bens culturais das sociedades indígenas e o aperfeiçoamento dos mecanismos para sua proteção;

V – coordenar e controlar as atividades relativas à gestão de recursos orçamentários e financeiros; e

VI – coordenar, controlar os contratos, licitações, convênios, ajustes e acordos, gestão de pessoal, serviços gerais, material e patrimônio, manutenção, logística e eventos no seu âmbito.

É dentro de tais competências que o programa de pesquisa e documentação do Museu do Índio vem desenvolvendo um trabalho de tratamento técnico de seus acervos bibliográfico, textual, audiovisual e museográfico, objetivando

promover o acesso das comunidades indígenas contemporâneas às informações culturais e históricas produzidas por seus povos ou a eles referenciadas, incluindo registros de natureza linguística, textual, imagética e sonora, como também documentos etnográficos coletados por diferentes pesquisadores ou instituições (Museu do Índio, 2008, p. 23).

Parte desse programa, o projeto Parintintin-Kagwahiva teve início no ano 2000, a partir da documentação custodiada pela própria instituição e pelo antropólogo Waud Kracke, da Universidade de Illinois (EUA).

Os Parintintin são, de acordo com o Museu do Índio, a primeira etnia a ser beneficiada com essa proposta. José Carlos Levinho, diretor da instituição na época, afirma que a “doação” aos Parintintin foi o primeiro resultado de uma proposta inovadora do museu como presta-

dor de serviços voltados, sobretudo, mas não apenas, para os povos indígenas. Essa vocação, aliada a outras características, fazem do Museu do Índio uma instituição muito diferente dos demais museus, não apenas pela sua subordinação ministerial em si (Ministério da Justiça), mas também pelo próprio acervo sob sua responsabilidade.

Um bom exemplo dessa especificidade está na diferença entre os museus apontada por José Carlos Levinho, em entrevista concedida para a pesquisa:²

Como está na Funai, ele tem outro tipo de perfil [...]. Ele não é um museu como é o Museu Villa-Lobos. No Museu Villa-Lobos não aparece ninguém para reclamar de nada. Se você fizer algo “errado” com a partitura, não cuidar direito do violão [...]. Agora os índios estão aí presentes; estão aí atuantes [...]. Eu entendo e sempre entendi que o Museu é um prestador de serviços [...] (Levinho, 2011, 14 min).

O reconhecimento dessas especificidades e o entendimento de sua vocação de prestador de serviços são uma leitura de um processo de reestruturação do museu que chegou a ficar fechado por um período de dois anos consecutivos, pela total falta de condições de funcionamento.

Se a partir da promulgação da Constituição de 1988 os povos indígenas do Brasil passaram, pelo menos em uma perspectiva jurídico-formal, a gozar de sua autodeterminação, os atores envolvidos, sendo parte do Estado ou da sociedade civil, “mediadores” autorizados juntamente a esses povos, terão, em alguma medida, que repensar as razões de suas atividades ligadas a eles, sendo o Museu do Índio, com toda certeza, um desses mediadores.

Uma das percepções do grupo que atua no Museu do Índio no momento de seu fechamento foi, segundo seu diretor, a de que muitos dos acervos produzidos ao longo de anos e anos de pesquisas, e em posse de seus titulares ou familiares, estavam sendo perdidos, fosse pela inadequação do local e formas de acondicionamento, fosse ainda pela própria fragilidade dos suportes nos quais tais registros foram processados.

Dessa leitura, tem início em 2000 um trabalho de identificação e convencimento de alguns pesquisadores de doarem seus acervos de pesquisa, com a proposta de que eles seriam digitalizados e devolvidos aos seus titulares. Fazia parte da contrapartida ao museu, além da propriedade da cópia digitalizada, sua autonomia para reproduzir e repassar cópias dessas coleções aos povos indígenas sobre as quais a documentação fizesse referência.

A primeira experiência desse novo caminho traçado pelos profissionais do museu foi firmado com o antropólogo estadunidense Waud Kracke, da Universidade de Illinois. O motivo dessa primeira parceria tem, para seu coordenador na época, certa dose de casualidade que, embora contenha também uma dimensão de afetividade pessoal entre os envolvidos, só será realmente efetivada em função das próprias atividades funcionais que a estabelecem,

2 Entrevista com José Carlos Levinho, diretor do Museu do Índio, realizada em 20 de julho de 2011, às 15 h, na sala da direção da instituição. Estavam presentes: José Carlos Levinho, Marcio Meira, Vera Dodebei, José R. Bessa e eu.

uma vez que ele vem estudando os Parintintin desde a década de 1960 e possui uma vasta documentação etnográfica que reúne, além de anotações de campo, um volume significativo de fotos e de gravações com cantos da mitologia Parintintin.

O conhecimento que possui sobre esse povo pôde ser percebido, em grande medida, quando da cerimônia de entrega da doação da coleção. Naquela oportunidade ele foi o único a falar em Kagwahiwa, língua tradicional dos Parintintin.

Além de tais credenciais, não podemos ignorar a proximidade de amizade e respeito existente entre o antropólogo e o diretor do Museu do Índio, como condição facilitadora para um projeto que, naquele momento, estava ainda em processo de experimentação.

José Carlos Levinho afirmou:

Eu tive contato com ele na década de 80, quando fui escalado pela Funai para fazer a identificação da terra Parintintin. E aí foi que a gente começou a trabalhar junto em 84. Fomos pra campo em 85 e tivemos aquela experiência de trabalho superinteressante pra mim, porque nós criamos a área Nove de Janeiro [...]. Quando fizemos essa área com quase 300 mil ha que tinha perto de duas famílias de índios [...] e ele colocou pra mim: não, os índios estão aqui na cidade, na região [...] se a gente consegue criar o território esses índios vão vir, vão voltar [...] a partir dali passei a ter uma relação muito próxima com o professor Waud e nós resolvemos apoiar e incentivar os Parintintin a voltarem para a área (Levinho, 2011, 7min30s).

É dessa atividade funcional, decorrente do processo administrativo de identificação da área indígena desenvolvida junto aos Parintintin a partir de 1984, que será construída essa dimensão de amizade, narrada pelo entrevistado.

Com isso a gente resolveu voltar várias vezes nos meses de janeiro e fevereiro, já que são os meses de maior carência de alimentos. Eu arrecadei com a LBA [Legião Brasileira de Assistência] e essas coisas assim [...]. Arrecadava quase uma tonelada de alimentos e ia lá [...]. Ficava lá um mês, e continuei fazendo pesquisa entre os Parintintin. Aproveitei para ficar estudando. Levando esses recursos na época de maior carência [...]. Com isso e com outras ações foi viabilizando a ocupação do território. Então foi uma relação que não só começou na identificação e que depois ficou alguns anos, dois, três, quatro anos, em que eu fiquei fazendo esse trabalho (Levinho, 2011, 14 min).

PARINTINTIN

De acordo com o histórico apresentado pelo Instituto Socioambiental (ISA), os Parintintin são falantes da família linguística Tupi-Guarani e estão localizados no município de Humaitá, no estado do Amazonas. Ocupam duas terras indígenas, que juntas totalizam uma área de 444.139,2078 ha (quatrocentos e quarenta e quatro mil, cento e trinta e nove hecta-

res, vinte ares e setenta e oito centiares), onde vivem, de acordo com informações da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), aproximadamente 418 índios (Funasa, 2010 apud ISA).

Uma das áreas ocupadas por esse povo é a terra indígena Nove de Janeiro, que possui uma superfície de 228.777,0999 ha (duzentos e vinte e oito mil, setecentos e setenta e sete hectares, nove ares e noventa e nove centiares) e perímetro de 285.769,50 metros (duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e sessenta e nove metros e cinquenta centímetros). A outra é a terra indígena Ipixuna, com uma superfície de 215.362,1079 ha (duzentos e quinze mil, trezentos e sessenta e dois hectares, dez ares e setenta e nove centiares) e perímetro de 273.128,23 metros (duzentos e setenta e três mil, cento e vinte e oito metros e vinte e três centímetros).

Quando os Parintintin foram “pacificados” em 1922/23, o espaço territorial que habitavam se estendia da região leste do rio Madeira até a boca do rio Machado, à leste do rio Maici. A primeira referência histórica aos Kagwahiva data do final do século XVIII, quando, de acordo com pesquisa de Nimuendajú, eles estavam localizados na confluência dos rios Arinos e Juruena, formadores do Tapajós.

No que diz respeito à sua organização política, destaca-se o fato de que a liderança entre os Parintintin recaía primordialmente no líder do grupo doméstico ou aldeia, chamado mborerekwára’ga, “aquele que nos mantém unidos”, ou, mais frequentemente, ñanderuviháv, que pode ser entendido como “nosso corresidente” (-ruv-, “estar em”, “morar em”), ou ainda como “a pessoa de nosso pai” (do nome ruv-, “pai”).³

Na década de 1930, intensificam-se as ações do contato do SPILT (Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais) e, de 1980 a 1990 aproximadamente, teremos uma série de eventos, inclusive internacionais, que culminarão nos trabalhos de identificação e demarcação das terras indígenas Nove de Janeiro e Ipixuna, coordenados por José Carlos Levinho.

CONTEXTUALIZANDO O ACORDO PARA OS PARINTINTIN

Para alguns dos principais atores envolvidos com as questões indígenas, a Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu art. 231, não é apenas um novo referencial jurídico a partir do qual se deve pensar a definição de terra indígena, mas é, sobretudo, a responsável pelo estabelecimento de uma nova concepção de sociedade brasileira, que passa a reconhecer o direito à diferença nos costumes, nas tradições e nas práticas culturais para os diversos povos que constituem o Brasil, em particular os povos indígenas, e a “descartar” a tutela e as políticas assimilacionista e integracionista⁴ que sustentavam as ações do Estado.

³ Ver página do Instituto Socioambiental (ISA) na internet: <<https://www.socioambiental.org/pt-br>>. O ISA é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como organização da sociedade civil de interesse público (oscip), desde 21 de setembro de 2001.

⁴ Cf. Araújo et al. (2006); Oliveira; Lima (1999).

É essa nova condição jurídica e constitucional conquistada pelos povos indígenas que lhes possibilitou outras maneiras de se relacionar com o Estado e com a sociedade civil (da qual é importante lembrar que são parte), exigindo-lhes, consequentemente (esta é uma hipótese), um maior domínio sobre os códigos culturais das práticas jurídico-administrativas das quais passariam eles próprios a fazer uso, mas às quais sempre estiveram submetidos, independentemente de suas vontades.

Ao reconhecer e valorizar as individualidades culturais como elementos fundamentais de reconhecimento étnico e cultural, a Constituição de 1988 abriu um espaço significativamente importante de e para a representação social dos grupos que compõem a sociedade brasileira. É importante observar que esse reconhecimento nos permite o entendimento de que a incorporação de práticas culturais inicialmente tidas como externas aos grupos que passam a usá-las não é mais considerada como algum tipo de perda cultural que os descaracterizariam, mas tão somente um produto “natural” do processo de intenso contato entre grupos sociais diferentes.

Nesse sentido, os grupos minoritários e os povos indígenas em particular terão não apenas o uso dos documentos e das novas tecnologias de registro incorporadas ao seu cotidiano, mas também reconhecidas como válidas em processos juntamente à Administração Pública ou ao Poder Judiciário, suas próprias tecnologias de registro e as apropriações que vierem a fazer daquilo que sobre eles foi estabelecido como uma estratégia de autodeterminação, valorização e divulgação cultural. Desse modo, ampliou-se a aceitação, como “documento probatório”, de todos os recursos e práticas de transmissão de saberes e lógicas de ordenamentos sociais utilizados pelas sociedades indígenas.

Isso não significa afirmar que os registros formais das relações com o Estado, os documentos arquivísticos revestidos de suas bases diplomáticas tradicionais, serão ignorados ou menosprezados. Pelo contrário, o que teremos a partir dessa compreensão é a ampliação do reconhecimento do que possa ter valor probatório. Ao retirarmos essa exclusividade dos documentos arquivísticos, abrimos, conscientemente ou não, em favor das sociedades indígenas e minorias, as possibilidades de ampliação do entendimento dos usos que fazemos dos documentos arquivísticos, e incorporamos a lógica que nos orienta a registrar nossas atividades mais formais.

Muito desse novo cenário pode ser explicado pelas alterações das perspectivas internacionais que levaram o Brasil, a partir de 1974, a assumir a responsabilidade de melhorar a sua imagem e a da Funai, diante da comunidade internacional de defesa dos direitos humanos, que denunciava, sistematicamente, os genocídios consentidos pela política indigenista oficial. Tal medida trouxe, também, mais aproximação com as instituições de pesquisa.

De acordo com o antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima (2006), as conquistas sociais dos povos indígenas, decorrentes de suas organizações no entorno da luta pela terra, são resultado de uma conformação que tem início no mundo pós-guerra,

com a consciência das doutrinas racialistas sob a forma do holocausto [...], que marcaram o séc. XX, revelando-se nas descolonizações [...] viram surgir a Declaração Universal

de Direitos do Homem, de 10/12/1948, dos quais também redundaria a convenção n. 107, de 26 de junho de 1957, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre a Proteção de Populações Indígenas e Tribais, [...] a convenção n. 169, que substituiria a de n. 107 (Lima, 2006, p. 21).

É ainda desse contexto histórico que

surgiria a ideia de que as terras ocupadas pelos indígenas deveriam lhes assegurar uma transformação social autogerida e paulatina, em harmonia com o seu modo de relacionamento com a natureza [...] e posterior criação de três parques indígenas, dos quais o mais conhecido é o do Xingu (hoje chamado de terra indígena), regulamentados após muita luta, por Jânio Quadros, em 1961 (Lima, 2006, p. 21).

Isso significa que os documentos constituem-se, como demonstrado, mesmo que para uma sociedade essencialmente oral, em um componente importante de apoio para construção e sustentação da memória, pois dentre outras possibilidades garantem a essas sociedades, a partir do acesso aos registros de diversas origens, a base para a demarcação de suas terras, onde suas práticas culturais se efetivam e, sobretudo, onde sobrevivem.

Nesse contexto, entender as dimensões administrativas, políticas, econômicas e sociais relacionadas ao processo de demarcação das terras dos povos indígenas, o acompanhamento da produção e usos sociais dos documentos, como portarias, decretos, relatórios, laudos, no processo de territorialização pelo qual passou o povo Parintintin, será determinante tanto para a compreensão das especificidades da apropriação que, individual e coletivamente, poderão fazer dos documentos sobre eles produzidos, como também para a incorporação dessa lógica de registro em suas relações futuras com os diferentes agentes do Estado.

No conjunto dessas decisões, o Estado lança mão dos seus instrumentos burocráticos – única forma legítima possível de agir de um Estado moderno e democrático – para garantir (ou não) a posse das terras ocupadas por cada povo indígena dentro do território nacional brasileiro.

Nesse sentido é que o decreto n. 1.775, de 1996 – que dispõe sobre os procedimentos para a demarcação das “terras indígenas” –, vai estabelecer as seguintes etapas: identificação; contraditório; declaração de limites; demarcação física; homologação; e registro.

Para Leite (1997), o primeiro passo reside em sabermos sobre o que estamos falando quando nos aproximamos da questão “terra indígena”, termo jurídico-administrativo produzido dentro de um processo de disputa pelo domínio de espaço físico nacional e de controle de uma população etnicamente diferenciada. Como produto de lutas sociais, essa terra indígena não deve ser pensada como uma espécie de “tradução” do território e/ou territorialidade indígena. Essa noção de “tradução” ou, ainda, como o próprio termo “identificação” pressupõe – identificar o que já existe, como algo natural –, retira ou subtrai da terra indígena sua dimensão política fundamental, sobre a qual os diversos atores levam o Estado a se posicionar formalmente.

A identificação,⁵ embora possa ser vista como de importância reduzida no conjunto do processo, quando comparada às instâncias decisórias de poder nas etapas finais de demarcação das terras, deve ser analisada como da maior relevância, uma vez que se constitui “numa investigação direta da situação, aproveitando-se de um contato específico e orientado com os próprios interessados” (Leite, 1997, p. 4).

Oliveira e Almeida, a propósito, nos fornecem um argumento de peso para a questão:

A sua força no processo decisório decorre justamente daí: que os dados sobre os quais outros discutem, decidem ou retificam as propostas apresentadas pelos GTs procedem em grande parte (senão em sua totalidade) do trabalho de campo desenvolvido por esse grupo. As suas marcas em termos de substrato etnográfico e de ideologia indigenista ficarão impressas em toda a discussão sobre o caso e se estenderão à própria realidade local (Oliveira; Almeida, 1985, p. 21).

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

A coleção, objeto do referido acordo de cooperação, é constituída não só pela Coleção Waud Kracke,⁶ cujas pesquisas tiveram início na década de 1960, mas também pelos documentos disponíveis no Museu do Índio, coletados pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos anos de 1922 e 1923, além dos registros fotográficos e sonoros produzidos nas décadas de 1980 e 1990 por diversos pesquisadores, dentre os quais o antropólogo José Carlos Levinho, diretor do museu na época da pesquisa, coordenador dos trabalhos de identificação e demarcação das terras indígenas Nove de Janeiro e Ipixuna, ambas habitadas pelo povo Parintintin.

É importante observar que o pioneirismo dessa relação pode ser identificado não apenas na formalidade do termo de acordo de cooperação (processo n. 08786368/07 – MJ/Funai/MI) firmado entre o Museu do Índio e o Opipam, mas no fato de esse acordo ter sido publicado no Diário Oficial da União, em português e na língua Kagwahiwa.

Com esse termo, o Museu do Índio estimou poder beneficiar aproximadamente dois mil indígenas de 22 aldeias, contribuindo para uma prática de preservação e disseminação cultural. Observando o trecho introdutório do documento assinado, essa noção de benefício parece ser também compartilhada pelo povo Parintintin, como é salientado:

A Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas (Opipam) está interessada em criar um acervo digital da cultura Parintintin para fins de preservação adequada dos re-

5 Para aprofundamento dessa temática, ver Lima (1998); Silva; Luz; Helm (1994).

6 Waud H. Kracke é doutor em antropologia e graduado em psicanálise. Professor da Universidade de Illinois em Chicago. É membro da Associação Americana de Antropologia, da Associação Brasileira de Antropologia e da Federação Internacional de Educação Psicanalítica. Trabalha junto aos Parintintin desde 1966, tendo inclusive participado como pesquisador convidado do processo de demarcação da terra indígena Parintintin em 1985.

gistros coletados e a serem coletados, bem como para garantir o acesso a tais registros pelas futuras gerações Parintintin (Museu do Índio, 2008, p. 2).

Previsto inicialmente para uma duração de cinco anos, com possibilidade de renovações, é importante destacar que na cláusula quinta encontramos a afirmação de que “as partes reconhecem que os registros constituem herança cultural dos Parintintin, sendo o acesso dependente de autorização da comunidade”. Em que pese a importância dessa cláusula, precisamos compreender que esses documentos, embora tratem dos Parintintin, não são de sua propriedade, assim como são cópias digitalizadas de documentos que, sendo públicos em sua maioria, têm o seu acesso livre. Mas essas são questões que envolvem outras discussões.

O reconhecimento do alcance social desse acordo, que nos parece efetivamente constituir-se na proposta feita em 1974 pelo antropólogo e coordenador do projeto do Centro de Documentação Etnográfica e Indigenista da Funai, Carlos de Araújo Moreira Neto, pode ser visto como uma resposta “à situação crítica do setor pela destruição dos arquivos centrais do Serviço de Proteção ao Índio, em 1967” (Moreira Neto, 1979, p. 12).

Segundo Moreira Neto, a experiência como etnólogo no Instituto Indigenista Interamericano, no México e em outros países, como Colômbia, Equador e Bolívia, permitiu-lhe observar a existência de arquivos para a garantia de direitos:

[...] desde o início do período colonial, um volume muito grande de relações, informes, memórias, crônicas (inclusive em língua indígena), tratados, convenções, títulos de terras e outros documentos de natureza administrativa e legal, conservados cuidadosamente por cada “pueblo” ou “cabildo” indígena como testemunho e garantia de seus direitos (Moreira Neto, 1979, p. 12).

Permitiu-lhe, também, a elaboração de uma proposta de organização de um arquivo sobre cada um dos povos indígenas ou dos “mais importantes demograficamente” para sua futura doação:

A devolução, aos grupos indígenas, dessas informações, acompanhadas dos dados etnográficos e linguísticos disponíveis, sob a forma e linguagem que as tornassem assimiláveis pelos membros letrados do grupo, significaria, na prática, a reintegração dos índios na posse de parte de sua memória histórica e cultural e dos títulos afiançadores de seus direitos sobre terras e outros bens (Moreira Neto, 1979, p. 12).

Sinalizando os questionamentos indutores desse processo, convém reafirmar ainda o seguinte: aquilo que denominamos como “doação” é um termo de cooperação técnica firmado entre o Museu do Índio e a Opipam, que estabelece não apenas a “doação” de uma cópia da coleção dos documentos digitalizados, como também a prestação de assistência técnica relacionada aos usos das tecnologias inerentes ao suporte da coleção objeto do termo.

Diante dessas questões, cabe-nos uma primeira provocação sobre as razões de ter o Museu do Índio reforçado a noção de “doação” em detrimento da noção de cooperação técnica. Temos ainda a considerar dois outros pontos: o que possui essa documentação e/ou o Museu do Índio para justificar a aceitação dos documentos pelos Parintintin? O que possui o povo Parintintin que justifique a aceitação do acordo de cooperação técnica pelo Museu do Índio? Quais as reciprocidades envolvidas nessa “troca de presentes”? Inicialmente a resposta não nos interessa, pois o importante nesse momento é podermos identificar que há, para as partes envolvidas, e em especial para o povo Parintintin, um valor que lhes deve ser útil, desejado e importante, como nos esclareceu antes Ulpiano Meneses.

Não podemos desconsiderar nesse contexto que “todo objeto que aparece tem o seu sujeito intencional” (Lafer, 2005), ou ainda que, como um ato de “bondade” ou “boa-fé”, essa “doação” deveria caracterizar-se pelo anonimato, pela invisibilidade ou por não ser pública. Afinal, como afirma esse autor:

A bondade deve esconder-se, porque, se aparecer, ela se destrói. A bondade é isolamento, sendo por isso mesmo não público. As boas obras não podem ser companhia de ninguém, pois devem ser esquecidas no momento em que são praticadas (Lafer, 2005, p. 53).

É essa invisibilidade que, sendo responsável pela associação da bondade a uma ação de boa-fé ou divina, parece não ter existido na efetivação desse termo de cooperação. Por isso não podemos ignorar o Museu do Índio como “sujeito intencional” nem a sua compreensão sobre a “obrigatoriedade à retribuição” sustentada por Mauss (1974).

É pela ausência desse anonimato que sustentamos a hipótese de que a “doação” é uma espécie de atualização, encontrada pelo Museu do Índio, para continuar sua atuação juntamente aos povos indígenas. Será que a instituição, que coleciona o que era *do e para* o índio, e agora os devolve, ou melhor, doa, não estará atualizando uma prática da “troca de brindes”? Um instrumento *de e para* “atração e pacificação”?

Compõe ainda essa complexa dinâmica social o fato de não podermos, sob pena de um olhar preconceituoso e etnocêntrico, ignorar que tais análises sobre os interesses que motivaram o Museu do Índio a “doar” devem obrigatoriamente ser levadas a efeito juntamente aos Parintintin, pois tal e qual a instituição, são eles sujeitos de conhecimentos e, como tais, aceitaram o “presente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo do pressuposto de que o aparelho burocrático atua sobre as sociedades indígenas da mesma maneira que nos demais grupos do território nacional brasileiro, a ideia foi a de poder, dentro de um processo de mudanças sociais e políticas mais amplas e complexas que se iniciaram ou se consolidaram a partir de 1988, sobretudo daquelas que envolvem as sociedades indígenas do Brasil de modo mais sistemático, reiterar a importância dos documentos, assim como das instituições e dos profissionais que com eles lidam em seu cotidiano, e as dimensões sociais de suas responsabilidades.

Por isso, identificar a incorporação do uso de documentos como extensão da memória pessoal/coletiva ou como prova legal nas práticas de determinadas atividades da sociedade Parintintin, tradicionalmente tida como essencialmente oral, nos pareceu uma provocação para despertar uma curiosidade a partir do que pode ser uma “contradição”.

Além disso, ao identificarmos a relevância atribuída aos documentos da coleção doada, como elemento de referência para práticas culturais em vias de esquecimento pelos Parintintin, e suas relações com as “outras razões” (Schellenberg, 2006), como com as “trocas de presentes” (Mauss, 1974), temos facilitado o entendimento dos interesses e da diversidade das leituras que esses documentos poderão subsidiar a partir das interpretações dos sujeitos envolvidos.

No entanto, nossa preocupação buscou reforçar a importância dos documentos para os Parintintin, a partir de uma aparente contradição que fez com que uma sociedade predominantemente oral se predispucesse a reservar espaço físico, tempo e pessoas para receber uma cópia digitalizada de documentos, ao mesmo tempo em que uma parcela significativa da população nacional, alfabetizada e não indígena, ignora-os por completo como equipamento social importante para a garantia de seus direitos, para o exercício diferenciado da cidadania, presente no seu cotidiano.

É ainda sobre esse nível de consciência que temos sobre a invisibilidade que os documentos assumem, como instrumento de controle social, que poderemos ser capazes de entender não só o grau de interferência desses documentos em cada contexto, como também de lhes atribuir um determinado grau de importância que justifique maiores responsabilidades, evitando, por exemplo, que sejam destruídos com a anuência do Estado, como estava proposto no projeto de lei n. 7.920/2017.

Nesse intuito, muito provavelmente, nossa parcela de responsabilidade está ligada àquilo que chamo de “arrogância” técnica. Precisamos estabelecer um diálogo mais flexível de aproximação e respeito com outros sujeitos de conhecimento. Precisamos entender sobre os “porquês”. O que justifica organizar e disponibilizar documentos? Precisamos enfaticamente saber quais são as “outras razões” sobre as quais Schellenberg (2006) nos falou para termos como agir conscientemente.

O entendimento sobre essas “outras razões”, ou a consciência sobre os “porquês”, é que será capaz de nos demonstrar, com maior clareza, que a “doação” feita pelo Museu do Índio, por exemplo, não se resume a um ato técnico, administrativo e desinteressado da Funai, como órgão executor “neutro” de políticas de Estado destinadas aos povos indígenas. Não se constitui em um ato de bondade por nenhuma das partes. Há uma efetiva “troca de presentes”, uma reciprocidade plena.

Dessa forma, podemos afirmar que a “doação”, assim como as dimensões apontadas por Mauss (1974), também estão presentes nas demandas e interesses dos próprios Parintintin que, reconhecendo que a transmissão da cultura é determinada pelo acesso dos indivíduos a um conjunto de registros e informações que ultrapassam o convívio interno do seu povo, são levados ao entendimento de que suas práticas, suas memórias e seus referenciais têm uma fundamentação material importante que podem estar relacionados tanto ao espaço

territorial no qual essa fundamentação se produz, como também aos documentos que representam formalmente, no contexto social no qual estão inseridos, partes do processo e dos instrumentos de produção das identidades e das tradições que justificam e são justificados pelo uso do seu território.

Referências

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ARAÚJO, Ana Valéria et al. *Povos indígenas e a lei dos brancos: o direito à diferença*. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced; Museu Nacional, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Prefeitura da cidade de São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 37-46.

COELHO, Maria Claudia. *O valor das intenções: dádiva, emoção e identidade*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

ISA. Instituto Socioambiental. *Povos indígenas no Brasil: histórico do contato*. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/jiahui/1329>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

LAFER, Celso. Da configuração que assume, no direito contemporâneo, a diferença entre a esfera do público e a do privado: o público e o privado: suas configurações contemporâneas para a temática dos arquivos. SEMINÁRIO DOCUMENTOS PRIVADOS DE TITULARES DE CARGOS PÚBLICOS. 2004, São Paulo. *Documentos privados de interesse público: o acesso em questão*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), 2005.

LEITE, Jurandyr C. F. Trabalho preliminar realizado junto à Setec-PPTAL-Funai para a preparação de um roteiro que permita informar e instruir o coordenador do GT na identificação de terras indígenas, 1997.

LEVINHO, José Carlos. Entrevista realizada no Museu do Índio. Entrevistadores: Flavio Leal da Silva, Vera Dodebei e José Ribamar Bessa. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 20 de julho de 2011. Descrição: gravado em meio digital (50 min).

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Os relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio. Notas para um estudo da relação entre antropologia e indigenismo no Brasil, 1968-1985. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org). *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra-cap, 1998. p. 221-268.

_____. *Estado e povos indígenas: base para uma política indigenista II*. Rio de Janeiro: Laced; Contra Capa, 2002.

_____. A identificação como categoria histórica. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza; BARRETO FILHO, Henyo Trindade (org.). *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced; CNPq; Faperj; IIEB, 2006.

- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Prefeitura da cidade de São Paulo, Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 189-196.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Centro de documentação etnológica da Funai. *Arquivo e Administração*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 12-15, maio/ago. 1979.
- MUSEU DO ÍNDIO. *Museu ao Vivo*, Rio de Janeiro, ano 19, n. 30, dez. 2007 a mar. 2008. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/images/museuaovivo/jornal_site_n30.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2012.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Demarcação e reafirmação étnica: uma visão do antropólogo sobre o processo de criação de áreas indígenas*. Brasília: s./ed., 1985. 52 p.
- OLIVEIRA, João P. de; LIMA, Antonio C. S. (coord.). SEMINÁRIO BASES PARA UMA NOVA POLÍTICA INDIGENISTA. Museu Nacional, 28 a 30 de junho de 1999.
- SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. 388 p.
- SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lúcia; HELM, Cecília Maria (org.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

Recebido em 22/9/2017

Aprovado em 30/1/2018

A DESTRUIÇÃO DE DOCUMENTOS COMO OBJETIVO ESTRATÉGICO E INDICADOR DE DESEMPENHO

O CASO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DOCUMENT DESTRUCTION AS A STRATEGIC GOAL AND A PERFORMANCE INDICATOR

THE CASE OF TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RITA DE CASSIA COLAÇO RODRIGUES | Doutora em História e mestra em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

RESUMO

Este artigo discute como o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) implementou sua gestão documental, a partir de 2001. Ao não construir um diálogo multidisciplinar, o TJRJ termina ostentando como objetivo estratégico e indicador de desempenho a quantidade de processos destruídos, parecendo não se preocupar com a preservação e a acessibilidade.

Palavras-chave: patrimônio documental; poder judiciário; grupos vulneráveis; política multidisciplinar.

ABSTRACT

This article discusses how Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro has been implementing its archive management since 2001. By not constructing a multidisciplinary dialogue, this Court appears to have as strategic goal and performance indicator the quantity of destroyed archives, showing no concern about preservation and accessibility of documents.

Keywords: documentary heritage; judiciary; vulnerable groups; multidisciplinary policy.

RESUMEN

Este artículo discute cómo lo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ha implementado su gestión de archivos desde 2001. Al no construir un diálogo multidisciplinario, esta Corte parece tener como objetivo estratégico e indicador de desempeño la cantidad de documentos destruidos, pareciendo no preocuparse por la preservación y la accesibilidad.

Palabras clave: patrimônio documentário; poder judiciário; grupos vulnerables; politica multidisciplinaria.

Contra os agentes do esquecimento, os destruidores de documentos,
os assassinos da memória [...] o historiador, com a paixão
austera pelo fato, prova, evidência [...] pode efetivamente montar guarda.
(Yerushalmi, 1992, p. 132-133)

É folclórico o bordão que afirma ser o Brasil um país sem memória, dado o descaso que a população e os gestores públicos tradicionalmente relegam os elementos de sua memória e história.¹ Igualmente é notória a versão de que Rui Barbosa teria determinado a queima dos livros de registros de escravos, visando apagar essa marca abjeta de nossa história.

De Rui, na atualidade, se cuida esclarecer o ato. Examinando atentamente o contexto da época, historiadores contemporâneos sustentam que a sua determinação objetivava inviabilizar o já intenso movimento de ex-senhores de escravizados em busca de indenização estatal pela perda de seus plantéis infames. Embora se possa, nos dias que correm e considerando o contexto, compreender a atitude do Águia de Haia ao determinar a destruição desses documentos públicos, não é possível ignorar os danos por ela produzidos para a pesquisa histórica. Ainda que já esteja pacificada a possibilidade de recuperar muito da história da escravidão a partir de outras fontes – no que os documentos judiciais têm dado inestimáveis contribuições, notadamente por meio das ações de liberdade, dos inventários e dos autos processuais do Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, como bem destaca Sidney Chaloub (2005). Mas, em que pese toda a reprovação que mereceu – e merece – o ato praticado por Rui Barbosa, de lá para cá não estivemos a salvo da destruição de documentos públicos, seja por desídia, dolo ou por uma (questionável) política institucionalizada.

A diária produção exponencial de documentos públicos, desencadeando sérios problemas de espaço, higiene e sobrepeso nas estruturas das edificações que abrigam os acervos, por um lado, aliada à crônica má administração dos recursos e ao questionável estabelecimento de prioridades, minando as possibilidades de tratamento e armazenamento adequados, por outro, tem tornado ainda mais problemático o gerenciamento da massa documental produzida pelo Estado. Essa equação explosiva terminou por fazer ressurgir a eliminação de documentos como política de Estado. E, para espanto geral, o número de fontes destruídas passou a ser indicador de qualidade na gestão arquivística.

A normativa para a destruição de documentos públicos foi reintroduzida por meio do Judiciário do trabalho em 1987, através da lei n. 7.627, de 10 de novembro (“dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências”). Com ela autorizava-se o Judiciário trabalhista a “determinar a eliminação, por incineração, destruição mecânica ou por outro meio adequado, de autos findos há mais de 5 (cinco) anos, contado o prazo da data do arquivamento do processo” (art. 1º). Era, na realidade, a reedição,

1 Ver os casos do acervo do museu do Teatro Municipal do Rio de Janeiro; da conservação das 19 fantasias do museólogo e carnavalesco Clóvis Bornay em poder da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro; do acervo de periódicos da imprensa alternativa, então sob a guarda da Fundação Rioarte de Cultura, também da Prefeitura do Rio; da conservação das telas do artista plástico e escritor Darcy Penteado, em poder de seus sobrinhos, entre outros.

no Judiciário trabalhista, do comando do artigo n. 1.215 do Código de Processo Civil (CPC) de 1973, cuja vigência restou suspensa por meio da lei n. 6.246, de 7 de outubro de 1975 (“até que lei especial discipline a matéria nele contida”), em decorrência da vigorosa campanha desencadeada pela Associação Nacional dos Historiadores (Anpuh), em consórcio com a comunidade dos arquivistas.²

Se acompanharmos o processo de formulação da política arquivística nacional, observaremos o largo tempo transcorrido desde a lei que autorizava o descarte nos tribunais trabalhistas em 1987 até o processo de sua regulamentação – que se deu em etapas, transcorrendo anos entre as diversas normativas (Brasil, Coletânea, 2017). No entanto, em que pese o enorme lapso de tempo até que o descarte fosse normatizado, por todo o período ele permaneceu em plena vigência. Os legisladores pátrios, decerto pressionados pelos setores interessados unicamente na redução do volume dos acervos, não cuidaram de se acautelar diante da possibilidade de gerar efeitos danosos e irreversíveis para a memória nacional. E, assim, o patrimônio público arquivístico deixou de merecer o cuidado do efeito suspensivo à autorização do descarte, até que se ultimassem os critérios norteadores da política nacional de gestão de documentos públicos, como era a proposta aprovada, após intensa mobilização da Anpuh, por meio da lei n. 6.246/75.

Redemocratizado o país, seria de se supor que a instituição de semelhante política fosse precedida por ampla discussão na sociedade e garantida a participação pelo menos dos representantes dos campos de saber diretamente envolvidos. Assegurando, assim, o debate qualificado, construído com a efetiva participação de agentes capacitados e portadores da indissociável independência funcional e hierárquica, provedora da indispensável segurança para opinar tecnicamente, sem o risco de verem suas opiniões desencadear retaliação, exoneração de cargo ou função de confiança eventualmente ocupada.

Lamentavelmente não foi isso que se viu. As fontes históricas continuam sendo diariamente descartadas, em todas as instituições públicas do país. Montanhas de documentos públicos – inclusive autos de processos judiciais – foram e estão sendo destruídos continuamente, para desespero de pesquisadores e arquivistas. Muitos dos quais sem sequer terem passado por uma triagem realizada por profissional treinado e sob a supervisão direta de alguém qualificado.³ Nas três esferas da Federação e nos três poderes da República. Uma ação irreversível, a comprometer não apenas direitos (porque factível o perdimento de elementos probantes, como tantas vezes vemos ser noticiado), mas, também, a história. São documentos que guarda(va)m a trajetória do povo brasileiro, suas lutas, perdas e conquistas, nos mais diversos aspectos, individual e coletivo, bem como dos modos dos agentes públicos percebê-las. Na perspectiva jurídica, trazem ainda as transformações nas interpretações

2 Embora vigente o AI-5, empreenderam campanha de alcance internacional, conseguindo esclarecer os congressistas, o ministro da Justiça, Armando Falcão, e o presidente da República, Ernesto Geisel, acerca da importância histórica dos autos processuais.

3 Há tribunais nos quais é voz corrente ser a triagem documental realizada pela equipe de empregados terceirizados encarregados da limpeza geral, sem a presença sequer de técnicos de arquivo.

de institutos e normas jurídicas, as inovações formuladas nas demandas judicializadas, fazendo avançar o direito; os modos distintos de sua aplicação e de se desenrolar o processo *vis-à-vis* uma e mesma normatividade processual; o modo e o grau das contaminações ideológicas dos agentes do campo (peritos, promotores, procuradores, delegados, investigadores, policiais, juízes, jurados etc.) no trato com a causa, e outras tantas questões igualmente importantes.

Diversos têm sido os historiadores que já demonstraram à farta a imprescindibilidade das fontes judiciais na escrita de nossa história, nos diversos temas possíveis, em todos os campos de especialização do direito – escravidão; gênero; sexualidades; moradia; habitação; terras; saúde; mobilidade social; infância; idoso; indígenas; as chamadas *classes perigosas* (pobres, negros, homossexuais); meio ambiente; formas e remuneração do trabalho, suas lutas, conquistas e burlas; administração pública, políticas econômicas; tributação; perfil da magistratura, por gênero, etnia, origem, geração, trajetória, religião, modos de dizer o direito etc. Sem falar na instituição do Judiciário enquanto objeto de problematização investigativa em si mesmo.

O PODER JUDICIÁRIO

Camila Schwinden Lehmkuhl e Eva Cristina Leite da Silva (2016) realizaram uma investigação técnica em arquivologia nos acervos documentais de nove cartórios do registro civil de pessoas naturais⁴ da região metropolitana de Florianópolis, em 2013. Esses cartórios constituem e armazenam informações que, dada a sua relevância, por força de lei, devem permanecer acessíveis indefinidamente (lei n. 6.015/73). Segundo apurado pelas pesquisadoras, em apenas um deles havia a presença de profissional da ciência da informação. Mas de biblioteconomia, e não da arquivologia, como seria o mais adequado. Nos demais, nenhum dos trabalhadores possuía qualquer capacitação técnica na área. E quase todos eles possuíam livre acesso ao acervo, realizando as funções de arquivamento e desarquivamento a partir de experiências pessoais, sem nenhuma orientação especializada. Nenhum dos cartórios possuía equipamentos capazes de garantir as condições de umidade e temperatura ambiente apropriadas para a guarda dos documentos, apenas alarmes e extintores de incêndio foram encontrados. Quatro deles tinham sido atingidos por enchentes, resultando em perda total do acervo de um e parcial (documentos com partes ilegíveis) dos outros três. Também foram identificados documentos em péssimo estado de conservação, consequência do evento climático e das condições de armazenamento e guarda. Em uma das serventias verificou-se a existência de documentos salvados de incêndio ocorrido em 1965. Em todos os ofícios registraes examinados, o acervo estava acondicionado e disposto fora das normas

⁴ Envolve os registros da vida civil das pessoas naturais: nascimento, casamento, averbação de divórcio, óbito. Por força da Constituição de 1988 são serviços públicos, porém prestados por delegatários. São classificados como atividades extrajudiciais.

técnicas expedidas pelo Conselho Nacional de Arquivologia (Conarq). A recuperação das informações armazenadas nos registros era realizada mediante consulta em livros físicos e seus respectivos índices, existentes ao final. Apenas um deles possuía o índice geral; dois não cumpriam a norma de segurança para realização diária de dois *backups* do sistema, em mídias distintas e guardados em locais diferentes; nenhum realizou microfilmagem de seu acervo – um iniciou o processo híbrido, autorizado pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, consistente em microfilmar documento digitalizado; outro estava realizando a digitalização e a indexação.⁵ No entanto, em 2011, dois anos antes dessa investigação, o Arquivo Nacional, em consórcio com a Biblioteca Nacional, havia elaborado um *manual técnico de preservação e conservação de acervos extrajudiciais*, com 22 páginas, conforme noticiam as pesquisadoras.

Se em relação a registros e documentos de caráter permanente por força de lei, como os das serventias registrais das pessoas naturais na região metropolitana de um estado da federação que exibe bons níveis de acesso à educação e renda como o de Santa Catarina, nos deparamos com essa realidade, o que imaginar esteja ocorrendo no restante do país? Como estão sendo tratados, conservados, classificados, armazenados? Qual o tratamento dado à norma legal que determina a acessibilidade às informações constantes dos documentos dos acervos públicos, mormente os do Poder Judiciário? Sobretudo dos documentos que não se enquadram na lógica heroica, institucional e elitista ainda prevalente no Judiciário, como emerge do texto da resolução do STF de n. 474, de 29 de novembro de 2011? – Aqueles que digam respeito a conflitos de interesses e demandas por direitos atinentes aos segmentos sociais descapitalizados, historicamente objeto de processos de estigmatização (homossexuais; transexuais; travestis; negros; quilombolas; mulheres; ciganos; populações: originárias, carcerárias, em situação asilar, em situação de rua, objeto de processos de desapropriação; idosos; trabalhadores diversos, inclusive prestadores de serviços sexuais, apontadores do jogo do bicho etc.)?

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

No Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, onde realizei as pesquisas para meu doutoramento, são muitas as normativas da sua política de gestão documental que falam em utilizar as *melhores* práticas, “visando à preservação e acessibilidade das informações”, de modo a “aperfeiçoar a prestação dos serviços jurisdicionais e administrativos do Poder Judiciário, bem como a utilização dos acervos judiciais na construção da história”. Diversas delas também ressaltam que, além da importância para a instituição que o produziu, os documentos judiciais são fundamentais para o exercício dos direitos dos jurisdicionados e, de forma mais ampla, para a memória nacional, devendo ser organizados e conservados (portaria n.

5 Técnica analítica consistente na condensação da informação relevante por meio da atribuição de termos, através da qual se cria a intermediação entre o usuário e o documento (Vieira, 1988, apud Lehmkuhl; Silva, 2016).

113 do CNJ, de 28 de outubro de 2011). Porém, se as examinarmos mais acuradamente e em cotejo com outros documentos gerenciais do mesmo tribunal, disponíveis em sua página na internet, constataremos que a questão da *eliminação de documentos* parece ter adquirido valor de *questão gerencial estratégica*: em seus relatórios anuais, o *volume a ser descartado* figura como *meta de produtividade*, sinal de bom desempenho administrativo. Em contrapartida, não se encontra neles qualquer referência a ações de seleção, higienização, classificação, indexação, digitalização, microfilmagem, acessibilidade. Nem nos relatórios anuais, nem no plano estratégico de gestão, que possui duração de dois anos. Tampouco em sua matriz dos indicadores estratégicos, também bianual. Nos objetivos da qualidade do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (Degea), aprovado em 25 de maio de 2017, os objetivos estratégicos para o mesmo ano são apenas dois: “melhorar o índice de desarquivamento” e “manter a atividade de descarte de documentos”. E suas metas são, respectivamente: “atender 99% dos pedidos de desarquivamento em até 2 (dois) dias úteis” e “descartar 1.000.000 processos” (Estado do Rio de Janeiro, Objetivos da qualidade, 2017).

No ano de 2010 solicitei ao arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) 13 *casos*⁶ submetidos à sua apreciação entre os anos de 1977 e 2001. Em sua quase totalidade informei, além dos nomes das partes, o órgão julgador, o ano e o número do processo. Houve caso em que foi informado, ainda, o número da apelação, a Câmara julgadora, os nomes do desembargador relator e do revisor, bem como a data de registro do acórdão. Ainda assim o Tribunal respondeu que não localizara cinco deles. Também no portal eletrônico do TJRJ foram realizadas pesquisas, inserindo-se todas as variáveis disponíveis. A resposta foi igualmente negativa. Significa dizer que do total solicitado, 38,46% foi perdido.

Entre os “não localizados”, estava aquele processo que eu informara os dados mais abundantes – número de processo, vara, número da apelação, câmara, data de julgamento, número do acórdão e data de seu registro. O que fora ajuizado em duas comarcas, em anos distintos e com o mesmo pedido (troca de sexo e de prenome) e que é um dos primeiros, se não o primeiro processo desse gênero no país, foi outro.⁷ Também não foram localizados os autos do processo administrativo instaurado frente a guardas judiciários lotados no Fórum da Comarca da Capital do Rio de Janeiro, acusados de cárcere privado e violência sexual contra dois homens homossexuais.⁸

Os autos do processo que resultou na primeira sentença de que se tem notícia no Brasil, ainda em 1985, de reconhecimento do direito à mudança de sexo e prenome, formulado por uma mulher transexual, da lavra do hoje desembargador Marco Antônio Ibrahim, foi outro

6 Cada *caso* representa uma história individualizada, que pode ser formada por vários processos e/ou autos. Apenas para se ter uma ideia, um deles é composto por oito processos e nove autos.

7 Não localizado, tornou-se impossível inclusive o esclarecimento das razões desse duplo ajuizamento.

8 Desse processo eu apenas dispunha da notícia em jornal, falando do caso e informando a condenação. Após a defesa do doutorado, porém, obtive a informação verbal de que, após condenados, passada a comoção pública que a notícia ocasionara, os serventuários teriam sido absolvidos e reincorporados em suas funções públicas. Essa informação igualmente não pode ser comprovada.

dos que o TJRJ *não localizou*. Apesar de todos os esforços pessoais do autor da sentença para que fosse encontrado. Desse que é um importante marco histórico das lutas pelo reconhecimento de direitos às populações LGBTI apenas temos preservado o texto da sentença, obrigatoriamente publicado em Diário Oficial e também em livro, pelo julgador.

Tais processos (administrativos e judiciais) são marcos do processo histórico de constituição de homossexuais e transexuais como sujeitos de direitos. São casos emblemáticos das disputas por representações das homossexualidades e transexualidade no período. Permite tanto o conhecimento das representações dos agentes do campo judiciário diante da homossexualidade e transexualidade quanto o grau da efetividade dos princípios e normas jurídicos, tais como isonomia, imparcialidade, impessoalidade, equidade, presunção de inocência, e, inclusive, da própria laicidade. Também possibilitam aquilatar o grau de compreensão dos peritos em relação às transformações em curso, seja na psicanálise, na antropologia, na sociologia, na medicina e mesmo no direito, em relação a esses temas.

Quando se examina a constituição da Comissão Permanente de Avaliação Documental (Copad) do TJRJ para a atividade-fim, constata-se o seu caráter fechado, vertical e centralizador. Constituída em 2001, ela se compunha de 15 membros chamados “efetivos” (desembargadores e juízes) e quatro chamados “auxiliares” (serventuários). Essa composição passou por sucessivas alterações (ato executivo n. 188/2002, a partir de 1º de fevereiro; ato executivo conjunto n. 57/2003, DORJ-III, S-I, n. 203, p. 1; ato executivo conjunto n. 7/2004). Quem a presidia era o próprio presidente do Poder Judiciário fluminense (imaginem o governador do Rio de Janeiro ou o presidente da Alerj dirigindo uma comissão de avaliação de documentos, a fim de estabelecer o que deve e o que não deve ser destruído). Além de toda a direção do Tribunal, eram membros efetivos os magistrados de todos os juízos, segundo a matéria, que recebiam por sua participação, entendida como “função judicante”.⁹ Em 2013 ela deixa de ser remunerada, devendo ser exercida cumulativamente com as funções do cargo originário de cada membro, seja magistrado ou serventuário (ato executivo n. 3.792/2013). A Copad deveria se reunir, ordinariamente, uma vez por mês e seus trabalhos se desenvolviam em três níveis: assessoramento, técnico e decisório. No decisório estavam o presidente, os três vices e o corregedor-geral, aos quais cabia aprovar e validar o “resultado conclusivo produzido pelo corpo técnico”.

Curiosamente, no nível técnico não se encontram profissionais da arquivologia ou da história ao lado dos juízes. São somente os magistrados – bacharéis em direito, muitos sem experiência em pesquisa documental –, quem a normativa do TJRJ atribui capacidade *técnica* para proceder “a análise preliminar dos documentos constantes no código de classificação e na tabela de temporalidade de documentos”, bem como promover “as alterações e revisões que se fizerem necessárias, para posterior encaminhamento ao nível decisório”. Os dois únicos profissionais com formação técnica (“um servidor com formação em arquivologia e experiência profissional na área”; e um “servidor com formação em história e com conhecimento

9 Não foi possível saber se os serventuários (membros auxiliares) também eram gratificados pela sua participação.

da trajetória histórica do Tribunal de Justiça”) exerciam, juntamente com o diretor do Departamento Geral de Arquivo e o diretor-geral da Subsecretaria Judiciária da Secretaria-Geral, a função de mero assessoramento. E esses únicos especialistas, por força de sua subordinação hierárquica, não gozavam de autonomia funcional, colocando sob suspeição sua capacidade para realizar intervenções técnico-profissionais com autonomia. Principalmente num campo cuja classe dos prestadores da jurisdição vê a si mesma como uma aristocracia, ou, no emblemático dizer do ex-presidente do TJRJ, Luiz Zveiter, em 2009, os únicos da classe dos intelectuais (“nós temos a intelectualidade dos juízes e temos os gestores, que são os escrivães e os responsáveis pelo expediente”). Mesmo sendo grande o contingente dos serventuários com formação de nível superior, vários com mais de uma graduação, outros com mestrado, sem falar no grande número de bacharéis em direito, igualmente aos magistrados.¹⁰

Em dezembro de 2003, verifica-se outra mudança na Copad: passa a ser da Diretoria-Geral de Gestão do Conhecimento, Dgcon, “a incumbência de coordenar, aperfeiçoar e normatizar o plano de gestão de documentos e arquivos, bem como apoiar e secretariar, técnica e administrativamente, a Comissão Permanente de Avaliação Documental” (resolução n. 15/2003, OES, publicada no DORJ-III, seção I, de 8/12/2003, p. 13-31. F-4769/03). Nenhuma referência sobre a presença dos profissionais especialistas – historiadores, arquivistas.

Em 2005 a atividade-fim e a atividade-meio são unificadas (ato executivo conjunto n. 23/2005). A Copad passa a ser presidida por qualquer dos desembargadores, não mais pelo chefe do Tribunal. Ao invés de magistrado, agora quem lhe secretaria é o responsável pelo Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (Degea), da Diretoria-Geral de Gestão do Conhecimento (Dgcon). Apenas possui membros efetivos, nenhum deles desembargador integrante da alta direção: a) magistrados: cinco, sendo dois juízes auxiliares (um da presidência e outro da Corregedoria-Geral); b) os diretores-gerais dos seguintes órgãos: Diretoria-Geral de Desenvolvimento Institucional, Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais, Diretoria-Geral de Gestão do Conhecimento, Diretoria-Geral de Logística, Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas, e Diretoria-Geral de Administração da Corregedoria-Geral; c) as secretárias¹¹: “a secretária do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, a secretária do Conselho da Magistratura, a secretária-geral da Corregedoria-Geral de Justiça”. Também nenhuma referência a arquivistas ou historiadores. Apenas a prerrogativa de o presidente da comissão, quando entender necessário, “requisitar outros colaboradores para funcionarem como membros auxiliares” (§ 3º). Ao invés de todo mês, como nos anos iniciais, agora ela reunir-se-á trimestralmente.

10 Em 2006 era de 77,4% o percentual de servidores do TJRJ com curso superior; 2,7% deles com pós-graduação, 0,4% com mestrado e um servidor com doutorado. Bacharéis em direito representavam 64,1%. Em biblioteconomia, 0,3%, enquanto arquivologia e ciências da informação não aparecem listados. Há a rubrica “outros”, com 3,3% dos servidores (Estado do Rio de Janeiro, Quem Somos?, 2006, p. 35-36).

11 Sim, há essa hierarquia de gênero entre diretorias-gerais (os diretores) e secretarias (as secretárias) no texto da normativa. O Censo do TJRJ de 2006 apresenta a distribuição dos serventuários por gênero: 63,7% de analistas judiciários, que são cargos de nível superior, são mulheres, mas não traz a relação entre gênero e cargos comissionados – de direção e chefia (Estado do Rio de Janeiro, Quem Somos?, 2006).

Em 2013, sua composição se altera novamente: agora se constitui de apenas quatro membros, sendo somente um magistrado: um desembargador, que a preside, e três serventuários – os titulares da Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR); da Diretoria-Geral da Tecnologia da Informação (DGTEC); e do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (Degea) (ato executivo n. 3.792/2013).

Em 2012, passados onze anos de iniciado o processo de regulamentação da avaliação do acervo documental, o tribunal fluminense aborda “a necessidade de uniformizar as regras mínimas de gestão documental na produção, tramitação, guarda, destinação final, armazenamento, preservação, recuperação, arquivamento e recebimento de processos e outros documentos do PJERJ” (ato executivo n. 4.710/2012.)

Tal forma de construir e implementar a política de gestão do acervo público judiciário resulta com o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro parecendo orgulhoso em exibir os “indicadores de desempenho” de sua Divisão de Gestão de Acervos Arquivísticos (Dgea) em números de *eliminação de processos* (onde “maior é melhor”). Conforme consta na planilha para monitoramento de indicadores da Dgcon-Dgea, de 5 de janeiro de 2010, em 2009 o TJRJ destruiu 800.377 processos. Em 2008, 675.920; e em 2007, 805.135. Totalizando 2.281.432 processos eliminados apenas em três anos (2007-2009). Essa planilha registra que a meta para o ano de 2009 fora ultrapassada através da organização de um mutirão, em dezembro, envolvendo equipes de três divisões,¹² “a fim de que o *objetivo estratégico* fosse superado e para que o total de processos descartados chegasse a 800 mil, de acordo com orientação da administração superior.”

E, em 2014, ao normatizar a eliminação de autos processuais oriundos dos juizados especiais cíveis (ato normativo conjunto n. 9/2014), o tribunal parece querer associar o fato desses juizados terem por competência questões jurídicas “de menor complexidade” e os seus processos serem guiados pelos princípios da informalidade, simplicidade, economia processual e celeridade, a uma suposta desimportância, não fazendo jus à preservação. Entendimento que compromete sobremaneira investigações históricas, jurídicas, sociológicas, em políticas públicas etc., acerca, por exemplo, da efetividade do Código de Defesa do Consumidor, ou dos modos e da persistência de sua burla por parte de bancos e empresas de telefonia, e as formas de atuação do Judiciário.

O visível desconhecimento acerca da importância dos processos judiciais e administrativos para a história, entre os construtores dessa política de gestão documental no TJRJ, pode ser observado, ademais dos resultados apresentados, pelas sugestões formuladas pelos seus participantes. Na reunião do Dgea para “análise crítica”, em 30 de maio de 2007, realizada no Arquivo Central do tribunal, alguém não identificado na ata propôs que “em relação ao descarte, [...] que a meta seja de 3.000 [três mil] processos/dia”. Já a juíza auxiliar da Corregedoria-Geral propôs que fosse “realizado estudo sobre a destinação dos documentos após o

12 Divisão de Gestão de Documentos (Diged); Divisão de Operações (Diope), subordinada à Divisão de Documentação; e Diare, que atualmente não mais existe.

arquivamento definitivo, inclusive sobre práticas adotadas em outros países” (Estado do Rio de Janeiro, ata n. 2/2007).

Quando examinamos o plano estratégico de gestão e a matriz de indicadores estratégicos do TJRJ para o biênio 2015-2016, encontramos o projeto “racionalização do acervo arquivístico”. O escopo que lhe é definido apenas faz referência à aplicação da tabela de temporalidade (“a processos eletrônicos judiciais e documentos administrativos sob a guarda do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos”), “permitindo a redução de custos no armazenamento físico e eletrônico e dando maior agilidade na recuperação de documentos *administrativos* e *eletrônicos*”. Já nos *Objetivos da qualidade* do Degea encontramos apenas “melhoria no índice de desarquivamentos” e “manter a atividade de descarte de documentos” (Estado do Rio de Janeiro, *Objetivos...*, 2017). Se nos voltamos para o “Documento estratégico, manual da qualidade”, do mesmo Degea, com vigência a partir de 13 de setembro de 2016, constatamos a inexistência de ações de tratamento do acervo permanente. No “Diagrama de contexto do Degea, Anexo 1” inexistente detalhamento para a rubrica “administrar acervo permanente”, o que se confirma no fluxograma intitulado “Esquema geral de funcionamento do Degea/Diope, Anexo 3”, em seguida, o que também se verifica no “Fluxograma geral de funcionamento do Degea/Diged, Anexo 4” (Estado do Rio de Janeiro, *Documento Estratégico, Manual da Qualidade*, 2016, p. 39). Ao nos depararmos com esse *paradigma da ausência*, ficamos a nos perguntar (Chaloub, 2005): acaso a resposta não se encontra no plano de ação governamental para o mesmo biênio 2015-2016? Ali, no campo dos *projetos estratégicos*, apenas dois itens tratam da temática: “(6) redução do acervo cartorário” e “(8) racionalização do acervo arquivístico”. Na rubrica “ações operacionais”, não se encontra nenhum item que diga respeito à gestão documental, o que parece confirmar essa hipótese. Embora estejam previstas ações no tocante à ampliação da segurança dos prédios, dos magistrados e servidores e na informatização dos processos.

No ano de 2017, embora toda a normatização já existente, tanto no Conarq quanto no Proname-CNJ, no sentido da preservação, classificação, recuperação das informações contidas nos documentos e a sua acessibilidade, a “eficiência operacional” do Degea mantém por indicador e objetivo da qualidade, eliminar documentos. A meta estabelecida é de um milhão até 31 de dezembro de 2017.

Desse modo, a partir do examinado nas normativas e relatórios do Tribunal fluminense, fica-se com a ideia de que a política de gestão documental por ele implantada tem por preocupação quase exclusiva a redução de seu volume. No tópico racionalização, ela parece se restringir às solicitações de desarquivamentos, a maioria formulada por advogados, que pressionam pelo serviço, para o qual são estabelecidas taxas remuneratórias e prazos para a sua efetivação. A inexistência de menção (*paradigma da ausência*) a programas e ações de tratamento à grande massa documental (higienização, indexação, digitalização, microfilmagem, restauração etc.) apenas faz aumentar o grau de preocupação no campo da arquivologia e da comunidade de pesquisadores, historiadores ou não. Pois leva a crer que esteja sendo negligenciada a gestão técnica desse acervo (seleção, avaliação, tratamento, descrição, constituição de fundos, acessibilidade etc.), com

graves e irreversíveis prejuízos para o patrimônio público documental, cuja custódia o Tribunal tem o dever legal.

Causa espanto, num regime democrático, a construção e a execução da política de gestão de documentos públicos, sobretudo aqueles constituídos essencialmente a partir da iniciativa e do interesse das pessoas, como são os processos judiciais, não garantir a participação e a observação de especialistas, inclusive de fora da cadeia hierárquica, bem como de representantes da sociedade civil. Esse fato aponta para a permanência, no Poder Judiciário fluminense, de uma cultura ainda bastante fechada, verticalizada, hermética à democratização, ao diálogo multidisciplinar horizontal. Igualmente espantoso ver ação de semelhante gravidade e irreversibilidade, como a destruição de fontes documentais, ser praticada sem a garantia da presença de mão de obra prévia e adequadamente capacitada e sob a supervisão direta de profissionais verdadeiramente especialistas. A inexistência, na apresentação dos resultados anuais, de informações acerca da preservação e da acessibilidade parece apontar para um grave desvio de finalidade em prática no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

GESTÕES DIALÓGICAS

À parte esse quadro verificado no TJRJ, é possível encontrar experiências de abertura para uma gestão multidisciplinar e democrática dos acervos arquivísticos em outros setores do Judiciário, como na Justiça Federal, seções da terceira e segunda regiões, e na Justiça do Trabalho, em diversos de seus tribunais regionais.

A Seção Judiciária Federal da Terceira Região (SJSP), em junho de 2001, celebrou convênio com a Associação de Arquivistas de São Paulo (ArqSP) para o tratamento de 38 mil pacotes contendo quatrocentos mil autos processuais. Eles foram higienizados, desmetalizados, cadastrados, submetidos à classificação arquivística e acondicionados tecnicamente. As atividades se encerraram em dezembro de 2001.

Na Seção Judiciária Federal da Segunda Região (SJFRJ), que compreende os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, o acordo de cooperação técnica foi firmado em 2003 com a Universidade Federal Fluminense (UFF), no âmbito do Programa de Memória Institucional da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro. Ele contou com a coordenação-geral da diretora do Núcleo de Documentação e a consultoria de professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação. Ao instituir o Programa de Memória Institucional (resolução n. 23, de 12/11/2002), a 2ª Região Judiciária definiu-lhe sete projetos de base: 1) a organização do acervo; 2) sua informatização integral; 3) a restauração dos documentos históricos; 4) a recuperação predial; 5) a organização e informatização do acervo do estado do Espírito Santo; 6) o controle ambiental – reciclagem do papel; 7) a criação do Centro Regional de Informação Documental da Justiça Federal da 2ª Região. As atividades do convênio se iniciaram em 2004. O grupo de trabalho compunha-se de quatro equipes e uma coordenação-geral. Uma equipe da triagem e higienização, que contou com uma técnica de arquivo e vinte bolsistas de nível médio, recrutados em convênio com o Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet);

outra de arquivologia, contando com dez bolsistas, alunos de graduação em arquivologia, sob a coordenação de duas técnicas de arquivo da UFF e com a orientação técnica local de uma arquivista; uma equipe de historiadores e outra de profissionais do direito, contando entre cinco a dez bolsistas ao longo do trabalho, e com a supervisão de professores doutores da universidade nas respectivas áreas. Ao final, contrataram-se digitadores e revisores para a composição e verificação da base de dados virtual. Ademais de selecionado, higienizado e corretamente acondicionado o acervo, procedeu-se à recuperação de suas informações, constituindo-se um banco de dados acessível via web (Schwaitzer; Panait, 2016; Souza; Sampaio, 2013; Ribeiro, 2008).

Se, como vimos, foi a área trabalhista do Poder Judiciário por onde retornou a autorização legal para a destruição de documentos (lei n. 7.627, de 10 de novembro de 1987), é também nesse campo onde melhor parece se verificar a renovação produzida pela perspectiva crítica do direito iniciada nos anos finais da década de 1970, trazendo um olhar mais democrático no fazer diário de seus profissionais (Rodrigues, 2012). Esses aspectos contribuíram para trazer essa área do Judiciário para a vanguarda na questão da preservação das fontes documentais, embora ciente dos desafios colocados em face da explosiva equação do volume diário da produção documental, por um lado, e da capacidade logística para armazená-lo e administrá-lo, por outro.

Diversas de suas regionais construíram suas políticas preservacionistas no bojo de um memorial, como a regional do Rio Grande do Sul (TRT 4ª Região), a de Minas Gerais (TRT 3ª Região) e a de Pernambuco (TRT 6ª Região) (Chaloub, 2005). No caso específico da regional do Rio Grande do Sul, a iniciativa preservacionista partiu da própria equipe do memorial, que se dirigiu à presidência do Tribunal Regional, em pedido fundamentado. A partir daí buscou-se parcerias com instituições públicas ou comunitárias voltadas à pesquisa e outras estratégias de ação, visando fomentar a cultura preservacionista. Uma dessas foi a realização do curso de formação de multiplicadores em políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul (Ransolin, 2008). Também tem se realizado anualmente encontros da memória da Justiça do Trabalho no Brasil. No encontro de Campinas (2007) aprovou-se por unanimidade a criação do Fórum Amplo Nacional Permanente em Defesa da Preservação Documental da Justiça do Trabalho (Memojutra), com a participação das instituições voltadas para a questão, notadamente os seus centros de memória ou memoriais, bem como das entidades de classe de diversos agentes desse campo – serventuários, magistrados, ministério público etc. (Schmidt; Speranza, s.d.). A experiência preservacionista no TRT 4ª Região, de tão relevante, em 2014 recebeu, da Unesco, o selo Memória do Mundo, tornando o acervo patrimônio da humanidade e, via de consequência, livre de qualquer ação de descarte (Biavaschi, 2014).

Outra consequência da construção desse diálogo interdisciplinar em busca da preservação do patrimônio documental da sociedade brasileira foi que alguns tribunais regionais do trabalho suspenderam as destruições de processos, como foi o caso do TRT do Rio Grande do Sul, desde 2006 (Schmidt; Speranza, s.d.). Há ainda a rica experiência do TRT da 12ª Região, Florianópolis (SC), onde, através do empenho pessoal da serventia e historiadora Dinah

Lemos, foi possível resgatar da destruição centenas de processos importantes. Fugiria ao objetivo deste artigo um maior aprofundamento acerca dessa experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda em 2001, Paulo Fernandes de Souza Campos chamava atenção para a importância dos acervos arquivísticos judiciais e destacava que o comprometimento do Judiciário com a sociedade deveria se expressar também pela via da preservação dos registros das formas de vida e lutas do passado, que precisava ser vista como parte da “promoção dos direitos da cidadania” (Campos, 2001). O *Manual de gestão documental* do Conselho Nacional de Justiça, de 28 de outubro de 2011 (portaria n. 113), por seu turno, estabelece que a preservação dos acervos documentais do Judiciário deve ser entendida como uma forma de aperfeiçoar a prestação jurisdicional. Tanto a rubrica direitos da cidadania quanto o compromisso de prestar célere e efetiva prestação jurisdicional encontra-se presente no último plano de gestão estratégica bienal do TJRJ (2015-2016), disponibilizado ao tempo da pesquisa para este artigo. Mas o respeito ao direito à memória não se restringe à preservação. Compreende também a formulação de respostas que garantam o bom gerenciamento (e não o mero descarte) da enorme massa documental que compõe o acervo. Em outras palavras, a criação de condições que assegurem a qualquer pesquisador ou interessado recuperar e analisar as informações constantes nos milhares de autos de processos judiciais e administrativos. Sem olvidar os igualmente imprescindíveis projetos de divulgação junto à sociedade, “através de atividades realizadas em escolas, universidades, veículos de comunicação e outras instituições”, como bem esclarece Antonio Francisco Ransolin (2008).

Seja como parte dos direitos da cidadania, seja enquanto elemento da prestação jurisdicional, é imperioso que o Judiciário fluminense se abra à construção de uma política de gestão arquivística democrática, representativa, de modo a cumprir o comando legal de zelar e tornar acessível o acervo de que é coprodutor e cujo dever de guarda detém, mas que pertence à população. Política cuja formulação equivocada compromete tanto os objetivos estratégicos que lhe foram traçados, quanto o inalienável direito da população brasileira à sua própria história.

De resto, a nenhum Poder ou instituição deveria ser permitido implementar uma política de destruição de fontes documentais sem que se garantisse ampla interlocução com a sociedade, por meio de seus especialistas, pesquisadores e segmentos organizados, resguardadas a autonomia e a independência.

Referências

BIAVASCHI, Magda Barros. Selo memória do mundo. Disponível em: <<https://trt-4.jusbrasil.com.br/noticias/113729535/artigo-selo-memoria-do-mundo-por-magda-barros-biavaschi-desembargadora-aposentada-do-trt4>>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Anpuh. Informes sobre preservação de fontes. 2012. Disponível em: <<https://memoria-mhb.blogspot.com.br/2012/01/informes-da-anpuh-sobre-preservacao-de.html>>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Anpuh. O STF não sabe o que é história. 2012. Disponível em: <<https://memoriamhb.blogspot.com.br/2012/02/o-stf-nao-sabe-o-que-e-historia.html>>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos. Coletânea da legislação arquivística brasileira e correlata. Atualizada em janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/coletanea/maiojaneiro2017pdf.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2017.

BRASIL. TRT. Centro de Memória da Justiça Federal da Terceira Região. Disponível em: <<http://www.jfsp.jus.br/assets/Uploads/administrativo/NUCE/livrocentro.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2017.

CAMPOS, Paulo Fernandes de Souza. A preservação de documentos provenientes do Poder Judiciário. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da Unipar*, Toledo (PR), v. 4, n. 1, p. 37-47, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/index.php/juridica/article/view/1255>>. Acesso em: 23 out. 2017.

CHALOUB, Sidney. *O conhecimento da história, o direito à memória e os arquivos judiciais*. 2005. Disponível em: <<http://www.trt4.gov.br/memorial/index.htm>>. Acesso em: 18 out. 2017.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça. Ata reunião análise crítica (Degea) n. 2/2007, de 30 de maio de 2007. Disponível em: <http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=6ecb412b-9fd2-41b8-ad56-44be56d70db9&groupId=10136>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Ato executivo conjunto n. 30/2001: DORJ-III, S-I, n. 213. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=116538&integra=1>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Ato executivo n. 188/2002, a partir de 1/2/2002. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=94758&integra=1>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Ato executivo conjunto n. 57/2003, DORJ-III, S-I, n. 203. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=140635&integra=1>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Ato executivo conjunto n. 7/2004. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=140637&integra=1>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Ato executivo conjunto n. 23/2005. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=140439&integra=1>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Ato executivo n. 3.792/2013. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=171436&integra=1>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Copad. <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/21692/composicao-atual-copad.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Glossário. 2017. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/54085/glossario.pdf?v=00>>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Documento estratégico, manual da qualidade. Degea (com vigência a partir de 13/9/2016). Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/317003/RAD-DEGEA-001-REV-15.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Matriz de indicadores estratégicos do TJRJ para o biênio 2015-2016. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1217021/matriz-indicadores-fichas.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Objetivos da qualidade do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos – Degea, 2017. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/55511/obj-quali-degea-2016.pdf?v=10>>. Acesso em: 18 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Plano estratégico 2015-2016. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1640314/plano-estrategico-2015-2016.pdf?v=10>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. *Quem somos?* Serventuários da Justiça. PJERJ, 2006.

_____. Tribunal de Justiça. Resolução n. 15/2003, OES, publicada no DORJ-III, Seção I, de

8/12/2003, p. 13-31. F-4769/03. Disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=139738&integra=1>. Acesso em: 17 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Siglário 2017. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/317485/RAD-PJERJ-008-REV-13.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Tribunal de Justiça. Presidente do TJRJ entrega certificados ISO 9001. 26 jun. 2009. Disponível em: <http://portaltj.tjrj.jus.br/ca/web/guest/cluster?p_p_id=portletassessoriaimprensadestfototexto_WAR_portletassessoriaimprensa&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&portletassessoriaimprensadestfototexto_WAR_portletassessoriaimprensa_jspPage=%2Fhtml%2Fview%2Fvisualizacao%2Fnoticia.jsp&portletassessoriaimprensadestfototexto_WAR_portletassessoriaimprensa_noticialId=2291>. Acesso em: 15 out. 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *A reforma do Poder Judiciário no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

KICH, T. J. O Poder Judiciário e as fontes para a história da sociedade. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 10., 2010, Santa Maria (RS). Anpuh-RS. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1277774267_ARQUIVO_TrabalhocompletoTassiraKichANPHU.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

LEHMKUL, C. S.; SILVA, E. C. L. Registros civis públicos: a situação dos arquivos no núcleo da região metropolitana de Florianópolis. *Ágora*, v. 26, n. 52, 2016. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/20142>>. Acesso em: 25 out. 2017.

RANSOLIN, Antonio Francisco. Experiências do Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul na preservação de fontes documentais da Justiça do Trabalho. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9, 2008. Anpuh-RS. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212180909_ARQUIVO_artigoencontroreganpuh.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

RIBEIRO, G. S. Projeto Organização do acervo arquivístico da Justiça Federal – 2ª Região. *Revista da SJRJ – Direito Penal e Processual Penal*, n. 22, p. 391-394, 2008. Disponível em: <<http://www.jfrj.jus.br/revista-sjrrj/artigo/projeto-organizacao-do-acervo-arquivistico-da-justica-federal-2a-regiao>>. Acesso em: 25 out. 2017.

RODRIGUES, Rita C. C. *De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <<https://sistemas.uff.br/jspui/handle/1/283>>.

SCHMIDT, Benito Bisso; SPERANZA, Clarice Gontarski. *Acervos do judiciário trabalhista: lutas pela preservação e possibilidades de pesquisa*. S.d. Disponível em: <https://www.academia.edu/2115796/ACERVOS_DO_JUDICI%C3%81RIO_TRABALHISTA_LUTAS_PELA_PRESERVA%C3%87%C3%83O_E_POSSIBILIDADES_DE_PESQUISA>. Acesso em: 26 out. 2017.

SCHWAITZER, L. B. S.; PANAIT, M. C. C. Centro de Memória Institucional da Justiça Federal da Segunda Região: proposta e desafios. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA, 8., julho 2016, Campinas, Unicamp. Disponível em: <<https://www.cmu.unicamp.br/viiiseminario/wp-content/uploads/2017/05/Centro-de-mem%C3%B3ria-institucional-da-Justi%C3%A7a-Federal-da-2-Regi%C3%A3o-proposta-e-desafios-LENORA-B.-S.-SCHWAITZER-MARIA-DA->>. Acesso em: 26 out. 2017.

SOUZA, C. M.; SAMPAIO, M. P. F. *Tratamento da informação arquivística e recuperação da memória da Justiça federal brasileira*. 2013. Disponível em: <<http://www.ndc.uff.br/OLD2013/repositorio/tratamento%20da%20informa%E7%E3o%20arquiv%EDstica.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2017.

YERUSHALMI, Yosef Hayim. *Zakhor: história judaica e memória judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

DIVERSIDADE NA INSTITUIÇÃO ARQUIVÍSTICA

PRÁTICAS COM PÚBLICOS ESPECIAIS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DIVERSITY IN ARCHIVAL INSTITUTION

PRACTICES WITH SPECIAL PUBLICS IN THE ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

TAIGUARA VILLELA ALDABALDE | Professor adjunto e pesquisador da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), bacharel em Arquivologia (Unirio), mestre em História Social (USP), doutor em Ciência da Informação (UnB). Pós-doutorado na Fundação de Cultura Fernando Pessoa (Universidade Fernando Pessoa).

RESUMO

O artigo apresenta um estudo sobre a seguinte questão: em que medida o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) tem atendido os públicos especiais no contexto das práticas de mediação cultural? Para tanto se adotou o método de pesquisa documental. Conclui-se que o Apees atendeu pomeranos, ciganos, indígenas e comunidade LGBT em 34 práticas de mediação cultural de diferentes tipos.

Palavras-chave: diversidade; arquivo; mediação; comunidades.

ABSTRACT

The objective is to present a study based on the following question: to what extent have the Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) come to attend the special publics in the context of cultural mediation practices? Therefore, the documentary research method has been adopted. It's concluded that Apees served Pomeranians, Gypsies, Indigenous and LGBT in 34 cultural mediation practices of different types.

Keywords: diversity; archive; mediation; communities.

RESUMEN

El objetivo es presentar un estudio partiendo de la cuestión: ¿hasta qué punto lo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) assiste a públicos especiales en el contexto de las prácticas de mediación cultural? Por lo tanto, la investigación documental fue adoptada. Se concluye que el Apees ha servido pomeranios, gitanos, indígenas y LGBT en 34 prácticas de mediación cultural de diferentes tipos.

Palabras clave: diversidad; archivo; mediación; comunidades.

INTRODUÇÃO

[...] o compromisso de democratizar os arquivos e o trabalho com o patrimônio são dois avanços (juntamente com outros) que têm o potencial de alterar significativamente a forma como pensamos os arquivos [...] outros estão agora explorando os caminhos em que uma profissão em mudança deve abraçar como um recurso de diversificação e democratização dos arquivos (Flinn, 2012, p. 20, tradução do autor).

Uma vez entendida a interseção entre o direito cultural e as instituições arquivísticas (Aldabalde, 2015), é possível destacar os seguintes direitos culturais associados aos arquivos públicos: o direito à identidade, à livre manifestação cultural, à proteção da diversidade cultural nas expressões plurais nos acervos, à fruição e ao desfrute do patrimônio arquivístico por diferentes segmentos da sociedade. Para atender esses direitos dentro dos princípios legais da isonomia, faz-se necessário não segregar os cidadãos e guardar as devidas distinções, identificando assim os públicos especiais. Entende-se por públicos especiais aqueles cujas condições especiais de vida somam-se à vulnerabilidade. Dado que a democratização dos arquivos é um processo a ser considerado de interesse permanente do Estado brasileiro como Estado democrático de direito, e que há públicos especiais que estão em condições socialmente vulneráveis e por vezes colocados à margem da fruição dos direitos inerentes à própria cidadania, julgou-se pertinente levantar a seguinte questão: em que medida o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) tem atendido os públicos especiais no contexto das práticas de mediação cultural?

O atendimento aos diversos públicos, e também aos públicos especiais, encontra precedente, haja vista que Isabelle Chave (2012) pontua a inclusão, nos arquivos franceses, de pacientes em internação hospitalar pediátrica e geriátrica, assim como de uma parcela da população carcerária. A autora sublinha que isso ocorreu porque as instituições arquivísticas passaram a se identificar como fontes de cultura que deveriam estar à disposição dos mais variados públicos. Ora, o Apees é pioneiro em relação às práticas com públicos especiais por meio de mediação cultural. Objetiva-se levantar, em termos quali-quantitativos, as ocorrências dessas práticas em função de determinadas comunidades, respeitando-se as distinções entre as suas respectivas culturas, justamente com o intuito de trazer à tona os aspectos contextuais de tais práticas, possibilitadoras do atendimento desses públicos especiais. Esse levantamento pode servir de referência para se aprofundar o conhecimento sobre o binômio arquivo-sociedade e, particularmente, sobre essas práticas em relação às comunidades locais.

A partir de uma pesquisa documental que examinou as fontes primárias do Apees de 1985 até 2016, identificaram-se ao menos os seguintes públicos especiais: os pomeranos, os ciganos, os povos indígenas e a comunidade LGBT. Faz-se necessário apontar que o caráter inovador em relação aos públicos foi critério seletivo da pesquisa; assim não são abordadas comunidades já atendidas por outras práticas institucionais, tais como os afrodescendentes.

A PRESENÇA DA DIVERSIDADE A PARTIR DE PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL COM PÚBLICOS ESPECIAIS NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ainda que a França esteja relativamente adiantada no processo de popularização dos arquivos públicos, Yves Jammet (2007) indica que há necessidade de democratizá-los, pois aqueles que se apropriam dos fundos, o fazem através de práticas conhecidas por uma elite de intelectuais que compõe a chamada “cultura arquivística”. Essa elite seria constituída por *experts* como pesquisadores, arquivistas, historiadores, genealogistas, paleógrafos, diplomatas, curadores, documentalistas e conservadores de documentos. Cabe salientar que a noção de cultura arquivística é comumente associada aos *experts* na literatura. É possível encontrar essa associação com os termos *archival culture* e *culture archivistique* nas obras produzidas por Richard Klumpenhower (1995), International Council on Archives (1999), Rebecca Schneider (2001), Bruno Galland (2004), Christian Hottin (2008), Unesco (2009) e Nadia Roch (2014).

Yvon Lemay (2012) pontua que, por meio do diálogo entre as diferentes expressões das culturas e os distintos públicos escolares, de imigrantes, idosos e prisioneiros, a instituição arquivística cumpre sua missão de valorizar o respectivo patrimônio custodiado. Dentre as atividades culturais praticadas no espaço do arquivo, Lemay (2012) identifica as seguintes: jornadas educativas, exposições, dinâmicas com genealogia, conferências, debates, oficinas, dossiês pedagógicos, publicações, arquivo itinerante, criação literária, teatro, música, trabalhos de artistas em residência, artes plásticas e a interlocução com a fotografia contemporânea. Essa relação de atividades possui relevância, pois no Apees também há ocorrências de práticas correlatas.

No âmbito dos serviços arquivísticos, “o método proativo pertence à rubrica da programação de extensão [...]” (Duff, 2017, p. 172), o que implica também a ampliação dos serviços arquivísticos para atender os públicos por meio da adoção de programas de extensão cultural que abranjam exposições, oficinas, publicações e atividades correlatas (Duff, 2017). No escopo da proatividade no domínio da mediação arquivística, optou-se por trabalhar com o conceito de mediação cultural.

A mediação cultural é um processo encaminhado por dois eixos estratégicos denominados “democratização” e “democracia cultural”, a partir dos quais a instituição arquivística se opõe à ocultação dos arquivos, centrando as suas atividades na participação e nas diversidades dos públicos (Jammet, 2007). Isso está de acordo com aquilo que é postulado por Jean-Marc Fontan (2007): as intervenções praticadas no âmbito da mediação cultural se inscrevem em campos precisamente determinados de ação, dentre os quais está a cultura comunitária, e, por conseguinte, o diálogo com as comunidades, com vistas a aproximar os excluídos e os marginalizados dos equipamentos culturais.

Partindo da premissa de que os arquivos são também equipamentos culturais, e que os acervos de interesse público com valor secundário para custódia permanente são considerados bens não exclusivos, é possível reconhecer que o serviço cultural apresenta as instituições arquivísticas como lugares mais abertos. Nesse seguimento, identificam-se três

grandes públicos para os arquivos: a) os pesquisadores/leitores que frequentam a sala de consulta: correspondem aos historiógrafos, mestrandos, doutorandos, graduandos, aos estudiosos em geral, curiosos, historiadores acadêmicos ou amadores; b) os internautas: aqueles que se conectam aos sites de arquivos para inúmeros fins contingenciados pelas limitações da ambiência virtual; c) os participantes das práticas culturais: constituem o grupo de cidadãos mais diverso, pois compreendem todas as faixas etárias, curiosos, profissionais e alunos (Guigueno; Pénicaut, 2015). Por ora, é possível afirmar que essas três categorias são aplicáveis também ao caso do Apees e, assim como no caso francês, sendo o público das práticas culturais aquele com diversidades mais expressivas.

Em termos de trajetória histórica, é notável que o Apees tenha estabelecido práticas de mediação cultural em relação a esses públicos especiais e isso tenha se consolidado a partir da Gestão Agostino Lazzaro (1995-2015). Cabe pontuar que o lugar institucional do gestor foi determinante para o encaminhamento das práticas na instituição. Agostino Lazzaro destacou-se como sociólogo, ator, poeta, escritor, diretor teatral e foi selecionado, em 1995, pelo então governador Vítor Buaiz¹ (1995-1998), em razão do êxito do seu projeto de antropologia visual com camponeses descendentes de imigrantes. Portanto, o saber-fazer adquirido pelo gestor influenciou a perspectiva em relação ao Apees, que foi (re)conhecido também como aparelho cultural. Dentre as diversas culturas postas em diálogo com a cultura arquivística, foram selecionadas as seguintes: a Pomerana, a Romani, a Tupi-Guarani e a cultura *queer*.

UM RESGATE DOS CAMINHOS POMERANOS

O Espírito Santo é o estado brasileiro com a maior colônia de pomeranos do país. Eles chegaram a esse estado em junho de 1859. A expressão “pomerano” deriva do termo *pomorje*, que, por sua vez, era utilizado para identificar os indivíduos arregimentados próximo ao mar Báltico e associados com as tribos eslavas. Esses colonos eram descendentes dos habitantes da Pomerânia, região que compõe a Polônia e a Alemanha, de modo que a maioria dos pomeranos capixabas possui origens no que hoje é território polonês. De acordo com Karl Monsma e Patrícia Bosenbecker (2014), existiam companhias no Brasil que agenciavam imigrantes. Os autores notam que os agentes recebiam dinheiro para ofertar contratos aos colonos e, assim, identificam que havia abusos de imigrantes por parte dos empresários, que se valiam da influência político-econômica para controlar os colonos. Portanto, entende-se que a maioria dos pomeranos capixabas esteve sob circunstâncias aproximadas ao *status* da escravidão, podendo inclusive aplicar-se o termo “escravidão branca”.

Monsma e Bosenbecker (2014) sublinham que as adversas condições de trabalho decorriam de uma relação de exploração em que se tiravam proveitos das vulnerabilidades dos imigrantes sem lotes de terra. Os autores constatarem que houve uma privatização de certas funções do Estado, pois os empresários que lucravam com o negócio da imigração acabavam

¹ Foi eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), contudo concluiu o mandato pelo Partido Verde (PV).

assumindo as funções estatais (Monsma; Bosenbecker, 2014). Nesse contexto, os pomeranos foram identificados com a *land* ou sítio, e também com os traços típicos sertanejos e/ou caipiras (Hartuwig, 2011) que constituíam a mão de obra dos municípios rurais subordinados à lógica financeira de desvalorização do produtor local, por meio da precificação flutuante do mercado sobre os produtos agrícolas campesinos. Os contextos econômicos das famílias do campo vão ao encontro das tradições pomeranas, pois este povo era um povo camponês (Hartuwig, 2011). Essa submissão econômica ao mercado faz com que os campesinos precisem ao mesmo tempo consumir bens de necessidade e vender o que foi produzido. Ainda hoje, muitos desses agricultores pomeranos podem se encontrar em situação deficitária, já que carecem financiar a própria produção arcando com todos os riscos, dentre os quais estão as pragas, o tempo e a precificação desvalorizada. Os riscos podem levar ao endividamento ou à pobreza. Somando isso com a insipiência de políticas públicas para sua inclusão, esse processo levou à marginalização sociocultural de um considerável número de famílias pomeranas. É notável que o município de Santa Maria de Jetibá possua um programa de educação bilíngue: português e pomerano (Hartuwig, 2011).

Não é por acaso que o Apees tem atuado junto aos municípios do interior do estado do Espírito Santo incluindo aqueles com forte presença da imigração pomerana. Foi verificado que a maioria das efemérides realizadas com participação do Apees está ligada às comunidades interioranas de descendentes de imigrantes, alcançadas pela presença do “Arquivo itinerante”² e que participaram por meio de diálogos e da cessão de uso de arquivos familiares ao projeto Imigrantes.³

Em vista disso, considera-se digno de nota que as atividades concebidas, planejadas e executadas pelo Apees no ano de 2009 tenham ocorrido em torno de uma efeméride pomerano-brasileira. Tal evento de celebração de marco histórico foi referente à comemoração dos 150 anos da chegada dos pomeranos ao Espírito Santo. A data atribuída para o desembarque desses imigrantes foi o dia 28 de junho de 1859. No dia celebrado, realizaram-se diversos tipos de mediação cultural. Dentre tais práticas, uma pode ser considerada ímpar e sem precedentes na história dos arquivos: um itinerário em uma caravela. Essa embarcação foi projetada para simular aspectos das caravelas do período do Descobrimento, e esse barco em questão foi especialmente produzido para a comemoração dos 500 anos do Brasil. Um grupo de pomeranos foi identificado de acordo com as famílias, por meio dos sobrenomes inscritos na documentação da base de dados do projeto Imigrantes. Nesse ínterim, os pomeranos de distintos municípios do interior embarcaram com cartazes que explicitavam os seus respectivos sobrenomes, a fim de percorrer um trajeto predeterminado que remetesse ao

2 A partir de um escritório móvel instalado em um furgão, o projeto foi criado sob a designação de “cartório itinerante” no ano de 2000 e hoje fornece gratuitamente a certidão de registro de entrada do imigrante para o uso genealógico.

3 Inicialmente nomeado por “Banco etnográfico” em 1998, esse projeto está relacionado com a reunião de diversas fontes primárias e secundárias sobre a imigração no estado do Espírito Santo, incluindo variados arquivos pessoais.

percurso marítimo dos seus antepassados. O itinerário iniciou-se com a navegação pela baía, tendo como ponto de embarque o cais do bairro da enseada do Suá, na cidade de Vitória, e o desembarque no porto dessa capital.

Os registros apontam que, ao desembarcarem da caravela, os participantes foram recebidos por grupos de danças típicas na escadaria Bárbara Lindemberg, acompanhados por sessenta trombonistas que executaram músicas folclóricas. A cerimônia foi marcada pela presença de um coral dos professores de pomerano, que representavam os agentes ativos por uma formação bilíngue nos municípios capixabas, com alta densidade de pomeranos, no âmbito do Programa de Educação Escolar Pomerana. O então e atual governador Paulo Hartung esteve presente e assinou a lei que criou o Dia Estadual da Imigração Pomerana, proposto pelo então deputado Atayde Armani, do Partido Democratas (DEM). O registro fotográfico dessa prática pode ser apreciado na figura 1:



Figura 1. Pomeranos capixabas em caravela, com trajes que simulam indumentárias de época, na ocasião de partida para um itinerário marítimo que simulou o percurso de seus antepassados
Fonte: Fundo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Nesse caso, a efeméride esteve interligada com outras práticas de mediação cultural, tais como uma encenação com figurino que simulou os trajes antigos relativos ao período da imigração, um concerto de músicas folclóricas, um coral e uma performance de dança típica. Consequentemente, houve benefícios para o público especial homenageado e também para os artistas envolvidos, que puderam expressar as manifestações que se tornam legitimadas

com o apoio do Apees. Do ponto de vista das características tipológicas, os itinerários são tipos apontados por Vela (2001) com variantes no trajeto e, em sua maioria, são caminhadas ou percursos terrestres. Portanto, um itinerário marítimo com presença artística pode ser considerado uma inovação no território situado entre os arquivos e a cultura. Isso é pertinente, pois, na medida em que promove esse tipo de atividade, o Apees reforça a identidade do arquivo como campo de produção cultural inovador.

AO ENCONTRO DA CULTURA DO POVO CALON

Segundo Rodrigo Teixeira (2008), os povos ciganos migraram⁴ para o Brasil em difíceis condições de vida, mas também havia membros ilustres na corte portuguesa do Rio de Janeiro. Há uma documentação de amparo jurídico para a regularização do *status* dessa população como civis no Brasil, e isso remete em particular ao registro de uma provisão emitida por d. José I em 1761 (Heynemann, 2007). A ascensão social de alguns ciganos ocorreu também na República. Destacaram-se na sociedade brasileira, por exemplo, os seguintes indivíduos com essas origens: o escritor Castro Alves (1847-1871), a escritora Cecília Meireles (1901-1964), o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976) e o compositor Wagner Tiso (1945-).

De acordo com dados oficiais sobre os povos Romani no Brasil, da Associação Internacional Maylê Sara Kali, de 2013, há oitocentos mil ciganos residindo em 15 estados do país. Desde que o termo cigano passou a ser considerado pejorativo, o termo “Roma” tem sido utilizado para denominar os povos de maneira geral. Os Roma possuem vários grupos, dentre os quais o mais populoso no mundo é o povo Rom. No Brasil, entretanto, o povo Calon é o mais numeroso pela descendência de dois países, nomeadamente Portugal e Espanha. Estes ciganos foram deportados de Portugal ainda no tempo da colônia e, por isso, o idioma preserva algumas expressões do português arcaico. Contudo, houve uma expressiva onda emigratória de ciganos dos Balcãs e da Europa Central no final do século XIX. Também há comunidades que se identificam como parte dos Roma, tais como os Sinti, os Manush, os Lovara, os Kalderash, os Xoraxane, os Romanisael e os Romnichals.

Ocorre que, distintamente de outros públicos especiais, como, por exemplo, no caso da população LGBT, muitos ciganos parecem rejeitar e/ou guardar demasiada cautela quanto ao modo de vida dos gajôs (não ciganos). Isso implica na prática, por parte dos Roma, a abstinência ou a rejeição da cultura escrita e a valorização da tradição oral, de modo que os arquivos estão no rol daqueles espaços tipicamente gajôs, e, portanto, são lugares que não compõem o universo cultural das tradições ciganas. É preciso destacar que muitos ciganos optam por não aprender a ler e escrever justamente porque a identidade cigana está vinculada com um conjunto de regras sistematizado na linguagem falada, comunicado por meio

⁴ Em 500 a.C., os povos ciganos tiveram a sua terra natal invadida, em particular as áreas do Punjab e do Rajastão, sendo vendidos cativos aos persas, atual Irã, e revendidos para a Romênia, no Leste Europeu, de onde migraram para o mundo todo.

de narrativas memorialísticas e prescritivas inscritas no idioma Romani. O primeiro óbice que pôde ser notado na organização de práticas de mediação cultural por parte do Apees em relação ao povo Calon refere-se à dificultosa aproximação com os acampamentos e à compreensão das dinâmicas desse público especial.

Para atingir seus objetivos, o Apees criou internamente um grupo que ficou incumbido de estudar a cultura cigana e seus temas relevantes para projetar um encontro. Nesse sentido, os agentes do Apees também buscaram conhecer quais os ciganos que habitavam o Espírito Santo e como os grupos eram distribuídos. Foi estratégico que uma parte da equipe estivesse mobilizada em torno do trabalho que mapeou o município de Viana e descobriu um acampamento no bairro de Areinha com cerca de vinte famílias de Calon.

A partir do conhecimento produzido nos debates do Apees e do *know-how* da Gestão Agostino Lazzaro (1995-2015) com etnografia, procedeu-se à identificação da cultura Romani e das manifestações espontâneas encontradas nesse local. É possível apontar alguns dentre os principais traços culturais levantados e registrados em documentos fotográficos pelo Apees a fim de caracterizar o povo Calon: a presença das barracas produzidas a partir de colchas coloridas; as indumentárias femininas marcadas por rendados coloridos, utilizadas pelas mulheres e meninas; o espaço delimitado entre crianças e adultos pela separação por cortinas; a disposição da cama lateralmente; os adornos com lonas e tapetes; os lugares designados para o cozimento com o fogo no chão e utensílios característicos, como os tachos para preparo dos alimentos; a circulação de um estilo de música sincrética que pode ser designado por “sertanejo-cigano”; a indumentária masculina, com o uso de botas, cintos com fivelas de prata e dentes de ouro nos patriarcas.

A produção de registros fotográficos serviu de base para uma exposição em que os próprios ciganos participaram. Essa produção pode ser associada com a mediação e se confunde com a produção documental no âmbito da gestão dos documentos do Executivo estadual que foram recolhidos ao Apees. Essa recente documentação, e nem por isso menos significativa, produzida no âmbito da função de mediação da instituição arquivística pode corresponder, ao menos em alguma medida, à determinada forma de compensação pela invisibilidade desse público especial e do seu lugar correspondente ou da sua representação nos espaços do Apees. Levando em conta os tipos e as quantidades de arquivos sobre os ciganos, percebe-se que a maioria dos arquivos atinentes a eles não diziam nada a respeito da diversidade dessas pessoas, pois em grande parte os registros compõem dossiês policiais. Isso é digno de atenção, já que, na ausência de documentos sobre os Calon, a narrativa da repressão policial se destacava por não haver o contraditório documentado, fornecendo assim evidências para estigmatização dos ciganos como gatunos, criminosos, desordeiros, nômades, um povo marginal, sem levar em consideração os aspectos contextuais complexos de diferentes grupos étnicos de imigrantes que foram marginalizados e perseguidos.

Para além da ampliação dos espaços constituídos nos documentos de arquivos que preservam atividades de repressão policial, o Apees também oportunizou a utilização democrática de diversos lugares dentro da instituição arquivística. Esses locais foram ocupados por práticas de mediação cultural em convergência com a mediação social, a qual é entendida

como a mediação que trata dos problemas sociais e oferece alternativas políticas para sua resolução por meio da participação das comunidades interessadas. Houve uma reunião na sede do Apees que congregou os ciganos e, inclusive, possibilitou a discussão sobre a criação da primeira associação dos ciganos do estado do Espírito Santo. Nesse caso, o Apees como lugar de poder não se encerrou em si mesmo, mas empoderou o público especial proporcionando sua participação na instituição arquivística.

Cabe assinalar que o Apees dispõe de espaços que têm sido objetos de democratização. Na concepção da nova sede, o então diretor-geral concebeu uma área expositiva onde ocorrem diversas práticas de mediação cultural e, com a retirada da mapoteca para outro andar, essa área ainda pode ser aumentada, atendendo assim os desígnios do projeto original. Há outros lugares dentro da instituição que são abertos para as colaborações de artistas, inclusive de intervenções, dentre os quais se encontram uma sala de projeção, um jardim inspirado no conceito zen, as salas de consulta, uma biblioteca de apoio e um auditório aberto ao público.

No tocante a essa prática com os ciganos, constata-se que a dinâmica adotada foi, em um primeiro momento, mais aproximativa; depois, mais interativa. Os objetivos foram democratizar os arquivos e estimular a participação das comunidades ciganas no I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais do Espírito Santo (2012). Esse encontro regional foi objeto de registro pelo Apees e teve como uma das finalidades o debate sobre os problemas enfrentados pelos ciganos nas vivências diárias no contexto da instalação dos acampamentos. Destaca-se que a interlocução com o mais significativo líder cigano do estado do Espírito Santo, chamado pela alcunha de “Eraldo Calon”, teve um papel tático. Esse líder foi um agente de articulação estratégica para que os funcionários do Apees estabelecessem a dinâmica aproximativa.

Constata-se que o líder possuía uma atuação plural no campo das comunidades tradicionais. Bárbara Thompson (2017) o inscreve em uma perspectiva multitradicional e registra a sua chefia em um terreiro umbandista, onde incorporava a entidade do cigano Dionísio. A autora acrescenta que Eraldo Calon era um devoto da famigerada cigana Adélia Kostichi.⁵ Ao mesmo tempo, o líder cigano conservava as tradições dos povos Roma e Calon. A entidade incorporada por ele se manifestava com destaque para sua expressão linguística por meio do Romani e isso era compatível com a sua ascendência eslava, já que as tribos dos ciganos eslavos dominavam essa língua.

Essa presença marcante de uma identidade espiritual não obliterou as perspectivas políticas do primeiro encontro em 2012, que teve como enfoque as pautas sociais e foi coordenado pelo Apees em parceria com essa liderança cigana, culminando na produção do primeiro documento que sistematizava as reivindicações dos ciganos da região metropolitana de Vitória. Como uma continuidade desse encontro, a instituição arquivística organizou a efeméride do Dia Nacional dos Ciganos, que seguiu a tradição sendo dedicado à santa Sara

5 A sepultura da cigana Adélia Kostichi é a mais colorida e a mais visitada do cemitério de Santo Antônio, em Vitória, no Espírito Santo. Seu túmulo atrai uma diversidade e uma quantidade significativa de peregrinos.

Kali. Nesse dia ocorreu também o lançamento da exposição de documentos fotográficos produzidos no já referido encontro estadual. Na figura 2, observa-se uma prática com a adoção da linguagem oral na sede do Apees com a participação dos próprios ciganos.



Figura 2. Roda de conversa de ciganos debatendo o futuro de suas comunidades no espaço do Apees
Fonte: Fundo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Em resumo, foi possível identificar a adoção de um método de levantamento dos traços culturais do público especial, em particular os ciganos, por parte dos funcionários do Apees. Com isso, a mediação cultural configurou-se como *práxis*, na medida em que se fez presente uma consciência sobre o ato de mediar culturas distintas: a cultura cigana e a cultura arquivística.

Uma vez que, até o presente momento, esse método não foi registrado oficialmente pelo Apees, se faz necessário apontar que esse registro pode facilitar a replicação e melhoria do processo de mediação cultural, que, nesse caso, culminou na participação dos ciganos na instituição arquivística. Isso seria relevante também na medida em que ainda não há no país uma referência de uma sistematização do *know-how* no campo da mediação cultural em arquivos. A sistematização dessa metodologia poderia sustentar as possíveis iniciativas institucionais, inclusive com aporte financeiro, vide a possibilidade de um projeto destinado aos ciganos como o *Roma Cultural Mediation Project*.⁶

⁶ Segundo Michael Hayes (2009), esse projeto tem como objetivos: desenvolver competências interculturais entre os prestadores de serviços públicos; conceder aos ciganos a igualdade de acesso aos serviços públicos; incluir os ciganos na sociedade; produzir documentação e treinamentos que possam ser replicados no exterior.

Por meio do levantamento dos traços culturais do acampamento Calon, o Apees movimentou-se para conhecer o seu público e, com isso, os ciganos também passaram a ter conhecimentos sobre a instituição arquivística. Houve, então, em alguma proporção, uma reciprocidade, isto é, os ciganos passaram a ter uma ideia da cultura arquivística e o Apees conheceu os ciganos. Assim, as práticas de mediação cultural foram possíveis devido à continuidade de aproximações da instituição em direção aos anseios desse público especial ao longo do tempo pela Gestão Lazzaro (1995-2015).

A estratégia da parceria foi decisiva, pois o acesso aos ciganos não é algo dado abertamente e se carece de permissão para circular em um acampamento Calon. A *práxis* de mediação cultural foi possível devido ao uso de linguagens comuns aos ciganos, como o apelo para a visualidade das fotografias e a oralidade das narrativas das rodas de conversa. Portanto, a adaptação do Apees foi necessária para que agentes da cultura Romani e da cultura arquivística pudessem se aproximar mutuamente sob a lógica do intercâmbio cultural. Somam-se a isso benefícios imateriais aos envolvidos, pois o contexto da atuação do Apees ocorreu de maneira relacionada aos valores democráticos que foram transmitidos nas práticas; dentre estes, nota-se a tolerância religiosa, o direito à livre manifestação cultural e o respeito à diversidade étnico-racial.

AS EXPRESSÕES CULTURAIS DOS POVOS TUPINIQUE E GUARANI

O termo “capixaba” designa aquele ou aquilo que é natural do estado do Espírito Santo. Esse termo possui a origem na expressão idiomática dos indígenas para se referirem ao roçado de milho e à terra para o cultivo. A tradição dos povos indígenas contribuiu significativamente para a sociedade capixaba e para os imigrantes que aprenderam o plantio nas terras brasileiras. Isso fica evidente quando se considera a subsistência das famílias capixabas ao decorrer da história local e o próprio termo que serve como referência para a identidade das pessoas e coisas que provêm desse estado.

Como uma forma de reconhecimento da contribuição dessa população para o desenvolvimento do estado do Espírito Santo, no ano de 2013, o Apees contemplou a efeméride do Dia do Índio, criado pelo então presidente Getúlio Vargas, por meio do decreto-lei n. 5.540/1943. A efeméride trouxe ao território da instituição arquivística as diversas formas de expressão da cultura indígena, dentre as quais se destacam o artesanato, os instrumentos típicos, a dança, a pintura corporal e a música. Essas manifestações vincularam-se à inauguração da exposição de fotos intitulada *Djadjo Kwaa Awã*, que ficou acessível de 17 de abril até 17 de maio de 2013. A mostra teve como base uma série de registros fotográficos que capturaram os traços da cultura Tupi-Guarani, o modo de viver dos indígenas no Espírito Santo e o cotidiano dos povos Tupiniquim e Guarani no contexto de sua realidade social na reserva indígena de Aracruz, no litoral norte.

Os representantes dos indígenas foram ouvidos e os depoimentos encontraram lugar no auditório do Apees, sendo inclusive registrados. As declarações públicas dos índios foram assinaladas e reforçaram o aspecto das dificuldades sociais que são enfrentadas no cotidiano das famílias. Dentre os principais óbices, é possível sublinhar ao menos dois. O primeiro

é a ausência de uma política de educação que considere de fato que os curumins são um público especial e os métodos pedagógicos utilizados deveriam respeitar as especificidades das crianças indígenas. Como consequência dessa falha de política pública no campo da educação, o segundo problema se apresenta: observou-se no discurso de uma líder indígena que ainda persiste a falta de isonomia e de acesso dos índios às oportunidades de ocupação de cargos com maior destaque na sociedade capixaba. Apesar da vulnerabilidade que caracteriza esse público como especial, as narrativas orais também marcaram os seguintes aspectos positivos no modo de vida dos índios: a relação com a *capixaba* ou terra de plantio como entidade viva, o provimento de alimentos que resulta do modo respeitoso para com o ambiente natural, os valores indígenas comunitários, as tradições artísticas, a qualidade de vida e a longevidade.

Além de oferecer um espaço para a voz dos índios durante a prática de mesa-redonda, o Apees realizou debates em torno de temas que refletiram as perspectivas dos brancos e/ou não índios sobre os indígenas. Nessa direção, destacaram-se três temáticas: a) o índio sob a perspectiva acadêmica; b) a fotografia antropológica; c) o herói nacional e indígena capixaba conhecido pelo nome de Arariboia. Cabe salientar que o Espírito Santo, por ser um território onde os índios vivem, torna-se referência a estudos para além de suas fronteiras. O líder indígena Arariboia nasceu no Espírito Santo, porém, um monumento foi erguido a ele na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, onde o índio ainda desperta interesse cultural e científico.

No campo das fotografias expostas em *Djado Kwaa Awã*, os olhares foram diversos, tanto pela pluralidade dos objetos enfocados como também pela própria participação de distintos fotógrafos, em particular Apoena Medeiros, Caio Perim, Filipe Campos, Gabriel Lordêllo, Lígia Sancio, Matheus Costa, Zanete Dadalto, Syã Fonseca e Ana Paula Gonçalves. No domínio da história e da historiografia, o Apees permaneceu de acordo com a sua trajetória definida a partir da Gestão Fernando Achiamé (1979-1983), que promoveu esforços para consolidar a instituição arquivística como um espaço de preservação de fontes úteis aos pesquisadores, dentre os quais estão os cientistas ou investigadores que tratam das temáticas indígenas. Nesse encaminhamento, o Apees também se consolidou como *publisher* da coleção Canaã, com 23 livros, que incluem a obra denominada *Donatários, colonos, índios e jesuítas*, lançada em 1998 (depois relançada em 2011), de autoria de Nara Saleto, docente da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), e o documento editado “Índios Botocudos no Espírito Santo no século XIX”, de Paul Ehrenreich (1855-1914), publicado em 1887 na Alemanha no periódico *Zeitschrift für Ethnologie: Organ der Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte*. Ambos os títulos da coleção contribuem para o legado historiográfico sobre o estado do Espírito Santo, para a identidade capixaba, e para questões indígenas tais como as guerras e a subjugação desde a época colonial.

Quanto ao desempenho, diante do papel cultural do Apees, se faz mister reconhecer que a repartição tornou possível a representação da cultura Tupi-Guarani em um espaço em que predomina a cultura arquivística, e isso é relevante, pois os arquivos por vezes representam os índios por meio de documentos expostos, ou eventos, sem oportunizar a estes a chance

de representarem a própria identidade a partir de manifestações culturais herdadas. Essas, por vezes, são praticadas no cotidiano e se configuram até como meio para o sustento da população indígena. Um exemplo disso é o artesanato, que inclui uma variedade de artefatos musicais, de caça e ornamentais.

Em conformidade com aquilo que propõe Jammet (2007), as práticas de mediação cultural foram realizadas a partir de territórios culturais distintos, promovendo atividades que valorizaram as expressões de cada cultura em particular. As práticas identificadas decorrem também da livre expressão cultural dos próprios agentes envolvidos nesse processo de mediação e, no caso dos povos indígenas, em especial do povo Tupiniquim e do povo Guarani. Elas incluíram uma diversidade de agentes, tais como artesãos, autoridades espirituais, músicos, artistas das pinturas corporais, líderes, corralistas e chefes de famílias indígenas.

A política de parceria com o projeto denominado “Linguagens da terra”, coordenado por Caio Perim, foi decisiva para a viabilização dessa atividade junto ao Apees, pois permitiu o diálogo entre os índios, os agentes da instituição arquivística e da cultura indígena. O referido projeto teve como uma das principais bases de trabalho a aldeia Boapy Pindo, situada no município de Aracruz. O desenvolvimento desse projeto teve aporte conceitual que definia o artesanato como cultura material e herança patrimonial. A participação dos indígenas nas práticas de mediação cultural no Apees pode ser observada na figura 3:



Figura 3. Representantes dos povos Guarani e Tupiniquim ocupando o espaço público com práticas culturais
Fonte: Fundo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Se Jammet (2007) aponta que a democratização sem participação é um engodo, então é possível localizar nas práticas de mediação cultural desenvolvidas pelo Apees o eixo da democracia cultural que leva em conta os aspectos qualitativos das populações. Por meio de manifestações das culturas Tupiniquim e Guarani no âmbito do espaço do Apees, as necessidades da aldeia foram expostas, as crianças, os idosos e os jovens dialogaram de maneira

que, dentre os participantes da mesa-redonda, estavam os índios que comentaram sobre questões cotidianas.

Registrou-se uma variedade significativa de expressões da cultura Tupi-Guarani ligadas ao Dia do Índio, de maneira que essa diversidade de manifestações pode ser associada com a riqueza cultural dos povos indígenas expressada nas seguintes práticas: uma efeméride, visitas escolares e universitárias à exposição *Djado Kwaa Awã*, mesa-redonda, publicações, exibições de vídeo, concertos, coral Guarani, apresentação de danças tradicionais do povo Tupiniquim, debates, lançamentos de livro e mostra de artesanato.

Nota-se ainda que os indígenas, os públicos não indígenas e os agentes do Apees estiveram envolvidos, em alguma medida, na promoção dos seguintes benefícios: captação de recursos para as famílias da aldeia por meio da comercialização do artesanato; afirmação da identidade indígena; aproximação da cultura Tupi-Guarani dos territórios urbanos; potência de aprendizado das tradições indígenas, da relação saudável com os recursos naturais; e, por fim, o contato com a diversidade cultural concernente aos indígenas que vivem em situação de vulnerabilidade social.

A CESSÃO DO ESPAÇO INSTITUCIONAL PARA TORNAR A COMUNIDADE LGBT VISÍVEL

Dentre os públicos especiais, a comunidade LGBT⁷ tem sido pouco estudada e acanhadamente considerada pelas instituições arquivísticas no Brasil. Apesar do expressivo número e de rica diversidade inerente a essa parcela da sociedade, ainda não é usual que os arquivos públicos tenham uma programação cultural ou catálogos seletivos com as temáticas atinentes a essas comunidades. Em que pese a ausência de políticas públicas arquivísticas para esse grupo, ainda há, mesmo que esporadicamente, algumas práticas que os atendem.

Esse é o caso da parceria do Apees com o Espírito Santo Cineclube Diversidade e a Secretaria de Cultura do Estado na prática de exibição audiovisual da sessão intitulada “Cinema e cultura: cineclubismo como espaço da diversidade”, que ocorreu na sala Amylton de Almeida, na sede do órgão, em 2014. A prática se insere no campo da fruição cultural e seu objetivo foi levar ao público curtas e longas-metragens abordando os temas das diversidades afetivas. Outro objeto da matéria contida nos filmes foi o movimento persecutório contra os homossexuais durante o holocausto de gays e lésbicas a partir da perspectiva da película *Bent* (1997). O filme é uma adaptação da peça de teatro de Martin Sherman (1979), tendo no cast atores célebres como Mick Jagger, Jude Law, Ian McKellen e Clive Owen.

Do mesmo modo que os demais casos aqui tratados, houve associação de práticas com uma efeméride, e, especificamente, com o Dia Municipal contra a Homofobia, instituído pela lei municipal de Vitória n. 8.552/2013. Tendo em vista iluminar alguns aspectos da prática da mediação entre a cultura arquivística e a cultura *queer*, faz-se necessário lançar luz sobre

⁷ A sigla LGBT refere-se aos homossexuais, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Contudo, em termos de comunidade, também é extensiva às pessoas intersex, aos indivíduos aromânticos, assexuais, autosssexuais, pansexuais, polisssexuais, demisssexuais, hermafroditas, andrógenos, demirromânticos e poliamoristas.

aspectos contextuais. O primeiro aspecto relaciona-se com o espaço cedido pelo Apees para dar visibilidade às questões da comunidade LGBT durante a Gestão Lazzaro (1995-2015). A cessão da sala Amylton de Almeida é significativa, pois o espaço é uma homenagem ao nome do jornalista, literato, dramaturgo e cineasta Amylton Dias de Almeida (1946-1995).

Jeanne Bilich e Márcia Rodrigues (2005) consideram Amylton de Almeida um dos mais relevantes intelectuais capixabas, que reconheceu a luta dos homossexuais no campo de reivindicações de direitos. Os autores registram uma frase de Almeida que denunciava a tentativa de descaracterização da luta pelos direitos sob o argumento de que tais movimentos seriam meramente produtos de um modismo passageiro. O cineasta denunciava que a investida contra os direitos dos homoafetivos sob tais pretextos era a exposição de uma lacuna na própria ética de uma sociedade sem responsabilidade para com o outro e que cerceava as manifestações da diversidade. É possível verificar fotos e manuscritos do dramaturgo nas paredes externas do auditório que servem como um tipo de frontispício para quem o adentra. Essas figuras, devidamente contextualizadas, podem evocar, particularmente aos membros do Espírito Santo Cineclube Diversidade, um sentimento de pertença, comunidade, responsabilidade para com uma definição identitária. Isso porque sua criação resulta da intenção de dar visibilidade a uma pauta comum entre as comunidades LGBT e o referido cineasta. Não foi por acaso que a sessão do filme britânico *Bent* (1997) foi dedicada à memória de Amylton de Almeida (1945-1995), pois os conteúdos exibidos evocavam a miséria ética dos nazistas e a força moral daquelas pessoas consideradas homossexuais, marcadas com a insígnia do triângulo rosa.

O enredo da obra aborda o momento da vida de um indivíduo do sexo masculino chamado "Max", que busca ocultar a sua natureza homossexual com a substituição do triângulo rosa pela estrela de David reservada para discriminar os judeus. A personagem foi movida pelo falso julgamento de que o seu destino poderia ser atenuado pelos algozes. Contudo, já no campo de concentração nazista, Max acaba por se envolver com outro sujeito, Horst, que, por sua vez, não tinha ocultado a sua identidade e trazia em seu uniforme o triângulo rosa. O enredo encaminha o telespectador no sentido de mostrar a dignidade e coragem de Horst, de modo que ele passa a ser um símbolo de resistência a favor da vida e da diversidade, e, por conseguinte, contra a máquina de morte montada para trucidar as pessoas vítimas da perseguição da sociedade nazista.

As pautas da visibilidade e do direito de amar se fazem presentes nas seguintes falas da personagem Max: "Acho que eu amo você... Não diga a ninguém. [...] Eu amo você... O que há de errado com isto?". Após ser testemunha ocular do assassinato do amigo pelos guardas por mero exercício de crueldade, Max coloca o corpo de Horst em uma vala, onde retorna depois para retirar suas vestes e vestir a camisa com o triângulo rosa. Em seguida, Max muda de postura em relação ao enfrentamento a seus inimigos e fica de frente para a cerca. Essa, por sua vez, pode simbolizar toda a estrutura covarde e agressiva montada contra as pessoas ali aprisionadas. O folder virtual de divulgação do filme, exibido no evento, pode ser observado na figura 4.



Figura 4. Folder virtual do filme *Bent* (1997), exibido no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Fonte: Material de divulgação da sessão “Triângulo Rosa”, Arquivo do Cineclube Diversidade (2014)

Após a exibição do filme, foi realizada a prática da roda de conversa, formada por membros com narrativas subjetivas que marcaram distintas perspectivas a partir de experiências ou opiniões com base em suas próprias vidas. O registro dos trechos das conversações contém as seguintes matérias dignas de nota, por revelar aspectos contextuais relevantes: a) o sentimento de pertença a um grupo é determinado também pela família, pois há uma expectativa no âmbito familiar sobre as pessoas, de modo que a normatização do outro pode ser uma constante fonte de frustração para os familiares e os homossexuais. Estes podem ser muitas vezes vítimas de cobranças, abusos, assédios e/ou abandono emocional; b) a pluralidade das formas de amar pode vir a significar uma ruptura com uma lógica predeterminada das relações entre as pessoas, sendo tal lógica considerada também como política, e que colocaria os indivíduos associados com a diversidade no rol dos provocadores e dos ameaçadores aos padrões estabelecidos; c) a identidade que é reprovada pela sociedade poderia estar mais ligada com a aparência ou apresentação do sujeito resistente à masculinização. Isso ocorreria pelo viés de uma percepção limitada aos modos de comportamentos típicos do chauvinismo masculino ou machismo; d) os casais homoafetivos podem enfrentar situações constrangedoras e de insegurança em ambientes não habituados com diversidades.

Embora as dificuldades narradas a partir da vida sejam uma questão de percepção dos indivíduos sobre ambientes, tempos e circunstâncias distintas, há um ponto em comum entre os discursos sobre a diversidade sexual na sociedade capixaba: os conflitos ou os óbices surgem a partir do momento em que essa diversidade fica visível. Após esse reconhecimento identitário, o conflito entre o visibilizar e o não visibilizar é colocado no cotidiano dessas

peças. Por um lado, os indivíduos homoafetivos podem simular comportamentos considerados heteronormativos para não deixar visíveis as suas condições, evitando assim os mais variados problemas rotineiros e, ao mesmo tempo, amputando uma parte significativa de sua vida. Por outro, se essas pessoas exercessem os seus direitos de livre manifestação fazendo com que a diversidade se tornasse visível, então aquilo que era alvo de estranhamento por ocultação passa a ser entendido no âmbito público e até aceito. Por isso, as questões reivindicatórias da comunidade LGBT estão ligadas com a visibilidade.

Em 2015, no dia 29 de janeiro, houve continuidade da parceria entre o Apees e o Espírito Santo Cineclube Diversidade, que foi somada à participação da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo e do Fórum Estadual LGBT. As práticas realizadas se deram em associação com a efeméride do Dia Nacional da Visibilidade Transsexual e foram exibidos os seguintes filmes: *Trans em ação* (2014), de Fabricio Fernandez, filmado no Espírito Santo; e *Trans*lúcidx* (2013), de Tamiris Spinelli, produzido no Paraná. Agregada à prática de exibição das produções audiovisuais, figurou uma interlocução sobre o procedimento documental e jurídico para que as pessoas transgêneros pudessem ter uma retificação dos seus respectivos registros civis, visando a uma mudança de nome na certidão de nascimento.

Em 2016, o Apees realizou roda de conversa com o tema “A noite das longas facas”, com as seguintes parcerias: Conselho Municipal LGBT de Cariacica; Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil; Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de Vitória; grupo Nuvem (Multivix); organização não governamental Orgulho Gay do Espírito Santo; e projeto Gênero e Diversidade na Escola, vinculado ao Centro de Ciências da Saúde da Ufes. A designação da temática coincide com o título da peça de teatro encenada em 1985, de autoria de Amylton de Almeida (1945-1995), que abordava a personagem Valeska, uma travesti interpretada por Tina Moreira, atual coordenadora do Conselho Municipal LGBT.

Essas práticas marcaram o papel do Apees no que diz respeito aos exercícios dos direitos culturais dos cidadãos e, particularmente, ao direito à identidade. De acordo com Alain Touraine (2006), esse direito cultural é inerente às reivindicações dos sujeitos, para que não sejam desrespeitados, subjugados, desprotegidos, humilhados, ignorados, para defender uma memória coletiva, afirmar uma identidade e para que tenham o direito de ser quem são.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Apees tem contribuído para a consolidação dos direitos culturais, dos valores democráticos como a tolerância, o respeito à diversidade e o reconhecimento da riqueza da cultura local por meio de práticas que envolvem os públicos especiais, isto é, cidadãos em situação de fragilidade e/ou vulnerabilidade. Nesse sentido, em termos qualitativos, o Apees tem atendido os seguintes públicos especiais, por meio dos seguintes tipos de práticas de mediação cultural: a) os pomeranos: envolvidos na efeméride de come-

moração do Dia do Imigrante Pomerano no estado do Espírito Santo, por um itinerário em uma caravela, em uma figuração de roupas que simulam trajes antigos, com concerto de músicas folclóricas, coral e apresentação de dança típica; b) os ciganos Calon: participantes em um encontro regional, em duas rodas de conversa, em uma efeméride para Sara Kali e para o Dia Nacional do Cigano, além de uma exposição de documentos fotográficos; c) os povos Tupiniquim e Guarani: protagonistas da efeméride do Dia do Índio, com exposição de fotos, concerto de coral Guarani, roda de conversa, mostra de artesanato, apresentação de danças tradicionais do povo Tupiniquim, performance de pintura corporal, concerto de música com os instrumentos típicos, mesa-redonda, duas publicações, uma exibição de vídeo, dois debates e dois lançamentos de livros; d) a comunidade LGBT: colaboradores em duas efemérides, duas exibições de filme, três rodas de conversa e uma palestra.

Embora se tenha constatado que essas práticas não foram sistematizadas, as gestões do Apees parecem reconhecê-las como recursos úteis para a consolidação da identidade do órgão como equipamento cultural e lugar de democratização da cultura arquivística, ainda que de forma tênue. Somam-se a isso as potências não exploradas de colaboração da instituição arquivística com órgãos afins, como o Museu Capixaba do Negro, que media culturas afro-brasileiras, com instituições ligadas aos direitos civis e aos indicadores de estatísticas sociais. Conclui-se também que a presença das diversas culturas e, em particular, da cultura Pomerana, da cultura Romani, da cultura Tupi-Guarani e da cultura *queer* decorre diretamente de uma perspectiva da Gestão Lazzaro (1995-2015) e da Gestão Franceschetto (2015-), sobre o lugar do Apees no setor da cultura.

Considera-se que o Apees adotou as linguagens compatíveis com os públicos especiais e buscou conhecer suas realidades, interesses e necessidades, também efetivando um diálogo com os interlocutores dos territórios culturais desses públicos. Isso permitiu o estabelecimento de protagonismos, envolvimento, parcerias, cooperações e participações que foram indispensáveis para a realização das práticas de mediação cultural que atenderam os públicos especiais.

Entende-se, por fim, que o Apees poderia assimilar a mediação cultural como parte das suas atribuições finalísticas com o fundamento de que tal incorporação é juridicamente legítima, pois os direitos culturais associados aos arquivos, como os direitos à identidade, à proteção da diversidade cultural nas expressões plurais nos acervos, à fruição e ao desfrute do patrimônio arquivístico por diferentes segmentos da sociedade, teriam um amparo regimental da repartição. Com isso, o órgão pode vir a se destacar como um lugar de combate à intolerância, ao ódio, ao conflito entre as culturas, aos diversos modos de vida, aos preconceitos, aos erros históricos tais como: o abandono do Estado para com os colonos pomeranos ou a chamada “escravidão branca”; o extermínio indígena; e as perseguições violentas aos ciganos e aos membros da comunidade LGBT. O Apees pode vir a oficializar um dos papéis essenciais das instituições arquivísticas no Estado democrático de direito, que é precisamente atender os direitos culturais combatendo a sonegação a esses direitos por via de práticas de mediação.

Referências

- ALDABALDE, Taiguara. *Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- BILICH, Jeanne; RODRIGUES, Márcia. Amylton de Almeida: “o guerreiro dos ideais” pela liberdade, democracia e cidadania (1980-1989). *Revista Ágora*, Vitória, n. 2, p. 1-32, 2005.
- CHAVE, Isabelle. Pourquoi valoriser les archives? La problématique en 2010. In: HIRAUX, F.; MIRGUET, F. (org.). *La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations*. Louvain: L'Harmattan, 2012. p. 51-64.
- DUFF, Wendy. Mediação arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Tradução de Anderson Martins. Revisão técnica de Heloísa Bellotto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.
- FLINN, Andrew. Archives and their Communities: Collecting Histories, Challenging Heritage. In: DAWSON, Graham (ed.). *Memory, Narrative and Histories: Critical Debates, New Trajectories. Working Papers on Memory, Narrative and Histories*, University of Brighton, n. 1, jan. 2012.
- FONTAN, Jean-Marc. De l'action à la médiation culturelle: une nouvelle avenue d'intervention dans le champ du développement culturel. *Cahiers de l'action culturelle*, Laboratoire d'animation et recherche culturelles, Montréal, Université du Québec à Montréal, v. 6, n. 2, p. 4-14, 2007.
- FOURCADE, Marie-Blanche. *Cultural Mediation and its Keywords: Glossary*. Tradução de Käthe Roth. Montreal: s.ed., 2014.
- GALLAND, Bruno. Quel avenir pour la terminologie archivistique? *La Gazette des archives*, Paris, v. 196, Déontologie, accès aux archives, terminologie, archives orales des archives, p. 79-93, 2004.
- GUIGUENO, B.; PÉNICAUT, E. *Qui sont les publics des archives: Enquête sur les lecteurs, les internautes et le public des activités culturelles dans les services publics d'archives (2013-2014)*. Paris: Direction générale des patrimoines, Direction des archives de France, 2015.
- HARTUWIG, Adriana. *Professores(as) pomeranos(as): um estudo de caso sobre o Programa de Educação Escolar em Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.
- HAYES, Michael. *Road Memories: Aspects of Migrant History*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2009.
- HEYNEMANN, Cláudia (ed). *Glossário de história luso-brasileira*. Provisão de d. José I. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=501&sid=72>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- HOTTIN, Christian. Archives (orales) et ethnologie: une relation particulière? *La Gazette des archives*, Paris, v. 211, Les archives orales: bilan, enjeux et perspectives, p. 169-179, 2008.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. *Archivum* (International Review on Archives), Munchen; New Providence; London; Paris, v. 44, 1999.
- JAMMET, Yves. La médiation au service des publics: les enjeux, les moyens, les expériences: réfléchir le projet culturel et la médiation? Quelles stratégies pour l'action culturelle? In: *Actes du colloque "Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des Archives?"*, 1 et 3 juin 2005, Hôtel de Ville de Lyon. Paris: La documentation Française, 2007.

KLUMPENHOUWER, Richard. The MAS and After: Transubstantiating Theory and Practice into an Archival Culture. *Archivaria*, Ottawa, n. 39, 1995.

LEMAI, Yvon. Comment valoriser? Les options possibles et leurs implications. In: HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise (ed.) *La valorisation des archives: une mission, des motivations, des modalités, des collaborations*. Louvain-la-Neuve: Academia L'Harmattan, 2012.

MONSMA, Karl; BOSENBECKER, Patrícia. A privatização de funções do Estado, a exploração dos imigrantes e conflitos nas colônias particulares. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 38, 2014, p. 1-22. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt23-1/9039-a-privatizacao-de-funcoes-do-estado-a-exploracao-dos-imigrantes-e-conflitos-nas-colonias-particulares/file>>. Acesso em: 22 ago. 2017.

PEREIRA, Cristina. Ciganos: a oralidade como defesa de uma minoria étnica. *Oralidad – anuario para el rescate de la tradición oral de América Latina y el Caribe*, La Havana, Oficina Regional de Cultura de la Unesco para América Latina y el Caribe, n. 4, v. 1, p. 34-39, 1992.

ROCH, Nadia. Pour une reconsidération des archives de gestion et d'opération de la Cinémathèque suisse (CS) Mise en place d'un calendrier de conservation: étapes et enjeux. *Information-swissenschaft, Theorie, Methode und Praxis*, Bern, ed. 3, n. 1, 2014.

SCHNEIDER, Rebecca. Performance Remains. *Performance Research* (a Journal of the Performing Arts), v. 6, n. 2, 2001.

TEIXEIRA, Rodrigo Corrêa. *História dos ciganos no Brasil*. Recife: Núcleo de Estudos Ciganos, 2008.

THOMPSON, Barbara. *Entre cruzeiros e o túmulo da cigana Kostichi: símbolos demarcadores de memórias sociais e identidades religiosas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vitória, 2017.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 2006.

UNESCO. *Histoire de l'humanité: Le XXe siècle – de 1914 à nos jours*. Paris: Éditions Unesco, v. VII, 2009. (Collection Histoire plurielle).

VELA, Susanna. Tipología de actividades. In: ALBERCH, Ramon; BOIX, Lurdes; NAVARRO, Natália; VELA, Susanna. *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón: Ediciones Trea, 2001. p. 159-163.

Recebido em 6/12/2017

Aprovado em 7/3/2018

ACESSIBILIDADE CULTURAL NO BRASIL
NARRATIVAS E VIVÊNCIAS EM AMBIENTES SOCIAIS
CULTURAL ACCESSIBILITY IN BRAZIL
NARRATIVES AND EXPERIENCES IN SOCIAL ENVIRONMENTS

OLIVEIRA, Francisco Nilton Gomes de; HOLANDA, Gerda de Souza; DORNELES, Patrícia Silva; MELO, Juliana Valéria de (org.). *Acessibilidade cultural no Brasil: narrativas e vivências em ambientes sociais*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2016. ISBN: 978-85-5996-161-4.

MARIA HELENA SILVA | Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Acessibilidade Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora titular do Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

De início, torna-se importante destacar que esta publicação foi gestada por discentes e docentes da segunda turma do curso de especialização em acessibilidade cultural, promovido pelo Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em convênio com o Ministério da Cultura (MinC). Trata-se de coletânea de artigos, organizada por Francisco Nilton Gomes de Oliveira, terapeuta ocupacional e professor adjunto da UFRJ; Gerda de Souza Holanda, pedagoga; Patrícia Silva Dorneles, professora adjunta da UFRJ, terapeuta ocupacional e coordenadora do curso de especialização em acessibilidade cultural; e Juliana Valéria de Melo, terapeuta ocupacional e professora assistente da UFRJ.

Convém discorrer um pouco sobre esse fortuito encontro de ideias, discussões e aprendizagens que, somadas, compõem o curso de especialização em acessibilidade cultural. Iniciado em 2013, tem como objetivo formar profissionais para atuar no campo das políticas culturais, orientando e produzindo conteúdos, ferramentas e tecnologias de acessibilidade que ofereçam oportunidade às pessoas com deficiência de desfrutar e produzir arte e cultura.

Abro um parêntese para salientar que, na busca por compreender a origem da deficiência, as religiões forneceram as primeiras explicações: castigo de Deus, carma, punição. Acreditava-se, assim, que era possível reverter essa situação por meio de milagres. Com o advento da ciência, na modernidade, a biologia e a medicina forneceram outras explicações que associavam a deficiência às causas orgânicas e a expectativa do milagre deu lugar à da cura.

A deficiência, no entanto, é concebida como um fenômeno social, ou seja, é forjada na interação entre o indivíduo e seu ambiente, gerando preconceito e práticas discriminatórias. Acessibilidade, então, é bandeira de luta, de mobilização que objetiva a conquista de direitos inalienáveis, dentre os quais, o de fruir e produzir arte e cultura. Segundo Mazzota;

D'Antino (2011), no passado estes direitos eram considerados secundários para as pessoas com deficiência.

Retomemos, então, o livro *Acessibilidade cultural no Brasil: narrativas e vivências em ambientes sociais*. A coletânea é composta por nove artigos que expressam esse *saber-fazer*, a indissociabilidade entre teoria e prática.

O primeiro deles, denominado "Acessibilidade no Museu de Arte da UFC (MAUC): práticas e possibilidades", foi produzido por Gerda de Souza Holanda e Francisco Nilton Gomes de Oliveira. Trata-se da descrição de trabalho realizado em equipamento museológico pertencente à Universidade Federal do Ceará (UFC), que objetivou avaliar as condições de acessibilidade, com base em fichas elaboradas pelo Núcleo de Design Gráfico Ambiental da UFRGS. Os autores discorrem sobre a temática acessibilidade no Brasil, sobre a política de acesso em museus, seguida por uma seção que trata de ações inclusivas nesse espaço, tendo como parâmetros acesso, percurso interno e percepção nas exposições.

O segundo artigo, "Acessibilidade em jogos eletrônicos", de Rafael da Silva e Miryam Bonadiu Pelosi, tem como foco as políticas públicas que tornam acessíveis esses jogos, os quais atraem pessoas de diferentes idades e movimentam bilhões de dólares em todo o mundo, conforme salientam os autores. Aspectos ligados à geração de trabalho e à produção de conhecimento científico, tecnológico e artístico também são tratados nessa abordagem, assim como a indústria nacional. Contém, ainda, a descrição do perfil das empresas desenvolvedoras desses produtos, das políticas de acessibilidade para o público com deficiência em que são mencionadas normativas que as fundamentam.

O terceiro artigo, intitulado "Narração audiodescritiva e a experiência de pessoas com deficiência visual em estádio de futebol", elaborado por Mauana Simas de Meira Leite e Francisco Nilton Gomes de Oliveira (p. 76) tem como finalidade "gerar um guia de suporte para narradores audiodescritivos de futebol". Apresentada como uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma a linguagem não verbal em verbal, seu emprego é comum quando se trata de espetáculos teatrais, filmes, museus, danças e artes visuais. O leitor tem a oportunidade de compreender a importância desse recurso de acessibilidade, bem como do futebol no processo de construção da identidade nacional.

"O sarau e a deficiência visual: um relato de experiência". Esse é o quarto artigo contido nesse livro, escrito por Maria Isabel da Silva Oliveira e Juliana Valéria de Melo. As autoras fazem uma narrativa da organização e promoção de saraus de arte, realizados em uma biblioteca situada numa instituição do Ministério da Educação (MEC), que desenvolve serviços de educação e reabilitação de pessoas com deficiência visual. As autoras apresentam um histórico sobre saraus com base em experiências realizadas no período de 2005 a 2015, extraído de fontes documentais, incluindo uma descrição permeada de afetividade e trocas simbólicas.

O quinto artigo versa sobre "A Experiência da residência cultural como iniciativa para a atuação da terapia ocupacional em museus", de Mariana de Souza Mello Ferreira, Fernanda da Silva Ferreira Garcia, Melissa Ribeiro Teixeira e Patrícia Silva Dorneles. Interessante abordagem sobre a trajetória histórica da terapia ocupacional, seguida da menção dos aspectos

metodológicos da pesquisa que originou esse trabalho: o relato de experiências de residentes culturais, tendo como delimitação temporal o período de abril de 2015 a fevereiro de 2016. Os procedimentos adotados foram a observação participante e o caderno de campo. Como *locus* da residência, o Museu da Geodiversidade, criado em 2007, na UFRJ.

O sexto artigo tem como temática "A inclusão da disciplina acessibilidade cultural no bacharelado de produção cultural do IFRJ – campus Nilópolis", tendo como autoras Renata Silêncio de Lima e Cláudia Reinoso Araújo de Carvalho. O objetivo dessa abordagem é "demonstrar como se deu a construção e a aplicabilidade da disciplina optativa de acessibilidade cultural para o curso de bacharelado em produção cultural e apresentar os resultados da avaliação dos alunos acerca da disciplina" (p. 174).

"Arte/educação e acessibilidade cultural: uma encruzilhada epistemológica", de Emerson de Paula Silva e Verônica de Andrade Mattoso, é o sétimo artigo dessa coletânea. Uma proposta triangular de ensino da arte, tendo como fundamento o conceito de arte/educação, museu e centro de memória é apresentada pelos autores, antes de tratar sobre acessibilidade cultural. Esses dois últimos equipamentos se constituem como espaços de desenvolvimento da cultura de inclusão. Enfim, a leitura desse artigo é uma oportunidade de potencializar esses espaços culturais, a partir da utilização de recursos de acessibilidade, objetivando intensificar a interação entre as diferentes pessoas, com e sem deficiência.

O oitavo artigo, "Mato Grosso do Sul: presente e futuro da acessibilidade cultural", tem como autores Ivone Ângela dos Santos, Verônica de Andrade Mattoso e Francisco Nilton Gomes de Oliveira. Inicialmente, é feita uma breve descrição sobre a origem desse estado brasileiro e sua cultura. São apresentados os dados populacionais e o quantitativo de municípios que o compõem. De um total de 79 municípios, nove foram utilizados como *locus* da pesquisa que objetivou "investigar o entendimento dos gestores públicos de cultura sobre o tema acessibilidade cultural" (p. 250). Os resultados apresentados evidenciam que o conhecimento dos gestores públicos sobre essa área é ainda incipiente.

O último artigo, "Acessibilidade audiovisual para além do cinema: o Centro Técnico Audiovisual (CTAv) do Rio de Janeiro como espaço de visitação e disseminação de conhecimento", é de autoria de Débora Antonia Araújo Palmeira de Barros e Beatriz Akemi Taketti. As autoras apresentam o CTAv, como "ambiente de guarda e preservação de material fílmico, que também estimula a difusão e a produção de filmes brasileiros, além de fomentar atividades de pesquisa cinematográfica" (p. 302). A seguir, descrevem as intervenções que foram feitas nesse espaço com base no conhecimento obtido em duas disciplinas do curso de acessibilidade cultural, denominadas exposição acessível I e II. Tais intervenções possibilitaram aos visitantes apreender o acervo para além do visto e ouvido, à medida que puderam utilizar o toque, o olfato, as emoções e as sensações pessoais.

Esta coletânea de textos sobre acessibilidade cultural abre inovadoras perspectivas de democratização da cultura e inclusão social da pessoa com deficiência, tendo como diferencial as vivências e narrativas de quem, ao iniciar o curso, possuía um conhecimento incipiente sobre a problemática vivida por esse grupo minoritário. Paulatinamente, as disciplinas desvelam as realidades vividas, ao mesmo tempo em que oferecem vários desafios que di-

namizam o aprendizado, possibilitando trocas significativas entre os participantes advindos de vários lugares do Brasil. Sem dúvida alguma, trata-se de uma obra que merece ser lida, até porque o mercado editorial carece de produções similares.

Referências

AMARANTE, Paulo; LIMA, Ricardo (coord.). *Nada sobre nós sem nós*. Relatório final. Oficina Nacional. Rio de Janeiro: Laps, 2009.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira; D'ANTINO, Maria Eloisa Famá. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 2, n. 2, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v20n2/10.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

SILVA, Marina Helena Chaves et al. Política de formação de especialista em acessibilidade cultural para pessoas com deficiência. In: III SEMINÁRIO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DIVERSIDADE CULTURAL. 3., 2014. *Anais...* Salvador, v. 1. Disponível em: <https://diversidadeculturaldotorg1.files.wordpress.com/2014/07/spdc14_ana-cecilia-chaves-silva-et-al.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

Recebido em 22/9/2017

Aprovado em 27/2/2018

FRAGMENTOS DA DOR

VIOLÊNCIA RACIAL E ÉTNICA NO CINEMA BRASILEIRO NO CREPÚSCULO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1979-1985)

FRAGMENTS OF PAIN

RACIAL AND ETHNIC VIOLENCE IN BRAZILIAN CINEMA IN THE END OF THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1979-1985)

PEDRO VINICIUS ASTERITO LAPERA | Docente do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador da Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Doutor em Comunicação pela UFF, com estágio pós-doutoral em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

RESUMO

Este artigo aborda a circulação das memórias de violência racial/étnica praticada pela ditadura civil-militar, que foram divulgadas a partir da fase de sua distensão. Três filmes são analisados: *O homem que virou suco* (João Batista de Andrade, 1980); *Mato eles?* (Sérgio Bianchi, 1982) e *O dia em que Dorival encarou a guarda* (Jorge Furtado e José Pedro Goulart, 1985).

Palavras-chave: cinema brasileiro; memória; censura.

ABSTRACT

This article analyzes the movement of the memories about racial/ethnic violence practiced by the civil-military dictatorship, which were released from the phase of its distension. Three films will be focused: *O homem que virou suco* (João Batista de Andrade, 1980); *Mato eles?* (Sérgio Bianchi, 1982) and *O dia em que Dorival encarou a guarda* (Jorge Furtado and José Pedro Goulart, 1985).

Keywords: Brazilian cinema; memory; censorship.

RESUMEN

Este artículo aborda la circulación de las memorias de la violencia racial/étnica practicada por la dictadura civil-militar, que fueron divulgadas a partir de su distensión. Tres películas serán analizadas: *O homem que virou suco* (João Batista de Andrade, 1980); *Mato eles?* (Sérgio Bianchi, 1982) y *O dia em que Dorival encarou a guarda* (Jorge Furtado y José Pedro Goulart, 1985).

Palabras clave: cine brasileño; memoria; censura.

INTRODUÇÃO

“É inútil acreditar que podemos sair curados de vinte anos como aqueles que passamos. Os que foram perseguidos nunca mais reencontrarão a paz”. Assim Natalia Ginzburg inicia em *O filho do homem* a recordação do período de perseguição imposta pelo fascismo italiano aos judeus, em consonância com as políticas de limpeza étnica da Alemanha nazista. No conto, a cura impossível do trauma é acompanhada pela necessidade de rememorar e, em um momento seguinte, tornar pública essa memória fraturada e difícil de ser cicatrizada após os testemunhos do horror.

O exemplo limite das memórias do extermínio dos judeus pelos regimes totalitários europeus dos anos de 1930 e 1940 revelou-se fundamental para o debate sobre episódios de violência racial e étnica empreendidos pelos Estados nacionais (Huysen, 2014) e encontraria eco em diversas oportunidades, por ocasião de tornarem públicos fatos relacionados à perseguição de cunho étnico-racial ocorridos em diferentes lugares e momentos históricos.

No caso brasileiro, o regime vitorioso após o golpe civil-militar de 1964 empreendeu diversas perseguições de cunho político, econômico e social visando eliminar opositores do debate público. Nesse processo, o projeto do nacional-desenvolvimentismo surgiu como o guia de um conjunto de políticas públicas voltadas para o culto do sentimento nacionalista e o progresso da nação brasileira (Guimarães, 2002), desconsiderando aspectos relacionados a identidades de grupos específicos.

Durante a fase da “abertura”, proposta pelo general Ernesto Geisel e aprofundada por seu sucessor, general João Figueiredo, à medida que se aproximava o fim da ditadura civil-militar e, por consequência, o enfraquecimento de uma de suas instituições de base (a censura), vários filmes brasileiros dos anos de 1980 começaram a abordar episódios bastante incômodos a esse regime, e alguns deles detiveram-se especificamente sobre episódios de violência material e simbólica de cunho étnico-racial.

No presente artigo, pretendemos analisar três filmes e os processos administrativos guardados no arquivo da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP): *O homem que virou suco* (João Batista de Andrade, 1980); *Mato eles?* (Sérgio Bianchi, 1982) e *O dia em que Dorival encarou a guarda* (Jorge Furtado e José Pedro Goulart, 1985). *O homem que virou suco* narra a perseguição a um repentista nordestino, confundido com um operário que matou seu patrão em uma cerimônia do Dia do Trabalho. *Mato eles?* recorda o genocídio contra índios Xetá por meio da construção de uma indústria de extração de madeira dentro de uma reserva indígena no Paraná. Por sua vez, *O dia em que Dorival encarou a guarda* focaliza a violência a que a população negra era/é submetida no sistema penitenciário brasileiro.

O arquivo da DCDP, formado pelo arquivo permanente do órgão extinto com a Constituição de 1988, encontra-se sob a guarda do Arquivo Nacional, em Brasília, contando com documentos referentes a processos administrativos de censura referentes a cinema, teatro, música, livros e televisão, além do arquivo administrativo do órgão.

É importante recordar que a DCDP era vinculada à Polícia Federal que, por sua vez, era subordinada ao Ministério da Justiça, o que implica dizer que o processo de censura de um

filme passava por várias etapas, havendo a possibilidade de pedidos de reconsideração à chefia do órgão e de recursos administrativos ao chefe da Polícia Federal, ao ministro da Justiça e, finalmente, ao Conselho Superior de Censura, que proferia a decisão final sobre as possibilidades de um filme vir a ser exibido. Tal estrutura encontra-se fartamente documentada nos processos de censura dos filmes guardados pelo Arquivo Nacional, refletindo, inclusive, a disposição dos processos administrativos em séries documentais distintas para o público, embora tenham sido preservadas a unidade e a organicidade.

As questões que irão nortear este artigo são: a) de que modos os filmes operam a mediação entre as memórias dos grupos marginalizados e o público de cinema? e b) de que modos as instituições estatais (DCDP e Embrafilme, empresa estatal que financiou e distribuiu os filmes abordados) avaliaram essas obras? Essas questões se inserem no debate sobre memórias dos grupos racial e etnicamente perseguidos pela ditadura civil-militar e como episódios traumáticos referentes a elas começaram a ressurgir no final do regime.

A hipótese com que iremos trabalhar pode ser localizada no fato de que alguns aspectos da memória nacional, divulgados pelo projeto nacional-desenvolvimentista adotado pela ditadura militar, passaram a ser contestados pela presença das memórias traumáticas ligadas aos episódios de violência e/ou de extermínio vivenciados por esses grupos dominados. É importante considerar que tanto os filmes quanto suas avaliações juntamente à burocracia estatal e à recepção crítica encontram-se dentro do *trabalho de enquadramento da memória* (Pollak, 1989) desses grupos.

EXPOSIÇÕES E CERCEAMENTOS NO ESPAÇO PÚBLICO BRASILEIRO EM TORNO DAS MEMÓRIAS DOS GRUPOS DOMINADOS

Antes de passarmos à análise dos filmes, é necessário afirmar que nosso artigo situa-se no mesmo esforço mencionado por Michael Pollak de tentar compreender as formas pelas quais as diferentes memórias dos grupos dominados passam a relacionar-se com as narrativas nacionais e com o controle exercido na produção cultural pelo Estado brasileiro. Nas palavras do autor:

Essa memória “reprimida” e portanto “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...] (Pollak, 1989, p. 5).

Além de Pollak, a abordagem de Robert Darnton (1990) percebe nas narrativas cinematográficas a construção de um “duplo” que permite às memórias dos grupos marginalizados ganhar a cena pública por meio de alegorias e metáforas que incidem sobre sua

experiência. Ao analisar o filme *Danton*, adaptação histórica do cineasta Andrezej Wajda, o autor conecta-o ao momento da queda do regime comunista na Polônia, que, embora iminente, ainda resistia por meio do controle da informação. Darnton aponta que as diferenças de leitura em torno da narrativa do filme pelos públicos francês e polonês não são casuais, uma vez que

os fatos não falam por si só. O filme pode ser visto de maneiras completamente diferentes. Não foi o mesmo em Varsóvia e em Paris. Sua capacidade de gerar um duplo sentido sugere que o próprio significado é modelado pelo contexto e que a significação da Revolução Francesa nunca se esgotará (Darnton, 1990, p. 62-63).

Assim, o autor explicita o papel de mediação que as narrativas cinematográficas exercem entre a memória dos grupos marginalizados e o público. Apropriando-nos dessa discussão, podemos iniciar nossa análise ponderando que, no caso do cinema brasileiro, a construção de uma marginalidade equiparável à segregação étnica, a literatura de cordel como forma privilegiada de situar os protagonistas de uma trama e os custos da modernização projetada pela ditadura civil-militar foram os *plots* da narrativa apresentada no longa-metragem *O homem que virou suco*, de João Batista de Andrade. Rodado em 1979 e apresentado ao público no ano seguinte, o filme constrói sua narrativa em torno de dois personagens nordestinos interpretados pelo mesmo ator (José Dumont): Severino e Deraldo.

Em linhas gerais, é possível afirmar que a estética do filme situa-se no limite entre o documentário e a ficção. Embora se apresente como uma narrativa ficcional, em vários momentos faz apelo a procedimentos de documentário, tais como a interação do ator principal com não atores e a filmagem de externas em lugares públicos que remetem à sociabilidade dos nordestinos das classes populares em São Paulo.

O primeiro protagonista, após ganhar um prêmio de “operário-padrão”, esfaqueia seu patrão diante de um auditório lotado. Já o segundo, repentista-poeta, não possui emprego fixo e encontra dificuldades de adaptação em São Paulo. Como a foto de Severino circula pelos jornais paulistas, Deraldo passa a ser confundido com o assassino e perseguido pela polícia, o que o obriga a fugir.

Articulando um repertório cultural com o qual possuía familiaridade, o protagonista constrói sua trajetória nesse cenário inóspito. Ao tentar vender as brochuras com seus poemas de cordel em uma esquina movimentada de São Paulo, um fiscal interpela Deraldo sobre a autorização da prefeitura para estar ali. Ante a negativa, o fiscal apreende o material proferindo várias vezes a frase “isso aqui é São Paulo, não é Nordeste!”, implicitamente opondo o regime de leis e de burocracia (São Paulo) a uma ideia de “terra sem lei” que o Nordeste representa em sua fala. Assim, há um choque entre as práticas culturais articuladas por Deraldo e o etnocentrismo da fala do fiscal.

Na sequência seguinte, quando Deraldo é perseguido pela polícia em sua própria casa, os policiais reiteradamente o diminuem pela sua condição de nordestino. Ao tentar argumentar que o nome do assassino é diferente do seu, é retrucado com escárnio: “Esses nomes

desses paus de arara são tudo Silva". E, por não ter documento, os policiais insistem em levá-lo preso. Não cumprindo a exigência legal, Deraldo encontra-se em uma zona na qual um julgamento arbitrário de um agente estatal é capaz de rebaixar ainda mais a sua condição. Nesse ponto, a indignação social pode rapidamente transformar-se em encarceramento ilegal. E, novamente, o policial debocha: "Pau de arara e sem documento, você é um descarado!". Logo, há o acionamento de uma fronteira regional que ganha um aspecto étnico (Barth, 1998) justamente por ironizar esse repertório cultural de Deraldo (pelo fiscal) e também de um *tropos* racial, por apelar ao fenótipo na segregação (pela polícia).¹

A ordem de prisão é repetida pelo policial, mas Deraldo aproveita-se de um momento de distração e foge, no que é bem-sucedido. Sendo a quantificação dos sujeitos uma marca do discurso racista e etnocêntrico, na medida em que ela é um pressuposto para o controle da população, o seu contraponto – o anonimato – é usado por Deraldo em sua trajetória de reinserção no espaço urbano após a fuga. Enquadrados no projeto de modernização conservadora empreendido pela ditadura, os postos tradicionalmente ocupados por nordestinos pobres em sua adaptação a São Paulo – serviços braçais como operário, porteiro, empregado doméstico, carregador – vão aos poucos surgindo em sua trajetória.

A recusa ao lugar de subalterno por Deraldo passa pela não adaptação a esses postos e, principalmente, pela contestação perante os chefes. Em todos os empregos, viu-se no meio de situações de conflito por essa recusa: discute com o chefe dos carregadores no mercado municipal; humilha o mestre de obras tirano e desonesto que explorava os operários de uma construção. Contratado como empregado doméstico, entra no meio da festa de uma jovem de classe alta, onde é humilhado pela dona da casa que reage à violação da regra social implícita de que patrões e empregados não podem ter as mesmas redes de sociabilidade. Em resposta, Deraldo demite-se e rouba o bife do "cachorro viado", uma paródia ao tratamento sub-humano a que é submetido. A memória da segregação imposta aos retirantes nordestinos aparece, então, na inadequação do protagonista nesses postos de trabalho e na negociação dele com seus chefes, o que muitas vezes desencadeia conflitos.

O ápice da opressão em torno do repertório cultural de Deraldo está no momento em que ele é contratado como operário do metrô de São Paulo. Juntamente a outros recém-contratados, é obrigado a assistir a um vídeo no qual há a depreciação dos nordestinos a partir do protagonista, apresentado por um registro híbrido entre o vaqueiro e o cangaceiro.

Por meio da fala do funcionário do RH do metrô momentos antes da projeção, há a paródia ao discurso do nacional-desenvolvimentismo: "Como vocês sabem, a obra é da maior importância para São Paulo e para o país". Essa paródia é continuada pelo enquadramento do operário nordestino feito pelo vídeo e seu sentido completa-se com a explicitação de seu etnocentrismo e de seu lugar na manutenção de uma segregação de cunho regional/étnico.

1 A ideia de analisar a segregação aos nordestinos em comparação com o preconceito experimentado no cotidiano pela população negra foi-nos apresentada por Guimarães (2002).

Nesse “filme dentro do filme”, em que a opressão é encenada, várias aquarelas são acompanhadas de uma voz em *off*. “Este é Antônio Virgulino da Silva. Cabra macho. Valente. Campeão de todas as vaquejadas, era sempre respeitado”. O homem nordestino é apontado como tendo uma masculinidade primitiva que precisa ser refinada pela grande cidade, um verdadeiro processo civilizador (Elias, 1994). Em seguida, o trabalho de representação (Hall, 1997) do vídeo apaga as condições da expropriação rural dos retirantes nordestinos, mostrando a ida do protagonista para a grande cidade apenas como um mero “desejo de domar uma cobra gigante” – metáfora do espaço urbano em seu crescimento descontrolado –, enquanto estão ausentes os conflitos de terra resultantes da concentração fundiária e as arbitrariedades a que os nordestinos pobres eram submetidos por líderes locais.

A resistência ao lugar de subalterno e à exploração do trabalho braçal – algo defendido por Deraldo – é ridicularizada na projeção. A memória dos retirantes nordestinos é enquadrada pelo vídeo de um modo conservador, visando à manutenção das desigualdades e justificando moralmente tal exploração. Ao final, é visível o incômodo dos operários perante o filme, mas só Deraldo rebela-se chutando uma cadeira. Depois, em um almoço no refeitório, o protagonista encontra uma barata na comida e se revolta diante dos colegas, no que é contido pelos policiais presentes no recinto.

Os censores da DCDP, já no momento político da distensão, destacaram as consequências das mudanças na estrutura rural para a vida dos nordestinos:

Drama urbano que focaliza as dificuldades de um poeta paraibano diante das injunções de uma sociedade injusta. Em seu desenrolar, são questionados os motivos que levam o nordestino a evadir-se de sua terra, na ilusão da cidade grande. Constitui-se em uma crítica de teor socioeconômico, evidenciando o esmagamento do homem nos grandes centros urbanos, em consequência da migração desenfreada.²

Diante disso, a crítica de cinema também não seria indiferente à confusão feita entre o poeta e um operário-padrão que acabara de assassinar um industrial. E reitera a mudança na postura do intelectual de esquerda quanto à composição das personagens advindas da cultura popular: “*O homem que virou suco* realiza o legítimo cinema popular, pois devolve à personagem central a necessária vida própria para que possa por si só encontrar os conflitos e se conscientizar através de sua interferência com os mecanismos que a oprime [sic]” (Capuzzo, 1981).

A linguagem verbal violenta presente no filme não passaria despercebida pela censura, que, aproveitando-se disso, tenta justificar o veto para exibição na tevê:

2 Parecer n. 4.721/80. Disponível em: <<http://www.memoriacinebr.com.br>>. Acesso em: 12 set. 2016. O projeto Memória CineBR foi desenvolvido pela profa. dra. Leonor Bianchi, por ocasião da pesquisa para sua tese de doutorado. A autora disponibilizou para o público fac-símiles da documentação dos processos administrativos da DCDP, especificamente sobre filmes brasileiros, uma importante iniciativa de divulgação de acervos públicos na internet.

Linguagem: a implicação principal na ordem censória reside nos diálogos contidos no filme. A fim de dar maior realismo, os realizadores utilizam a linguagem dos segmentos marginalizados da população. [...].

Mas deve a autoridade censória tomar em consideração a realidade do veículo televisivo. Por isso, sugerimos a não liberação do filme com base na legislação supramencionada.³

Mesmo assim, após um jogo burocrático, o filme foi liberado para a televisão, com a restrição de ser veiculado após as 23h.

Essa linguagem violenta não impediu que a literatura de cordel assumisse um lugar de autoridade como forma narrativa, sobretudo quando Deraldo compõe o poema “O homem que virou suco”, sobre um nordestino “triturado” pela máquina da cidade. O uso da música no engajamento afetivo do espectador (Freire, 2007) no filme seria exposto na cena posterior à fuga de Deraldo. A luz do carro da polícia faz evidenciarem-se os rostos e os corpos dos nordestinos que moram na mesma favela do protagonista, ao som da música *Bate com pé xaxado*, de Vital Farias. A cartografia afetiva do Nordeste presente no acionamento do repertório musical é mostrada como alterada negativamente, como perda.

O subdesenvolvimento é mostrado a partir da racialização de seus aspectos étnicos e regionais, uma clara estratégia de dominação que despersonaliza os sujeitos dos grupos dominados, ao mesmo tempo em que reafirma a dimensão econômica desse processo. A encenação de uma memória subterrânea aparece aqui como uma forma de resistir à “máquina de triturar” paulistana e, ao mesmo tempo, de denunciar os custos do projeto nacional-desenvolvimentista adotado pela ditadura e de mostrar quais eram os grupos explorados por ele.

Relembrando os custos desse mesmo projeto, mas abordando o caso das populações indígenas, foi produzido o documentário média-metragem *Mato eles?* (Sérgio Bianchi, 1982). Com roteiro baseado na tese do antropólogo Jacó Piccoli, esse filme tem como narrativa a retomada de alguns pontos na memória em torno do genocídio contra as populações indígenas, a partir de um fato insólito: a construção de uma indústria de extração de madeira dentro de uma reserva indígena administrada pela Funai (Fundação Nacional do Índio).⁴

O filme vale-se do procedimento retórico de perguntas sistematicamente feitas aos entrevistados, aos espectadores e ao próprio diretor em torno de uma questão limite: até que ponto é moralmente possível documentar e rememorar o genocídio?

No início, há o depoimento de um bispo católico (na verdade, um ator) – dom Albano Cavallin – a partir de uma pergunta do diretor a respeito do papel da Igreja nesse genocídio. A isso, o bispo responde: “A Igreja é uma mãe. Eu penso que se todos os pais fizerem uma análise de sua educação, eles vão encontrar alguns problemas”. A sequência é encerrada com o bispo inclinando-se para frente e uma inserção sonora de aplausos. Em sua montagem, *Mato eles?* ironiza o papel educativo e civilizatório que a Igreja clama para si, situando-o como um

³ Parecer n. 2.733/82. Disponível em: <<http://www.memoriacinebr.com.br>>. Acesso em: 12 set. 2016.

⁴ A Funai é o órgão responsável pela administração das reservas indígenas brasileiras.

dos pontos da memória traumática em torno do genocídio indígena e como a origem das conturbadas relações interétnicas entre brancos e índios.

Aos poucos, o papel da montagem no filme revela-se fundamental para a construção da abordagem irônica direcionada aos agentes do genocídio e, sobretudo, às suas instituições e aos seus argumentos. Por meio de uma montagem paralela, há a relação entre uma aula do antropólogo Jacó Piccoli, um documentário sobre os índios Xetás, de 1957, e a filmagem do único índio Xetá sobrevivente, produzida por Bianchi. Na aula, o antropólogo narra que há esse único índio no Paraná e, em seguida, surgem na tela os créditos (ironicamente inseridos) de “Sérgio Bianchi apresenta” e “O último Xetá” ao som da ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes.

Planos de um documentário feito por uma expedição científica em 1957 foram inseridos como a “primeira parte” no contato com os Xetás. Nesses planos, índios são mostrados em sua vida na serra dos Dourados. Após isso, quatro planos do único índio Xetá sobrevivente são mostrados, sendo que ele está em diferentes posições (de frente, de lado e de costas), e o diretor aparece dando as instruções para captá-lo, em paralelo à locução do professor explicando que “não, você está equivocado. Xetás existem de cinco a seis indivíduos”.

Na sequência descrita, a ironia articulada pela montagem de *Mato eles?* é dirigida ao saber acadêmico que atua na documentação do genocídio indígena. Valendo-se de um personagem importante nas ficções de fundação (Sommer, 2004), Bianchi apropria-se de uma obra do século XIX (a ópera de Carlos Gomes), que usa o ideal nativista em torno do índio para potencializar a sua encenação paródica do extermínio, e a estende à relação entre o espectador e o gênero documental. Aliás, o próprio gênero torna-se um testemunho do genocídio por meio das imagens do documentário realizado em 1957 e recuperado em *Mato eles?*.

O tom continua na sequência seguinte, na qual a mesma ópera é usada para inserir os créditos “Sérgio Bianchi apresenta” e “Os guaranis”. Contrastando com o épico da música, várias mulheres e crianças índias são mostradas em trajes pobres e algumas visivelmente subnutridas. Palafitas e uma tenda de artesanato à beira da estrada também são focalizadas pela câmera, ressaltando a situação de miséria e mendicância a que os índios foram reduzidos. Assim, confronta-se a memória nacional – cujo referente é a obra de Carlos Gomes – cultuada pelo regime militar com a memória sobre o genocídio indígena e suas consequências no presente.

O choque entre a trilha sonora e as imagens concede ao filme um aspecto farsesco que é ampliado nas partes seguintes, em que há o relato da existência de uma usina de extração de madeira no interior de uma reserva indígena. Várias panorâmicas mostram a paisagem da reserva devastada para, em seguida, um funcionário da Funai ser confrontado pelo diretor em uma entrevista. Aos questionamentos de Bianchi, o funcionário responde que a reserva é administrada pelos índios e que a extração é uma atividade lucrativa para eles.

Ampliando a dimensão farsesca da narrativa, durante a entrevista com o funcionário, inserções sonoras com barulhos de caixa registradora e cifras aparecem na imagem para ressaltar o lucro com a exploração dos índios. Em seguida, há uma performance em que um ator interpreta um executivo e indaga: “Mas você pode me dizer o que é índio? Qual o conceito

de índio? É aquele bando de mestiços!”. A continuidade entre personagens reais e fictícios na montagem é usada de modo a evidenciar a falsidade e a ilegitimidade dos argumentos daqueles que exploram e matam as populações indígenas.

As críticas à Funai (e, por extensão, ao Estado), ao saber acadêmico, ao repertório cultural que legitimou o extermínio dos índios, aos empresários brancos e aos limites do documentário são sintetizadas na última sequência do filme. Um senhor índio se remete à memória coletiva (Halbwachs, 1950) do grupo e depõe que a terra foi conquistada pelos índios em uma negociação com o imperador d. Pedro II; em seguida, começa a interpelar o diretor: “O senhor não veio pra cá ganhar um dinheiro, tomar um café nas costas do índio? E nós estamos aqui feito burro dos brancos!”. E termina perguntando: “Quem é o senhor? Quanto o senhor ganha?”.

A Embrafilme, em coerência com o momento de distensão política que paulatinamente começava a se estabelecer no país, apresentou a sinopse de *Mato eles?* no material de divulgação da seguinte forma:

O filme aborda os vários problemas enfrentados por esses índios e suas relações com a Funai [...] que instalou na reserva uma empresa para extração de madeira e tenta adaptar os índios, obrigados a abandonar seus meios de sobrevivência tradicionais, a novas condições de vida.

Assim, a empresa não apenas corroborou a retórica de denúncia presente no filme como atuou diretamente para a divulgação da memória e das práticas em torno do genocídio contra as comunidades indígenas.

Entretanto, as críticas do média-metragem não passaram incólumes por outra instância estatal. A DCDP proibiu *Mato eles?* em todos os circuitos de exibição (festivals, comercial e televisão), uma postura bem incomum na época. O parecer n. 1.687, de 7/4/1983, que consta no processo referente ao filme – usado como base para a interdição pela chefe da Divisão de Censura de Diversões Públicas, Solange Hernandez –, assim o analisa:

Avaliação:

Mensagem – Negativa e de protesto

[...].

Perspectiva censória – O filme tem o cunho de protesto, além da irreverência às autoridades responsáveis pelo órgão e no final o diretor da produção cinematográfica, num tom de deboche, diz que é uma “boa” fazer filme daquele gênero.

Grau de persuasão – Existe um grau bem elevado, tanto [que] para o espectador bem intencionado emerge uma justa revolta contra tal situação. Em contrapartida, ao público ávido de sensacionalismo vem a calhar para seus propósitos tendenciosos.

Conclusão:

Razão do exposto, consideramos que o objetivo da obra, baseada em verdade ou não, é de protestar e não documentar, além de incitar contra autoridades e ferir [sic] e cujo

interesse nacional, que é proteger os índios, sugerimos a interdição da película baseada nos itens “d” e “g” do art. 41 do dec. 20.493/46.⁵

No parecer, fica evidente que a censura temeu a repercussão que poderia ser alcançada caso o filme fosse liberado (mesmo com cortes). A respeito do papel político da censura no governo Figueiredo, ou seja, durante o período de distensão da ditadura civil-militar, Simões (2004) esclarece que ela operou no sentido oposto ao do regime. Isso significa afirmar que, enquanto o regime se flexibilizava, a censura tornou-se mais rígida, em uma espécie de “último bastião” da ditadura a ser derrubado.

Dentro dessa lógica, a memória do genocídio contra a população indígena, potencializada pela exploração dentro do projeto nacional-desenvolvimentista dos militares que ocupavam o poder, foi vista pela censura como perigosa de ser veiculada, percebida como uma rasura à narrativa da nação brasileira e uma ameaça ao trabalho de enquadramento da memória nacional (Pollak, 1989) feita pela ditadura. Ainda, mereciam ser punidos a “irreverência às autoridades responsáveis” e “o tom de deboche” presentes no filme. O parecer n. 1.688 da DCDP, de 8/4/1983, explicita ainda mais a questão e dá a mesma orientação de interditar o filme: “Grau de persuasão – Capaz de acirrar ânimos contra um sistema [...]. Perspectiva censória – Mais uma obra que procura denegrir a ação da administração pública”.⁶

Munida de quatro pareceres que orientavam a interdição de *Mato eles?*, a diretora da DCDP o proibiu em um despacho interno manuscrito, comunicando-a ao produtor de Bianchi por meio de um telegrama em 18/4/1983, véspera da comemoração oficial do Dia do Índio no Brasil. Iniciava-se, assim, a batalha pela liberação do filme, travada na burocracia e na mídia impressa, que cobriu amplamente o caso.

Nos jornais, mais que o fato em si, o que repercutiu foram os motivos da interdição. As alíneas “d” e “g” do art. 41 do decreto n. 20.493/46, às quais todos os pareceres aludem, referem-se a obras que “possam provocar incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades constituídas ou seus agentes” e que “possam ferir por qualquer forma a dignidade e o interesse nacional”. O tom de espanto da cobertura jornalística com relação ao caso foi bem claro.

Esse espanto é resultado de uma percepção coletiva de ambiguidade no papel executado pela censura. Destacando a postura contraditória do órgão perante a situação política do país, dois depoimentos veiculados pelo jornal *O Estado de São Paulo* teceram as seguintes considerações:

Um técnico de censura comentou, ontem, que provavelmente os distúrbios de rua ocorridos em São Paulo influíram no julgamento do filme de Bianchi e que, mesmo sem uma ordem formal, mas por um clima que contagia a quem tem anos de experiência na

⁵ Cf. processo referente ao filme *Mato eles?*. Arquivo Nacional, arquivo DCDP, série Cinema, caixa 159, n. 6.574.

⁶ Idem.

censura, a orientação atual é aumentar o rigor em relação aos filmes, músicas ou peças com conotações políticas.

O comentário coincide com as opiniões do representante da Associação Brasileira de Imprensa no Conselho Superior de Cinema, Pompeu de Sousa, de que *a diretora de Censura tem aplicado critérios de censura política em seus julgamentos, o que contraria as promessas de abertura democrática feitas pelo governo* (grifo nosso).⁷

Apoiados pela imprensa e por intelectuais ligados ao cinema e ao estudo das comunidades indígenas, o diretor e o produtor apelaram ao chefe da Polícia Federal, que manteve a decisão de proibir a exibição do filme. Inconformados, recorreram ao Conselho Superior de Cinema para tentar a liberação, no que obtiveram sucesso. Em reunião ocorrida em 13/5/1983, o Conselho liberou o filme por unanimidade para a exibição comercial em cinemas.⁸

A ampla repercussão do caso de *Mato eles?* na mídia em várias capitais brasileiras e, posteriormente, a exibição comercial e no circuito de festivais foram fundamentais para a legitimação da memória em torno do genocídio indígena e da contestação das práticas das instituições oficiais responsáveis por essas populações ao, consequentemente, opor-se a uma memória nacional veiculada pela ditadura que exaltava o papel de herói do índio.

A veiculação de uma memória traumática em relação à ditadura também ocorreu no caso do curta-metragem *O dia em que Dorival encarou a guarda* (1985). Dirigido por José Pedro Goulart e Jorge Furtado, o filme é uma adaptação literária de um episódio do livro *O amor de Pedro por João*, de Tabajara Ruas. Ambientado em uma prisão militar, o conflito em sua narrativa se dá entre a vontade de Dorival (João Acaíbe) – um prisioneiro negro – de tomar banho em uma noite muito quente e a recusa por parte da hierarquia militar em permitir o banho, por conta de uma ordem em contrário.

É importante pontuar que o filme foi produzido e veiculado em um momento no qual o movimento negro já havia se rearticulado, no período final da ditadura, e em que vários cineastas negros já haviam realizado obras denunciando o racismo presente na sociedade brasileira. Nesse momento, Zózimo Bulbul era considerado o intelectual negro mais atuante no campo cinematográfico da época e viria a realizar sua obra mais célebre, o documentário *Abolição* (Carvalho, 2006), ainda podendo ser destacadas as atuações de Waldir Onofre, Odi- lon Lopes e Antônio Pitanga.

O curta é iniciado por uma sequência bastante sombria, na qual se mostram o presídio em panorâmica e o corredor da cadeia pouco iluminado; em seguida, apresenta-se o conflito do filme. Um preso dentro de uma cela chama pelo recruta e, no diálogo, pede para tomar um banho, reclamando: “Tem mais de dez dias que não tomo banho. Eu tô sufocando. Num instante eu tomo uma ducha. Não custa nada”. Diante da recusa do recruta, o preso torna-se agressivo e ameaça:

⁷ *O Estado de São Paulo*, p. 20, 21 abr. 1983.

⁸ Decisão n. 78/83, que consta na p. 24 do processo referente ao filme no arquivo da DCDP. Cf. processo referente ao filme *Mato eles?*. Arquivo Nacional, arquivo DCDP, série Cinema, caixa 159, número 6.574.

Escuta aqui, catarina, barriga verde, barata descascada, polaco comedor de sabão! Tu vai chamar esse cabo porque senão eu vou começar a gritar, a dar porrada aqui dentro! Vou fazer um escândalo tão grande que vou acordar o cabo, a mãe do cabo e até o general dessa bosta aqui! E não pensa que tô brincando não, catarina!

O monólogo do preso é alternado com planos inseridos da primeira versão de *King Kong* no cinema, de 1933.

Ao associar o ponto de vista do recruta perante a revolta do preso e a imagem de um gorila, o filme apresenta metaforicamente o racismo institucional⁹ a que a população negra é submetida pelo sistema carcerário. Esse racismo vai ser aos poucos explicitado e rememorado na interação com outros personagens, sobretudo o cabo e o tenente. Ao pedir auxílio ao cabo, o recruta refere-se ao preso como “um negão desse tamanho, parece King Kong”, externando o estereótipo racista que usa para avaliar o preso.

Além de planos da primeira versão de *King Kong*, um repertório associado a estereótipos racistas veiculados pelo cinema foi ironicamente inserido no filme: planos de um *western* no qual um índio aparece como um vilão raptor da mocinha branca, que é salva pelo herói branco; planos de um filme de Hollywood dos anos de 1950 em que personagens negros aparecem como garçons e servem personagens brancos.

Com uma interpretação levemente diferente da nossa, parte da crítica reconheceu o acionamento dos estereótipos racistas no curta:

Os cineastas trabalham com os estereótipos e suas dualidades mais profundas. Para ilustrar as reações do presidiário Dorival, Goulart e Furtado abusaram das imagens da primeira versão de *King Kong* feita para o cinema. Dorival seria o gorila, que é uma das imagens mais estúpidas e racistas usadas para referenciar um negro alto e forte. A intenção dos diretores não é, contudo, racista. Os que têm sensibilidade para entender as sutis nuances do curta vão entender a crítica ferina a esse estereótipo (Araújo, 1988).

A linguagem racista fica mais evidente quando o cabo vai falar com Dorival. Enquanto o preso repete o pedido, o cabo se limita a dizer rispidamente: “Acontece que tu tá em cana, *crioulo*, e malandro que é malandro chia, mas não gira”. Dorival responde gritando que “cabo e merda pra mim é tudo a mesma coisa! Agora abre essa porta que eu quero tomar banho!”, sendo que o diálogo é carregado de ofensas racistas por parte do cabo, que chama o preso de “macaco”, “*crioulo*” e “negão”. A memória em torno da opressão racial contra a população negra aparece pelo duplo referente da linguagem racista e pela diminuição moral na condição de preso (que torna Dorival refém de uma estrutura arbitrária).

⁹ Filiamo-nos ao exposto por Guimarães (2002) no sentido de considerar racismo institucional a efetivação de práticas institucionais com motivações racistas/etnocêntricas, seja na linha de atuação da própria instituição, seja por agentes dotados de poder em sua estrutura, tal como exposto no exemplo do filme.

Em paralelo, ele sempre faz a mesma pergunta: afinal, de quem partiu a ordem para que não pudesse tomar banho? O curta se desenrola nos diálogos com o sargento e o tenente. Interessante notar que o sargento também é negro e, na sequência em que o cabo reporta o fato a ele, começa descrevendo Dorival como o “crioulo da sala quatro”, para imediatamente corrigir, marcando a hipocrisia das interações na hierarquia militar: “Desculpe, o preso da sala quatro”.

O racismo institucional revela todo o seu peso no diálogo entre Dorival e o tenente. Após ouvir novamente que não poderia tomar banho, Dorival se irrita. O tenente responde com ofensas racistas e leva do preso uma cusparada na cara. Diante disso, resolve espancá-lo. Nessa sequência, Dorival aparece no canto da cela e grita: “Milico e merda pra mim é a mesma coisa!”. Ao que o tenente responde com uma ofensa racista: “Segurem esse cafre miserável!”. Durante o espancamento, alternam-se planos de Dorival sendo encurralado pelos militares com planos de King Kong, de um *cowboy* espancando índio e de um tambor. A sequência é finalizada com a ordem do tenente: “Limpem o sangue”.

Cabe destacar que no curta de Furtado e Goulart, a vitória moral é de Dorival: mesmo espancado, consegue enfim o seu banho. Para limpar o sangue, os soldados o colocam debaixo do chuveiro e, sob o olhar do sargento, ele sorri sarcasticamente. O filme é encerrado com o sargento oferecendo um cigarro a Dorival, que o aceita.

Enquanto em *O homem que virou suco* e *Mato eles?* a memória de violência racial/étnica é resgatada em paralelo ao fracasso do projeto do nacional-desenvolvimentismo caro à ditadura e suas consequências desastrosas para os nordestinos retirantes em São Paulo e para as comunidades indígenas, no caso de *O dia em que Dorival encarou a guarda*, a memória de opressão racial caminha *pari passu* com a da repressão política durante o mesmo regime, com encarceramentos arbitrários sem base jurídica e com a prática indiscriminada da tortura.

Alguns detalhes devem ser extraídos da trama do curta. A recusa de Dorival pela hierarquia militar traduzida em frases como “cabo e merda pra mim é a mesma coisa”, “pau mandado não tem lema”, além de configurar uma resistência, é também um indício dessa memória política em relação ao enfrentamento contra os militares durante a ditadura.

Ainda sobre a relação entre militares e momento político, a repetição da pergunta “de quem foi a ordem?” e o contraponto da não revelação do autor da ordem podem ser interpretados como um sintoma da situação política do período do fim da ditadura, uma vez que se buscavam respostas para as barbáries cometidas pelo regime que caía e se protegia das acusações por meio de comandos militares despersonalizados e também por agentes da repressão que se recusavam a ser responsabilizados por ordens arbitrárias.

Outro aspecto relevante do curta é a inserção do samba como repertório ligado à cultura negra. O samba é introduzido como trilha sonora na primeira sequência do filme, antes do diálogo entre Dorival e o recruta e, em outra sequência, no telefonema entre o sargento e sua esposa, quando ela aparece em um orelhão dentro de uma quadra de escola de samba. Além de trazer a memória das práticas culturais da população negra, o samba também opera como um referente irônico à doutrina do luso-tropicalismo cara à ditadura.

Consistindo em um conjunto de ideias defendidas por Gilberto Freyre e apropriadas pelo regime pós-1964 (Guimarães, 2002), essa doutrina defendia que a integração racial no Brasil era um fato, apesar das diferenças socioeconômicas. Parodiando o discurso oficial da integração, o samba no curta é inserido durante a humilhação do prisioneiro pela hierarquia militar e, desse modo, auxilia na explicitação do racismo institucional a que ele é submetido. Em vez de ser usado como engajamento afetivo do espectador na narrativa, o samba ajuda a potencializar o conflito entre Dorival e a hierarquia militar.

O aspecto institucional do racismo é acentuado pelo fato de o nome de Dorival só ser revelado quase no final do filme, no diálogo entre o sargento e o tenente. Para o recruta, o cabo e o sargento, ele era apenas o “preso da sala quatro”. Aliás, é a mesma estratégia presente em *O homem que virou suco* e *Mato eles?*, de despersonalizar e quantificar sujeitos de grupos dominados.

A censura legitimou a revolta de Dorival, embora nenhum parecer aponte a dimensão racial do conflito, limitando-se a críticas à hierarquia militar. O parecer n. 1.941/86, base para a decisão parcialmente favorável da DCDP, assim se refere ao filme:

[...] a linguagem oral se revela áspera e, personalizada no preso, chegava a ser vulgar com termos como: “porra”, “caralho”, “porrada”, “bosta”, “veado”, “dá o rabo”.

Conclusão: diante do exposto, somos pela liberação da obra para público acima de 14 anos, presumivelmente capaz de não se deixar influenciar pela linguagem veiculada, mas atribuí-la ao universo do personagem.¹⁰

Estranhamente, não há uma menção em nenhum parecer às ofensas racistas dirigidas ao protagonista. Inclusive, essas ofensas sequer são enumeradas como exemplos. No certificado que autorizava a exibição do filme em festivais e universidades (a exibição comercial foi vetada em um primeiro momento), só há menção às expressões que o parecer n. 1.941/86 menciona. O mesmo ocorreu no ano seguinte, quando o filme foi liberado para exibição televisiva após as 22h (por conta da restrição a menores de 14 anos) e com cortes nas expressões, sendo que as ofensas racistas foram mantidas na íntegra na versão do curta a ser transmitida pela televisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do cenário de abertura política que se aprofundou com a ascensão do general João Figueiredo ao poder, em 1979, puderam ser verificadas várias tensões ao longo da circulação de narrativas em torno das memórias dos grupos marginalizados durante a ditadura civil-militar.

¹⁰ Cf. o processo referente ao filme *O dia em que Dorival encarou a guarda*. Arquivo Nacional, arquivo DCDP, série Cinema, caixa 246, número 9.977.

Contrariando as expectativas criadas pelas promessas de liberdade política e de expressão acenadas no período, a censura continuou avaliando os filmes de forma a dificultar que as memórias de violência racial e étnica viessem a público. Por divergirem do engajamento no nacional-desenvolvimentismo e no luso-tropicalismo, os filmes analisados foram alvo de cortes, de limitação quanto a seu público (limites quanto à idade e ao tipo de exibição) e, no caso extremo de *Mato eles?*, da tentativa deliberada de interdição por parte da DCDP.

Mesmo assim, as obras conseguiram atuar na divulgação da memória desses grupos e na confrontação à memória nacional bastante conservadora do período. As três obras analisadas neste artigo apresentaram o ponto comum de se mostrarem como uma mediação entre a memória dos grupos dominados e o público feita pelos cineastas. Em suas obras, eles preferiram partir das categorias interpretativas da realidade adotadas por esses grupos para expor aspectos de suas memórias que a eles importavam.

Tal fato conecta-se com a centralidade adquirida pela memória no discurso dos movimentos sociais de base étnica e de operários justamente no período final da ditadura civil-militar no Brasil, uma vez que a recordação de fatos traumáticos tornou-se fundamental para as lutas pela igualdade racial e pelo reconhecimento do direito dos povos indígenas à terra. Além disso, a memória da dominação nas relações de trabalho braçal auxiliou na articulação dos movimentos operários, cujas tensões eclodiram nas greves do ABC em fins dos anos de 1970.

O acesso ao arquivo da DCDP mostrou-se fundamental em nossa tentativa de reconectar os traumas advindos da repressão aos grupos analisados, uma vez que os documentos consultados podem ser considerados vestígios de processos mais amplos de legitimação e de contestação a respeito do papel das práticas censórias ao longo da história republicana, cumprindo assim o Arquivo Nacional sua missão institucional de disponibilizar esse acervo, permitindo o trabalho de profissionais de várias áreas como história, comunicação, arquivologia, dentre outras.

O trabalho de evocar memórias subterrâneas realizado pelos filmes aqui analisados obteve sucesso em narrar os traumas advindos com os abusos do regime pós-1964, que precisaram ser encenados para virem a público. Ou, retomando o relato de Ginzburg que abriu nossa exposição, deixaram evidente que nós também tivemos nossos vinte anos de expiação.

Artigo publicado na revista *Diacronie* (studi di storia contemporanea), sob o título “Frammenti di dolore: violenza razziale-etnica nel cinema brasiliano durante la fase finale della dittatura militare (1979-1985)”. Disponível em: <http://www.studistorici.com/2015/12/29/lapera_numero_24/>.

Referências

APPADURAI, Arjun. The Past as a Scarce Resource. *Man*, New Series, v. 16, n. 2, p. 201-219, jun. 1981.

ARAÚJO, Rubens. Dorival vive num filme antológico. *Jornal de Brasília*, Rio de Janeiro, 12 out. 1988.

- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENARD, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998.
- BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e imagens do povo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- CAPUZZO, Heitor. O homem que virou suco: cinema popular legítimo. *Diário do Grande ABC*, 8 jan. 1981.
- CARVALHO, Noel dos Santos. *Cinema e representação racial: o cinema negro de Zózimo Bulbul*. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2006.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FREIRE, Mariana Baltar. *Realidade lacrimosa: diálogos entre o universo do documentário e a imaginação melodramática*. 2007. 278 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, UFF, Niterói, 2007.
- GINZBURG, Natalia. O filho do homem. In: _____. *As pequenas virtudes*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1950.
- HALL, Stuart. The Work of Representation. In: HALL, Stuart (org.). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. Sage: London, 1997.
- HUYSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- SIMÕES, Inimá. *Roteiro da intolerância: censura cinematográfica no Brasil*. São Paulo: Senac, 2004.
- SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

Recebido em 26/2/2018
Aprovado em 14/3/2018

FOCO E ESCOPO

Acervo é a revista do Arquivo Nacional, publicada semestralmente desde 1986. Tem por objetivo divulgar estudos e fontes nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente arquivologia e história.

A revista *Acervo* é composta pelas seguintes seções:

Dossiê temático – cada número da revista apresenta um conjunto de artigos sobre o tema selecionado. Até 20 laudas escritas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Artigos livres – outros textos, resultantes de estudos e pesquisas, concernentes a temas de interesse da revista, adequados ao seu foco e ao escopo. Até 20 laudas escritas (cerca de 40 mil caracteres com espaços);

Documento – destina-se à divulgação de textos técnicos sobre o acervo do Arquivo Nacional, relevantes para a pesquisa nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas: documentos transcritos parcial ou integralmente, acompanhados de texto introdutório; obras raras, coleções, bibliotecas e arquivos descritos, analisados e/ou parcialmente, reproduzidos em fac-símiles. Os autores são convidados pelos editores do dossiê. Até 15 laudas (cerca de 30 mil caracteres com espaços);

Resenha – texto crítico sobre obra publicada até um ano antes da chamada para o número da revista. Os trabalhos podem ser de submissão livre ou de autores indicados pelos editores do dossiê. Serão aceitas resenhas de livros, filmes, vídeos. De três a cinco laudas (cerca de 10 mil caracteres com espaços).

A revista *Acervo* publica somente trabalhos inéditos em português, espanhol e inglês. Os artigos expressam única e exclusivamente as opiniões e conclusões de seus autores. O envio de originais implica a cessão de direitos autorais e de publicação à revista *Acervo*, por um ano a partir da data da submissão. Não nos comprometemos com a devolução das colaborações recebidas.

DIRETRIZES PARA AUTORES

Normas para apresentação dos originais

Os textos em língua estrangeira – tanto os de artigos quanto os de citações – serão traduzidos para o português, salvo aqueles em espanhol e inglês.

Acompanham a submissão dos artigos dados sobre o autor (vinculação institucional, funções que exerce), que devem ser informados nos metadados e não no corpo do texto, para preservar o sigilo da autoria na avaliação cega por pares.

As informações sobre autoria que constam nas propriedades dos arquivos em Word devem ser retiradas para preservar o sigilo na avaliação cega por pares.

Todo artigo enviado à revista *Acervo* deverá ser acompanhado de uma lista de até quatro palavras-chave que identifiquem os principais assuntos tratados e de um resumo com, no máximo, 60 palavras (400 caracteres com espaço). As palavras-chave e o resumo deverão ser encaminhados com versões em inglês e em espanhol. Os títulos dos artigos devem ter uma versão também em inglês.

Os textos deverão ser submetidos em .doc, .docx ou .rtf, fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5, formato de página A4.

Imagens – Cada artigo poderá conter até cinco imagens em preto e branco, com as respectivas legendas e referências, e a indicação quanto à sua localização no texto. As imagens devem ter a resolução mínima de 300dpi no formato TIF e submetidas como documento suplementar.

Tabelas, quadros e gráficos – tabelas e quadros podem ser compostos em Word e inseridos no próprio arquivo do artigo; os gráficos, preferencialmente em Excel.

Notas e remissões bibliográficas – As notas explicativas figuram no rodapé das páginas, em algarismos arábicos, e devem ter no máximo cinco linhas. As remissões bibliográficas não devem ser feitas em notas e sim no corpo do texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula da data de publicação: (Bessone, 1997). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: Bessone (1997). Quando houver necessidade de indicar a página, esta deverá vir separada por vírgula e precedida de “p.”, conforme: (Bessone, 1997, p. 25). Quando o autor possui mais de uma obra no mesmo ano, discrimina-se por letra minúscula após a data sem espaçamento: (Bessone, 1997a) ou (Bessone, 1997b). No caso da obra de dois autores, ambos serão indicados, usando “;”: (Bessone; Cabral, 1998). Quando a obra tiver mais de dois autores, indica-se somente o primeiro seguido de “et al.”: (Bessone et al., 1999).

Referências bibliográficas – Deverão constituir uma lista única ao final do artigo, em ordem alfabética, seguindo as normas estipuladas pela ABNT na NBR 6023: 2002.

Caso o artigo reproduza documentos, imagens e/ou material legalmente protegido, caberá ao autor do artigo obter as autorizações e direitos de reprodução desses materiais. Caberá igualmente ao autor a responsabilidade pelos danos porventura advindos da ausência dessa providência.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.

O arquivo da submissão está em formato .doc, .docx ou .rtf.

URLs para as referências foram informadas quando possível.

O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de corpo 12; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.

O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em “Diretrizes para autores”, na página “Sobre” a revista.

Em caso de submissão a uma seção com avaliação por pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em “Assegurando a avaliação pelos pares cega” foram seguidas.

A revista *Acervo* recebe somente submissões assinadas por doutores ou que tenham doutores como coautores. Esta medida faz parte de uma reestruturação da *Acervo*, objetivando atender a recomendações do Qualis Capes e tendo a meta de servir cada vez mais como revista de referência, no Brasil e no mundo, nas áreas a que se destina, de ciências humanas e ciências sociais aplicadas, com destaque para arquivologia e história.

Este livro foi composto em Myriad Pro sobre
papel Alta Alvura 90g. A impressão e o acabamento
dos 700 exemplares se deram na
GlobalPrint Editora Gráfica.

NESTE NÚMERO

James Green
Eloi dos Santos Magalhães
Anderson José Machado de Oliveira
Daniele Corrêa Ribeiro
Nayara Emerick Lamb
Wilma Fernandes Mascarenhas
Rita de Cássia Melo Santos
Bianca Luiza Freire de Castro França
Flávio Leal da Silva
Rita Colaço
Taiguara Villela Aldabalde
Marina Helena Chaves Silva
Pedro Vinicius Asterito Lopera

